

Adriana Mabilia

VIAGEM À PALESTINA

Prisão a céu aberto



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.us](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Adriana Mabilia

Viagem à Palestina

Prisão a céu aberto

1ª edição



Rio de Janeiro
2013

FOTO DE CAPA

@Alain Keler/Sygma/CORBIS

PROJETO GRÁFICO

Evelyn Grumach e João de Souza Leite

FOTOS DE ENCARTE

Adriana Mabilia

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Mabilia, Adriana

M111v Viagem à Palestina [recurso eletrônico] : prisão a céu aberto / Adriana Mabilia. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2013.
recurso digital

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 9788520012185 (recurso eletrônico)

1. Mabilia, Adriana - Viagens - Palestina. 2. Reportagens e repórteres - Brasil.
3. Palestina - História. 4. Palestina - Usos e costumes. 5. Livros eletrônicos. I.
Título.

CDD: 079.81

CDU: 070(81)

13-03201

Todos os direitos reservados. É proibido reproduzir,
armazenar ou transmitir partes deste livro, através de
quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Um selo da

EDITOR A JOSÉ OLYMPIO LTDA.
Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380
Tel.: 2585-2000

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos
e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002

Produzido no Brasil
2013

Sumário

Prefácio

1. De Dubai a Belém
2. Chegada a Belém
3. O primeiro contato
4. Suheir e a condição da mulher palestina
5. O muro
6. Nadia
7. A manifestação contra o muro
8. Belém e a ocupação
9. Khaula e os prisioneiros palestinos
10. Nadia e os direitos da mulher palestina
11. O checkpoint para Jerusalém e o terrorismo
12. Mustafá Barghouthi, os ataques à Faixa de Gaza e a minha primeira viagem a Ramallah
13. A ministra, o ministério e suas mulheres
14. O novo povo de Israel
15. A chegada dos sionistas
16. Hebron e o meu último dia na Palestina

Agradecimentos

Referências

Prefácio

“É como se o muro fosse ganhar a forma de um desses robôs transformers gigantes e sair andando. As guaritas são ainda mais altas e parecem a cabeça do robô. Eu estou aqui parada, sem me mexer, já faz alguns minutos, mas parece um longo tempo. Acho que estou em choque pelo que o muro representa, a repressão, o confinamento. Impossível não lembrar do Muro de Berlim, da queda, as pessoas em cima dele, rompendo o concreto às marteladas. E, agora, esse muro...”

Adriana Mabilia escolheu o caminho mais difícil para falar da Palestina: o seu texto se mantém no exato ponto de equilíbrio entre os sentimentos e a reflexão política. É um exercício extremamente difícil, pois sempre corre o risco de descambar para o subjetivismo inerente à reação meramente emocional ou para a forma fria e seca do tratado teórico. Mabilia não cai na armadilha, e o resultado é este livro, que foge completamente aos estereótipos e caricaturas que costumam marcar a produção jornalística sobre aquela região.

Mabilia pega o leitor pelas mãos e passeia com ele pelas paisagens da Palestina. De modo generoso, deixa transparecer os seus próprios medos, as suas perplexidades e incertezas. Logo no começo, mostra que ficou na dúvida sobre como deveria se apresentar aos funcionários da alfândega israelense:

“Eu aproveito para incorporar o meu personagem. Digo que sou brasileira, professora de inglês, que estou a passeio sim e que, além de visitar Amã, também irei a Israel. Na verdade, me dou conta de que essa sou eu mesma: sou brasileira, lecionei inglês por dez anos, estou em Amã, mesmo que seja de passagem, e vou a Israel. Não estou mentindo, não tenho o que temer.”

Com a mesma honestidade e transparência, vai compondo a grande reportagem, feita de histórias de vida de pessoas reais que vivem nos locais visitados: Nadia, uma corajosa militante da causa das mulheres palestinas; o garçom de um restaurante situado em Belém, bem diante de um assentamento israelense ilegal (Har Homa); os militantes judeus que lutam pelos direitos do povo palestino; os jornalistas estrangeiros que atuam na área; pais e mães que, por meio do simples relato de suas memórias, criam um documento repleto de angústia, dor e, paradoxalmente, esperança de que, de alguma forma, a tragédia se resolva, permitindo uma perspectiva de futuro aos seus filhos.

Quando Adriana Mabilia entrou em contato com o Instituto de Cultura Árabe (Icarabe) para falar de seu projeto (escrever este livro), tivemos imediatamente a certeza de que

duas coisas aconteceriam: ela enfrentaria dificuldades imensas, inclusive de ordem financeira, para se deslocar ao Oriente Médio e fazer tudo o que planejava; ela o faria, de qualquer forma, e o resultado seria excelente. Foi fácil acertar: Mabilia falava com paixão sobre aquilo que pretendia e contava com a experiência profissional como instrumento para realizá-la.

É com grande orgulho e prazer, portanto, que recomendamos a leitura atenta das páginas que se seguem. Elas não falam de uma “região em conflito”, da “interminável guerra entre islâmicos e judeus”, do suposto “choque de civilizações” e de todos os outros rótulos e etiquetas que, fingindo informar, contribuem para obscurecer ainda mais um já complexo cenário político, econômico, social e cultural. Elas falam de seres humanos.

José Arbex Jr.
Fevereiro de 2012

1. De Dubai a Belém

Acho que estou perto. Depois de 14 horas de voo e uma noite maldormida em Dubai, aterrisso em Amã, capital da Jordânia. O comandante dá as boas-vindas, em árabe, em inglês. Agora, o avião começa a taxiar na pista do aeroporto internacional Queen Alia. Pela primeira vez, desde que saí do Brasil, experimento a sensação da distância. Sabe aquela imagem do astronauta em que o cabo se rompe, ele se desprende da nave e se perde na escuridão do espaço? É mais ou menos isso.

Para quem não é dada a aventuras, desembarcar no Oriente Médio, a caminho de um lugar que está sob intenso ataque, sozinha, sem falar sequer uma palavra do idioma local e ainda meio disfarçada, não é pouca coisa, não. Ah, uma correção, falo uma palavra em árabe sim: shukran, obrigada. Talvez não seja o suficiente, mas como não dá para desistir agora, e isso não passa pela minha cabeça, acredito que shukran carrega uma ótima mensagem e me levará adiante.

Apesar das orientações da tripulação para que ninguém solte o cinto de segurança ou levante da poltrona, como na maioria dos voos, os passageiros já estão no corredor, pegando as malas e se preparando para desembarcar.

Faz sol, o céu está azul, um dia lindo, dá para ver pela janela do avião. Estou tão agasalhada que sinto até calor. É inverno. Esperava um frio daqueles, mas chego num dia de tempo bom.

O avião para. Sinto de novo aquela síndrome do astronauta solto no espaço. Agora sim, a minha viagem à Palestina vai começar.

* * *

Ainda não me mexo. Estou me dando um tempo para assimilar a chegada. Em Dubai, estava tão ansiosa que passei a noite no aeroporto. Tentei acessar a internet, mas, por total falta de intimidade com tecnologia, não consegui. Na praça de alimentação, procurei alguém com aparência ocidental que falasse inglês, para pedir ajuda.

Numa mesa em frente ao McDonald's, um homem grisalho, de uns 50 anos, que usava o computador foi a melhor opção. Eu me aproximei e expliquei o problema. Ele logo se prontificou, abriu meu laptop e tentou fazer a rede funcionar.

A comunicação com ele não foi muito fácil. Meu técnico de informática improvisado era

australiano, com um sotaque fortíssimo. Apesar do meu bom inglês, eu não entendia quase nada do que ele falava. Ele tentou, tentou, mas também não resolveu a minha situação. Era escritor. Trocamos e-mails, eu agradeci, pedi desculpas pelo incômodo e nos despedimos.

Estava incomunicável, sem celular e sem internet. No Brasil já tinha amanhecido. Eram oito horas da manhã. Em Dubai, duas da manhã. A madrugada seria longa. Resolvi, então, dar uma volta pelo aeroporto, belíssimo. Nunca havia andado em escadas rolantes tão altas. Não contei os degraus, mas certamente eram três vezes maiores que as comuns. E os xeques pensaram em tudo, fizeram um espelho d'água enorme, todo iluminado, colorido, para distrair os viajantes durante o demorado percurso na escada rolante.

O aeroporto é bem sinalizado, mas se não fosse a ajuda de um iraquiano que vive no Brasil, que conheci no voo São Paulo—Dubai, eu teria dificuldades no desembarque para pegar as bagagens e trocar o voucher do hotel que mal usei. Como eu, o iraquiano fazia apenas escala em Dubai e também seguiria para a Jordânia. A mulher, os dois filhos, os pais e as irmãs vivem em Amã.

Ele é empresário. Exporta frangos para o Oriente Médio. Ele e a família deixaram o Iraque depois da invasão americana, em 2003. Parte da família foi para a Jordânia. Com o apoio de um tio que já vivia em São Paulo, ele resolveu tentar a vida bem longe de casa.

A mulher não se adaptou e voltou para Amã para viver com os pais dele. Ele se reveza; vive dois meses no Brasil para cuidar dos negócios e, depois, outros dois meses em Amã. Lá também vende frangos. Disse que, dessa vez, visitaria Bagdá. Ainda tem parentes na capital iraquiana.

Perguntei se não tinha medo da guerra. Ele disse que não e que é preciso saber onde o perigo está para fugir dele.

Sobre a invasão, ele lamentou. Disse que os iraquianos viviam bem, levando-se em conta a cultura local. O governo de Saddam Hussein garantia à população assistência médica, um excelente sistema de ensino e boa qualidade de vida. Na opinião dele, a rigidez da lei mantinha também a boa convivência entre xiitas, curdos, sunitas e a minoria cristã. Num tom conformado, encerrou o assunto dizendo que a intervenção oportunista dos ocidentais tirou a paz e a vida dos iraquianos.

Apesar de o Brasil condenar a invasão, confesso que me senti meio culpada e envergonhada por ser ocidental. Principalmente porque já se sabe que Saddam Hussein não tinha armas de destruição em massa, não representava risco algum para o planeta. E que o governo americano e os aliados mentiram e estavam mesmo era de olho no petróleo iraquiano.

Foi ele também que me ajudou a acessar a internet ainda em Dubai. Chegou ao aeroporto às seis da manhã, uma hora antes de embarcarmos para a Jordânia.

Em Amã, o iraquiano parece ter pressa. Saudade dos filhos. Ele me dá um cartão e o telefone da casa dele na cidade para o caso de eu precisar de ajuda. Então, pela terceira vez, ele me orienta.

Levo o meu primeiro susto no Oriente Médio. Ele pergunta se tenho o visto para entrar no país. Não tenho. Esqueci do visto. Dá para acreditar? Devo estar pálida, porque o anjo iraquiano logo me socorre e me acalma. Diz que posso tirar o visto na hora e me leva até o balcão da polícia federal jordaniana. Nos despedimos e ele vai embora.

Levo o segundo susto. Tenho 15 minutos para trocar dólar por dinar jordaniano e entrar na fila do visto. O serviço será interrompido e só voltará no dia seguinte. Se não for agora, terei de dormir aqui, no banco do aeroporto, até o dia seguinte.

São 15 dólares. Os atendentes já estão fechando o caixa, mas ainda dá tempo. Consigo trocar o dinheiro, e um guarda me indica o balcão do visto. Tem quatro pessoas na minha frente.

Diferentemente do aeroporto de Dubai, o Queen Alia não é nada suntuoso. É antigo. A decoração, a pintura, os móveis já estão desgastados. A iluminação também não ajuda. É escuro, pelo menos na área do desembarque.

A moça que está à minha frente na fila puxa conversa e pergunta se estou na cidade a passeio. Ela ficará dois dias. Visitará Petra, uma das atrações turísticas mais famosas daqui. São construções gigantescas escavadas nas rochas de um grande cânion. Segundo os arqueólogos, são do século VII antes de Cristo. E foram feitas pelos nabateus, um povo nômade que, na época, vivia na região.

Ela é australiana. Mais um australiano. Está trabalhando em Dubai e nas folgas aproveita para conhecer a região.

Aproveito para incorporar o meu personagem. Digo que sou brasileira, professora de inglês, que estou a passeio sim e que, além de visitar Amã, também irei a Israel. Na verdade, me dou conta de que essa sou eu mesma: sou brasileira, lecionei inglês por dez anos, estou em Amã, mesmo que seja de passagem, e vou a Israel. Não estou mentindo, não tenho o que temer. Ninguém precisa saber, por enquanto, que sou jornalista e que estou aqui para colher material para escrever um livro. Essa informação me pertence. É um projeto pessoal. Revelo a quem quiser e quando achar conveniente. Oficialmente, não estou a trabalho para nenhuma emissora, jornal ou revista. Então, posso me considerar uma turista, sim.

Por outro lado, como sei que estou aqui a trabalho, mesmo que seja num projeto pessoal, me sinto um pouco espiã e espiada. Tenho a sensação de que posso ser descoberta a qualquer momento, apesar de o meu disfarce ser convincente e de ter tomado o cuidado de não carregar pistas.

O meu laptop está vazio. Nada nele indica que sou jornalista. E não trouxe agenda. Todos os meus contatos na Palestina estão num e-mail que só vou acessar quando chegar lá. Nada de lembretes, anotações. Nada. Estou limpa. Trago apenas um roteiro de opções de hotéis em Amã e em Jerusalém.

Levei meses programando essa viagem. Sabia que entrar na Palestina seria um desafio; é um território ocupado. Israel controla quem entra e quem sai e, claro, não tem interesse de que vejam o que de fato acontece lá dentro. E, com os ataques a Gaza, o cerco é ainda maior.

Conversei com muita gente antes de embarcar nessa. Aline, uma fotógrafa de 24 anos, havia acabado de voltar da Cisjordânia. Ela é brasileira, filha de palestinos e passou dois meses na casa dos tios, em Ramallah, capital administrativa dos territórios ocupados. Foi a primeira viagem dela à terra dos pais, que, como milhares de árabes, fugiram de lá em 1967, na Guerra dos Seis Dias, quando Israel ocupou a Cisjordânia.

Ela foi a primeira a sugerir que eu entrasse em Israel pela Jordânia, pois a fiscalização é menos rigorosa. No aeroporto internacional de Tel Aviv a segurança está sempre à caça de um visitante indesejado. Todos são suspeitos até que provem o contrário.

* * *

É a vez da australiana. O funcionário da imigração carimba o passaporte dela. Em seguida, ele me chama. Faz uma entrevista rápida, pergunta o que faço em Amã e também me dá o visto.

Sinto um alívio. Só faltava eles recusarem o meu passaporte e a viagem terminar aqui, antes mesmo de começar.

Ainda meio desorientada, procuro a saída. Um guarda nota que estou perdida e aponta o caminho. Tem uma pequena fila, ainda falta checar a bagagem.

De repente, um homem alto com um casaco bege começa a me rodear. Fico muito assustada. Quem é esse homem? Um assaltante, quer levar a minha mala, o meu dinheiro? Tento me acalmar. Afinal, estou dentro de um aeroporto, um lugar que deve ser seguro, está cheio de guardas. Mas ele se aproxima e não disfarça. Deixa que eu perceba que está me observando e se aproxima cada vez mais. Não fala comigo, mas chega perto demais para um estranho.

Carrego a minha mala bem perto de mim. A bolsa que uso, cruzada no peito, também puxo para a frente do corpo.

A situação é cada vez mais incômoda. Homem inconveniente, e ninguém vê, ninguém me socorre. Tudo bem, ele não me toca, mas está me cercado. Parece que a qualquer momento vai pegar a minha bagagem e sair correndo. Claro, sou a vítima perfeita: mulher,

sozinha, com aparência ocidental, logo, estou distante de casa, vulnerável. Só consigo pensar que estou perdida, mesmo. Ele vai me assaltar.

É tão estranho... porque já coloquei a mala na esteira dos raios X e ele continua aqui. Eu também passo pelos raios X e me apresso a pegar a bagagem antes que ele o faça. A impressão que dá é de que só eu o estou vendo. Os seguranças do aeroporto ignoram a situação.

Pego a mala e o que eu temia acontece. O homem assustador se coloca na minha frente, impedindo a minha passagem e, em árabe, diz qualquer coisa. Eu não falo árabe. Dois policiais se aproximam, pegam a minha mala, também falam comigo em árabe e me levam até um balcão.

Eu demoro a entender o que está acontecendo. Até que uma muçulmana, uma passageira, se aproxima e em inglês traduz a conversa.

O meu coração bate tão rápido que faz o meu corpo todo tremer. Ela explica que eles são da polícia federal e querem checar a minha bagagem. Querem que eu abra a mala. O homem à paisana também é policial federal.

Isso me tranquiliza, pelo menos não é assalto. Mas a abordagem agressiva me faz temer que alguém tenha violado a minha mala e colocado alguma coisa dentro. Essa é a minha sensação. Agora entendo por que o homem de bege me cercou sem constrangimento e cerimônia. Ele tem certeza de que vai encontrar algo na minha bagagem.

Estou tão nervosa que não consigo nem encontrar a chave da mala. Jogo no balcão tudo o que tenho na bolsa e a chave aparece. Abro a mala.

Enquanto o homem de bege me interroga — e é um interrogatório —, ele parece irônico. A muçulmana, muito delicada, intermedia a conversa. Ela nota que estou nervosa. E tenta me acalmar.

Repito aquela história que contei à australiana na fila do visto. Sou brasileira, professora de inglês, estou em férias etc. etc. etc. Ele quer saber em qual hotel vou me hospedar. Diz que vai telefonar para confirmar a minha reserva. Tento convencê-lo de que ainda não fiz a reserva porque quero conhecer o hotel pessoalmente. E mostro a lista de hotéis na cidade que trago na bolsa.

Santo agente de viagem. Foi ele que, na véspera do meu embarque, sugeriu que eu tivesse essa lista justamente para o caso de a imigração questionar o fato de eu não ter reservas. Pois essa lista foi o meu álibi.

Enquanto sou interrogada, dois homens checam até o fundo da mala, tiram tudo, tudo. Ainda bem que as minhas peças íntimas estão bem embaladas. Se não, estariam espalhadas no balcão.

Agora me parece óbvio que eles procuram drogas. Devo ter o perfil de uma mula, pessoa contratada por traficantes para transportar drogas.

O pesadelo deve ter durado uns trinta minutos, até que eles me liberaram.

Agradeço à mulher que se dispôs a traduzir a conversa, coloco as minhas roupas de volta na mala, fecho o cadeado e saio.

* * *

Passo pela porta. O corpo ainda não parou de tremer. O saguão de desembarque está lotado de pessoas aguardando a chegada de parentes, amigos. Muitas mulheres de preto da cabeça aos pés. De fora, os olhos, mas só o suficiente para que elas consigam enxergar o caminho.

Preciso de água. Paro num pequeno quiosque no próprio saguão, compro uma garrafa de água mineral e sento um pouco para tomar fôlego.

Percebo um movimento diferente. Alguns homens começam a se enfileirar, um ao lado do outro. Começo a contar quantos são, mas logo me perco, eles chegam sozinhos, em grupos. Formam uma coluna, duas, três, quatro. Não param de chegar. Deve haver uns cem homens, rapazes e adolescentes. Tiram os sapatos, juntam as mãos em sinal de prece, fazem uma reverência, ajoelham e se curvam, levando o rosto quase até o chão. Tudo ali, no meio do saguão de desembarque, na passagem, em frente à porta de saída. As mulheres não participam.

Só então ouço o chamado para a reza. Estão voltados para Meca, lugar sagrado do islã.

Os muçulmanos param o que estiverem fazendo nas horas determinadas para as orações, cinco vezes por dia.

É uma das cenas mais bonitas que já vi. De alguma forma, e sem perceber, mesmo sentada a alguns metros do grupo, me deixo envolver pelo ritual. Não sei exatamente o que é, mas a vibração é boa e toma conta do ambiente. A energia chega, me acalma, é como se um perfume agradável estivesse no ar. Deve ser um dos prazeres da fé, traz tranquilidade, e é algo tão presente que quase dá para tocar.

São as boas-vindas que eu precisava e merecia depois da recepção truculenta da polícia.

Em alguns minutos eles se levantam, alguns se cumprimentam, e cada um segue seu caminho.

E eu também tenho que seguir o meu. Pergunto ao atendente do quiosque onde pego o ônibus para a fronteira com Israel.

E logo vejo que vêm mais aventuras pela frente.

* * *

Do lado de fora do aeroporto, uma fila de ônibus e táxis. Sigo a orientação do atendente do

quiosque e pego o ônibus indicado por ele. Parece um ônibus de viagem, tem compartimento para bagagem e os assentos são confortáveis. Pago em dinar jordaniano o equivalente a uns sete dólares.

Pelo que entendi, vamos até um terminal e lá vou pegar outro ônibus que vai até a fronteira da Jordânia com Israel.

Na Jordânia vivem mais palestinos do que cidadãos nascidos no país. Cinquenta e seis por cento dos mais de 6 milhões de habitantes são palestinos que foram expulsos e que fugiram da guerra com Israel.

Não tenho ideia do tempo que levará para chegar ao terminal, mas já estou há uns vinte minutos no ônibus. Parece que o percurso é longo. Também não tenho ideia, exatamente, de onde estou. Mas vejo que Amã é uma cidade bastante movimentada, trânsito, muitas pessoas nas ruas. Não sei se estamos no centro da cidade. Passamos por comércios, ruas mais residenciais. Por aqui, as construções não têm pintura. Sei que na Palestina e em Israel casas e prédios são construídos com uma pedra de cor clara da região. Não é um branco alvo, puxa um pouco para o bege. Mas aqui as casas parecem não ter o acabamento, parece que o cimento fica à mostra.

Passageiros descem, sobem, e eu sentada. Outra coisa que noto é o ar seco, um tanto empoeirado. Eu, que estou acostumada com a umidade de São Paulo, estranho. Dificulta a respiração.

O solo, pelo menos por aqui, é seco. A vegetação também.

A Jordânia é pobre em riquezas naturais. A economia depende basicamente da exploração do fosfato extraído das rochas, do carbonato de potássio e do turismo.

Quase uma hora depois, o ônibus começa a parar em uma área grande, sem cobertura, como um estacionamento. Deve ser o terminal.

Os passageiros descem, pegam a bagagem, eu pego a minha mala. Pergunto ao motorista sobre o ônibus para a fronteira com Israel. Nisso somos cercados por um grupo. Que confusão... São taxistas. Logo percebem que sou turista, dólar. Falam comigo num inglês impossível de entender. São palavras mal pronunciadas, soltas. Eles repetem, táxi, táxi. O motorista do ônibus não é nada solícito. Não está preocupado comigo.

Um homem alto, magro, calvo, de bigode, bem-vestido, de terno azul-marinho, me socorre. Ele fala bem inglês. Digo a ele que preciso pegar o ônibus para Israel. Ele se informa com os taxistas que estão me rodeando. Já são uns dez.

Pelo que parece, estrangeiros são raros por aqui. Não é uma área turística da Jordânia. A preocupação do homem de terno comigo mostra isso. E qualquer um percebe que estou perdida.

A notícia não é nada boa. O ônibus para a fronteira com Israel só sai às oito da manhã, uma única viagem por dia. Não uso relógio e não pego o celular para ver a hora, mas já passa das duas da tarde.

Os taxistas ficam ainda mais alvoroçados. Parece um leilão. Agora, além de táxi,

entendo que eles estão falando em valores para me levar.

O meu mais novo amigo e anjo da guarda negocia isso para mim. Ele fecha com um motorista e traduz a conversa. Diz que a minha opção é mesmo ir de táxi. São 40 dólares. Ele volta a falar com o taxista, pede o número do celular dele.

Nisso a minha mala já está no porta-malas do carro. O amigo, num tom quase paternal ou de irmão mais velho ou de melhor amigo mesmo, me dá um cartão dele e diz que é para eu ligar assim que chegar à fronteira. Ele conta que disse o mesmo ao taxista e que tem todos os dados dele, nome completo, número da licença do táxi, telefone. O zelo dele é tanto que ele liga para o celular do taxista antes de sairmos para confirmar se o número está correto. E me tranquiliza. Diz que estou segura. Certamente ele percebe a minha apreensão.

Eu agradeço e prometo ligar assim que estiver a salvo. Olha isso... Ele é jornalista, editor de economia. O cartão tem os dados. E o nome dele é Awni.

O motorista fala um pouquinho de inglês, dá para a gente se comunicar. Ele diz que eu deveria ter pegado um táxi lá mesmo no aeroporto, direto para a fronteira, que teria sido mais rápido e barato.

Agora é tarde. Estou num táxi, sozinha, muito longe de casa, num lugar deserto e contando com a honestidade de um desconhecido. É o que me resta.

Pergunto se ele gosta do rei Abdullah Ibn Al-Hussein. Se ele é bom para o povo. O taxista diz que sim, prontamente.

O taxista é palestino. Ele avisa que chegamos à Allembry Bridge, a fronteira. O que se vê é um muro enorme, alto, de uns 4 metros de altura, e o portão de entrada. Para o carro, eu pago a viagem e ele diz: a moment, please. E faz uma ligação. Apesar de a conversa ser em árabe, percebo que ele fala com o meu amigo jornalista. E ele pede para falar comigo, quer ter certeza de que estou bem. O taxista me passa o celular e eu digo a Awni que está tudo bem e agradeço de novo, por tudo.

Então, o taxista desce a minha mala e me encaminha para um rapaz de uniforme, parece um soldado. Ele está no portão da fronteira.

O soldado chama um rapaz de uns 20 anos, que pega a minha mala e indica o caminho. É tudo rápido e confuso, não consigo observar direito o lugar. Mas do lado de dentro tem uns três prédios pequenos de dois andares. Chegamos a um deles, a minha mala é colocada na esteira dos raios X, eu também passo pelo detector de metais e vou para um balcão, e o passaporte é carimbado: saída. Ainda estou no lado jordaniano da fronteira. Estou saindo do país para entrar em Israel.

Sou colocada num ônibus de traslado. Custa 3 dólares. O percurso é rápido. Em uns 15 minutos, chegamos ao lado israelense da fronteira. Passamos por um posto de controle e trocamos de ônibus. Agora, sim, estou em Israel. Um soldado armado, com uma M-16 americana ou talvez uma Tavor israelense, entra no ônibus e confere o passaporte de todos os passageiros.

Sobre a arma que ele carrega, digo que talvez seja uma M-16 ou uma Tavor porque realmente não conheço armamentos. Sei que o exército israelense usa, principalmente, esses dois tipos, além de alguns outros.

O soldado não diz uma palavra, entra calado e sai calado.

Outro posto de controle. Mais um soldado entra no ônibus e checka os passaportes. Isso se repete umas três ou quatro vezes. Agora mandam a gente descer do ônibus. É um posto como se fosse um pequeno pedágio.

Fazemos fila em frente a um guichê, e uma soldada checka os passaportes de novo. Voltamos para o ônibus. Do lado de fora, deserto dos dois lados. Ninguém explica o procedimento, somos guiados às cegas, vem para cá, vai para lá etc.

Um grupo de mochileiros orientais está no ônibus. São cinco: três rapazes e duas garotas. Parecem bastante jovens e devem estar na estrada há algum tempo. Estão com as roupas encardidas e os cabelos não veem água faz tempo. Parecem cansados, também.

O ônibus para em frente ao Controle de Fronteiras Altemby, de Israel. A movimentação de pessoas, malas e soldados, muitos soldados, é grande. Jovens fardados e à paisana armados. A maioria parece estar ali, resignada, cumprindo os deveres, como num trabalho qualquer.

Mas noto em alguns uma satisfação adicional. Um soldado de cabelos castanho-claros é o que mais chama a minha atenção. Ele ri, enquanto conversa com três colegas. Está à paisana, usa óculos escuros e, como os outros, carrega uma M-16 ou, de novo, talvez uma Tavor. Ele me lembra esses jovens de classe média que acabam de tirar a carteira de motorista, pegam o carro do pai ou da mãe no domingo e dão uma voltinha para mostrar para as meninas como são incríveis e poderosos.

É, alguns soldados parecem sentir exatamente isso. E na verdade, com esses trabucos nas mãos, eles botam medo mesmo, impõem respeito. Quem é que vai contrariar esses meninos e se arriscar a levar um tiro. Aos 17, 18 anos, nem sempre a gente sabe o que faz.

Finalmente, vamos descer do ônibus. Três soldados checkam os nossos passaportes e nos levam à fila dos raios X para passar as bagagens. Nós também passamos pelo detector de metais. As malas ficam e nós somos encaminhados aos guichês da imigração. Não tenho visão total do lugar, mas vejo seis guichês e filas em todos. O salão está lotado, deve ter umas duzentas pessoas. A essa altura, o grupo que estava comigo no ônibus já se dispersou. Não vejo mais os mochileiros orientais.

Procuo a fila menor e, enquanto aguardo, observo que a maioria das pessoas tem aparência árabe. Já haviam me dito que Israel dificulta a entrada de árabes e descendentes no país para que eles desistam de visitar o lugar. Isso explica o fato de eles estarem ali sentados com cara de poucos amigos. Devem estar aguardando há horas. São mulheres, crianças, idosos.

Aline, a fotógrafa que me deu algumas dicas, esperou quatro horas até ser liberada para

entrar no país. Ela é brasileira, mas tem o sobrenome árabe do pai. Ela disse que foi entrevistada na imigração numa sala fechada. Depois de algumas horas, contou que estava tão cansada que até entrou em contradição algumas vezes. E, segundo ela, eles fazem de propósito. É como num interrogatório policial. Eles minam o emocional da pessoa para arrancar o que querem.

Penso que talvez aquelas pessoas que estão sentadas, com semblantes cansados, tenham passado por isso.

Já se passaram uns trinta minutos. Falta só uma pessoa para ser atendida na minha frente.

Um homem interrompe o atendimento no meu guichê para falar com a soldada. Eles discutem um pouco. É um homem baixo, de uns 50 anos, deve ter 1,65 metro de altura, gordinho, calvo, de bigode. A pele morena. Ela o trata de maneira agressiva. É um senhor, com idade para ser avô dela, mas isso não faz diferença.

A vontade que me dá é de chamar a atenção da soldada, mas fico quieta, não devo me meter em confusão.

Agora entendi, o passaporte dele desapareceu. E ele está dizendo que entregou à soldada do guichê. E o outro soldado que o está interrogando na tal salinha está pedindo o documento. A soldada do guichê balança a cabeça negativamente e diz que não está com o passaporte dele. Outra soldada entra no guichê e diz que o passaporte reapareceu. O homem então a acompanha. Acho que foi esse o motivo da discussão, não entendi sequer uma palavra, mas, pela gesticulação dos dois, deduzi a história e no final a outra soldada mostrou o documento a ele. Deve ter sido isso.

É a minha vez. Sou atendida em inglês. A soldada pega o meu passaporte e faz perguntas, aquelas que já havia respondido à polícia federal, no aeroporto em Amã, e algumas outras.

Ela quer saber por que venho de Amã e por que passei por Dubai. Explico que... Ela não deixa eu terminar, me interrompe e pergunta: é mais barato do que vir por Tel Aviv, não é? Confirmo. É mais barato.

Ela quer saber o que estou fazendo em Israel. Eu digo que estou de férias e quero conhecer os lugares históricos. De novo, ela corta a minha explicação e já emenda outra pergunta.

Quer saber se vou visitar West Bank, a Cisjordânia. Digo que sim, que sou católica e quero conhecer a igreja da Natividade, em Belém. Ela me pergunta, então, se eu sei que o lugar é uma zona militar. Digo que sim, mas que só vou à igreja.

Agora ela quer saber onde ficarei hospedada. De novo, uso o mesmo argumento que usei em Amã. Digo que estou com uma lista de nomes de hotéis e que vou escolher pessoalmente. Ela confirma se é em Jerusalém. Sim, é em Jerusalém.

Ela quer ver os nomes dos hotéis. Mostro um caderninho, onde anotei de fato uma série de hotéis, pois ainda no Brasil havia feito uma cotação de preços, pois, caso não

conseguisse ir para a Palestina, teria de ficar em Jerusalém. A lista de novo foi um álibi.

A menina para de falar comigo e faz uma ligação. Conversa em hebraico, mas dá para ver que está falando sobre mim. Folheia o meu passaporte e responde a algumas perguntas da pessoa que está do outro lado da linha.

Desliga e volta a fazer perguntas. Quer saber quanto eu levo em dinheiro. Digo que tenho 2 mil dólares e cartões de crédito internacionais. Ela pede para ver o dinheiro e os cartões. Eu mostro.

Durante o interrogatório, ela pergunta várias vezes se conheço alguém em Israel. Digo que sim, mas que não tenho o contato dessas pessoas. Ela insiste nisso. Não entendo o porquê, mas não dou nomes. Digo que são conhecidos apenas.

A soldada faz mais uma ligação.

A entrevista já dura uns 25 minutos. Não chego a ficar nervosa, apenas um pouco ansiosa. O que aconteceu comigo em Amã, o susto que passei com a polícia federal, no final das contas foi bom, pois me preparou para o interrogatório principal, aqui em Israel. Acho que estou ganhando experiência nisso. E, de novo, não estou mentindo. A minha história é verdadeira. Sou católica, quero conhecer Jerusalém, tenho dinheiro, cartões de crédito. Cotei, de fato, os hotéis. E, novamente, o que estou omitindo é problema meu. Não vou ferir ninguém ou infringir leis e regras locais, mesmo porque só entra e sai de Israel quem eles querem. Então, não tenho o que esconder, além daquilo que é pessoal e que revelo a quem eu quiser.

O tempo todo ela fala comigo num tom áspero, não chega a ser indelicada ou mal-educada, mas não deveria ser assim. Afinal, sou uma visitante no país dela. Em qualquer lugar do mundo, pelo menos até antes de 11 de setembro, turistas sempre foram tratados como reis e rainhas. Eles representam dinheiro em caixa. Aqui é diferente. Tenho que explicar e provar por que quero visitar Israel. E até que eu prove o contrário, sou suspeita.

Enquanto a soldada fala ao telefone, observo. Ela é mesmo uma menina. Tem o rosto delicado, olhos castanhos, a pele bem clarinha, sem nenhuma marca ou cicatriz. Os cabelos são castanho-claros, lisos. Estão presos num coque. Deve ser norma do exército. As mãos são pequenas, de adolescente.

Aliás, a maioria deles é bem jovem. Dou uma olhada geral, parece um departamento de imigração-escola. Um órgão fictício criado para que os jovens aprendam a trabalhar na prática.

Outra soldada entra no guichê. Essa parece um pouco mais velha, uns 30 anos. Deve seguir carreira militar. A que estava me atendendo mostra a ela o meu passaporte, os dólares, os cartões de crédito e o meu caderninho com os nomes dos hotéis. Elas se entreolham, a outra sai do guichê e a soldada que me atende faz uma nova ligação.

Ela desliga e faz novas perguntas pessoais. Por que viajo sozinha, a minha idade etc. Até que me libera. O meu passaporte fica com ela. Então, o senhor árabe que insistiu com a soldada que ela tinha ficado com o passaporte dele estava dizendo a verdade. Ela retém

mesmo o documento.

Sou encaminhada a outro guichê. Lá sim recebo o passaporte de volta, carimbado, com um visto de permanência de três meses.

Reencontro os mochileiros orientais. Eles ainda não conseguiram os vistos.

Penso que estou liberada. Vou pegar a mala e tentar entrar na Cisjordânia ainda hoje.

Mas um soldado me para, toma o passaporte das minhas mãos. Ele não pede, ele arranca o passaporte das minhas mãos e grita comigo, num inglês horroroso. Eu me assusto, claro. Bem na hora em que eu ia passar pela catraca para pegar a mala.

Ele fica repetindo a seguinte frase, digo, tentativa de frase: "You have security luggage travel." Eu não entendo o que ele quer dizer. E o soldado repete a mesma frase várias vezes. Quando ele gritou comigo, me deixou atordoada, me pegou tão de surpresa que realmente não consigo compreender o que ele quer agora.

Peço o meu passaporte de volta. Digo que já tenho o carimbo do visto. Estou liberada. Mas o rapaz alto, mais ou menos 1,90 metro, forte, cabelos pretos, pele clara, segura o meu documento e me leva até a esteira de bagagem.

Eu não acredito que isso ainda não acabou. Já fui interrogada por quase uma hora. Tenho o visto, o que mais ele quer?

Tenho que repetir toda a minha história novamente para ele. Tudo de novo. Quem sou, o que faço ali, o que levo etc. etc. etc.

Talvez seja mesmo mais uma tática para surpreender quem esteja mentindo. É o momento em que a pessoa já está com o visto, relaxada, desarmada emocionalmente e, de repente, chega um maluco e desestabiliza a pessoa.

É assim que estou me sentindo: desestabilizada.

A minha mala. Fazia um bom tempo que estava longe dela. Está na esteira rolante, que está parada agora. Um rapaz louro, olhos azuis, da minha altura, 1,70 metro, está com ela, com as mãos no cadeado. Meu Deus, agora entendo o que o maluco queria. A mala está trancada. Eles querem ver o que há dentro.

Certamente ele abriu a minha mochila e viu o laptop, a máquina fotográfica. Que turista não carrega esses equipamentos?

Na mala só tem roupas. Mas eu me faço de desentendida. O grandalhão vai embora, me devolve o passaporte e me deixa a cargo do lourinho. Ele não fala inglês e chama um senhor alto, simpático, cabelos totalmente grisalhos, olhos azuis, pele muito branca. Ele parece nórdico.

O rapaz explica a situação. O senhor pergunta de onde eu venho. Digo que sou brasileira e que falo português. Ele solta uma gargalhada e diz que conhece o Brasil e fala comigo em português: "Seja bem-vinda a Israel. O Brasil é muito lindo, as pessoas são alegres."

Falamos um pouco. Nada importante. Claro que ele fala de futebol, de Pelé. Aliás, abençoado seja Pelé. Em boa parte do mundo, quando falamos que somos brasileiros, as pessoas logo abrem um sorriso e dizem: "Pelé." Parece "abre-te, sésamo", as portas se

abrem.

É o que acontece. O cadeado fica esquecido, o rapaz me entrega a mala, a mochila. E tudo certo.

Depois de mais essa, eu atravesso o saguão e, finalmente, saio do prédio da imigração.

O dia ainda está lindo, o céu azul, sol, calor, apesar de ser inverno. Já é final de tarde.

Dou uma olhada geral. Tem um ponto de ônibus e um de táxi. E uns homens conversando logo em frente. Me aproximo e pergunto como faço para chegar a Belém, Bethlehem, por aqui. Eles se olham e um deles, que parece o líder, supervisor, não sei, responde.

Primeiro, pergunta de onde eu vim. E a história de Pelé se repete.

Mas quando a conversa envolve dinheiro, nem Pelé resolve. O homem diz que vai custar 140 dólares. Eu reclamo, digo que é muito caro.

Ele argumenta que, além de ser longe, tem que ser um táxi especial, pois nem todos têm autorização para cruzar os checkpoints, que são as barreiras militares israelenses que cercam os territórios ocupados.

Eu ainda pechincho, mas não tem jeito. Ele então escolhe um motorista para me levar. É o mais jovem do grupo, deve ter 30 e poucos anos. Parece árabe.

Ele me ajuda com a bagagem, que coloca no porta-malas. A mochila eu prefiro carregar comigo. É um táxi branco. Ele me explica que os amarelos não têm permissão para cruzar os checkpoints.

O taxista fala pouco e eu também. Estou cansada. A paisagem, de novo, deserto. É lindo. As formações rochosas, as montanhas parecem feitas à mão. Mas estou exausta, não tenho ânimo para aproveitar o passeio. Apesar de que, para mim, é tudo novidade. É a minha primeira vez no Oriente Médio.

A estrada é a Maale Adumim Road, que cruza Jericó e leva a Jerusalém.

Passamos por alguns camelos, mas nem o animal, exótico para um brasileiro, me tira da letargia. Também estou com muita fome. Não como nada desde o café da manhã em Dubai. E não tenho nada na bolsa, nem um chocolate, um biscoito, nada. Deveria ter comprado um lanche para levar na bolsa. Mas...

Pergunto quanto tempo levará a viagem. O motorista responde que deve durar uma hora e meia, se tudo der certo.

Como assim? Ele deve estar pensando num pneu furado, falta de gasolina. Não, não é isso. Não em Israel. Aqui os problemas são as barreiras militares.

Já passamos por alguns checkpoints. Os soldados olharam e deram sinal para o carro seguir.

Mas esses bloqueios podem atrasar a viagem. O taxista me avisa que terá de dar uma longa volta, pois o caminho escolhido por ele, que seria mais rápido, está fechado.

Chegamos a uma área urbana. É um assentamento judaico. As ruas são limpas, as casas todas feitas com aquelas pedras brancas, as chamadas pedras de Jerusalém. As mulheres vestem saias abaixo do joelho, por cima das calças. Na cabeça, lenços. É a roupa tradicional das judias. Os ortodoxos, é claro, ortodoxos são muitos. Roupa preta, chapéu e aqueles cachos laterais nos cabelos. É um bairro residencial.

A vida parece correr normalmente por aqui. Vejo crianças e adolescentes com uniformes escolares e, pelo horário — já é final de tarde —, devem estar voltando para casa; mulheres com ar de donas de casa, com compras nas mãos, e rapazes e moças com jeito de que acabaram de deixar o escritório.

Por aqui, nada indica que, a alguns quilômetros, existe um lugar sob bombardeio. Depois de quase um mês de intensos ataques, parece que não há muito mais o que destruir em Gaza. Israel começa a recuar da ofensiva.

2. Chegada a Belém

Passamos por mais um checkpoint, e o cenário muda totalmente. As ruas são estreitas, íngremes, os carros são antigos, velhos, malconservados. As pessoas são outras, são árabes. As mulheres, de véu; os homens, bom, o primeiro que vejo entra na frente do táxi, com uma arma. Mira o motorista e manda parar. Faz um sinal com a cabeça apontando para mim. Deve estar perguntando ao taxista quem sou eu. Ele responde alguma coisa e o homem armado deixa a gente passar.

O taxista me explica que é um agente do Fatah, o partido de Yasser Arafat e do atual presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. Ele está ali, na entrada de Belém, para garantir a segurança e para evitar que homens do Hamas, partido com maioria no Parlamento, invadam a cidade. Os dois partidos disputam à bala o poder na Cisjordânia. Em Gaza, já é o Hamas que manda. Agora, com a invasão do território por Israel, o conflito entre Hamas e Fatah ficou para depois.

* * *

Paramos em frente ao hotel. Pago os 140 dólares, pego a mala, a mochila, a bolsa, agradeço e me despeço do taxista.

As luzes da recepção do hotel estão desligadas; acesas, só as do balcão de atendimento. O saguão está vazio e não ouço barulho algum. Um rapaz alto, pele branca, um pouco acima do peso, de cabelos encaracolados, me recebe: "Welcome."

Eu me apresento, explico que contatei o hotel por e-mail e que havia previsto a minha chegada a Belém para hoje. E aqui estou.

Ele diz que se lembra do meu contato e que foi ele mesmo que respondeu às minhas mensagens. Confirmamos o preço da diária combinado e ele diz que me dará um bom quarto. Outro funcionário aparece e oferece ajuda para subir com a bagagem e me levar ao quarto.

Antes, digo ao atendente que estou com fome e que preciso comer. Ele avisa que ainda não é hora do jantar, marcado para as nove da noite. Vejo no relógio de parede que ainda são seis e meia. Peço, então, um lanche, um chá e uma água.

O rapaz que carrega a minha bagagem indica o elevador. Subimos, ele abre a porta, diz que está à disposição e me deixa sozinha.

Assim como a recepção, o quarto também é um pouco escuro, apesar de as luzes estarem acesas. É um quarto simples, bastante simples. Na entrada, do lado direito, tem um armário de duas portas. Do lado esquerdo, em frente ao armário, fica o banheiro. A cama é tamanho queen, com dois criados-mudos. Ao pé da cama, encostada à parede, fica a penteadeira, com uma TV. Tem também um sofá de dois lugares e uma cadeira e uma mesinha de centro, próximos à janela. Aliás, a janela me incomoda. Na verdade, não é uma janela. A parede que dá vista para a rua é toda de vidro, do teto ao chão. Conto apenas com uma cortina grossa para dar privacidade. Preferia uma parede de concreto.

Começa a escurecer. Ainda não penso em desfazer as malas. Quero comer, tomar um banho e dormir, mas primeiro é hora de testar a internet. O recepcionista disse por e-mail que o hotel tem wi-fi, sem taxas extras. Uso a mesinha de centro para apoiar o laptop, sento na cama, ligo o computador e tento acessar a rede. A conexão não é segura, mas é o que tenho no momento. E parece boa. O acesso é rápido e não há ameaça de cair a todo instante. Isso é bom.

Estão batendo à porta. Espero que seja o lanche. Como eu pedi, um sanduíche de queijo branco com tomate, batatas fritas, água e chá.

Coloco a bandeja no criado-mudo e volto ao computador. Preciso acessar o meu e-mail para pegar a lista de contatos aqui na Palestina. Mas a primeira coisa que faço é escrever para a família; digo que estou bem, conto um pouco do que se passou até eu chegar e mando o telefone e o nome do hotel onde estou hospedada.

Os contatos. A ministra do Turismo e das Antiguidades, Khouloud Daibes-Abu Dayyeh, será a primeira pessoa que vou procurar amanhã. Eu a conheci no Rio de Janeiro, há quatro meses. Fomos apresentadas por Ali-El katibi, do Instituto Jerusalém, de Campinas, no interior de São Paulo. Ela estava no Rio para divulgar o turismo na Palestina, num evento do setor.

Ali foi uma das pessoas que consultei antes da viagem. Ele me ligou e me aconselhou a ir ao Rio para conhecer Khouloud, pois ela poderia me ajudar enquanto estivesse na Cisjordânia.

3. O primeiro contato

Apesar da cortina, a claridade da manhã me acorda. Tomo banho, café, tudo rápido. Desço e peço a ajuda da atendente para telefonar para Khouloud. De manhã, uma moça trabalha na recepção. Quando digo que quero falar com a ministra, ela chama o dono do hotel, Elias.

Ele já sabe quem eu sou. Ali, do Instituto Jerusalém, é amigo dele e havia mandado um e-mail com recomendações. A mensagem dizia que, provavelmente, uma jornalista brasileira chegaria à cidade e contaria com a ajuda dele.

Elias é um homem baixo, de mais ou menos 1,60 metro, magro, de bigode preto e cabelos grisalhos. Deve ter uns 60 anos. É um homem simpático e elegante. Ele me convida a ir à sala dele, que fica atrás da recepção.

Ele me oferece chá, liga para Khouloud e conversa com ela em árabe. Ao desligar, diz que a ministra vai me receber e que ele vai me levar até o Ministério do Turismo.

Deixamos o hotel e em cinco minutos chegamos ao escritório da ministra, na Manger Street.

A entrada do Bethlehem Hotel é na Al-Karkafa Street, uma travessa da Manger Street, que é a principal rua de Belém. Saindo da Al-Karkafa, à direita, a Manger Street leva à Hebron Road e acaba no Muro de Israel. Atrás do muro está Jerusalém. À esquerda, direção que pegamos para encontrar a ministra, a Manger Street leva à Manger Square, a praça onde ficam a Igreja da Natividade, a Mesquita de Omar e uma série de outros lugares históricos. É o principal ponto turístico da cidade.

Descemos do carro, atravessamos a Manger Street e entramos no prédio. Na fachada, a indicação: Ministério do Turismo e das Antiguidades — Autoridade Nacional Palestina.

Pegamos o elevador e paramos no quinto andar. A secretária da ministra pede que eu aguarde e leva Elias até Khouloud.

Passados dez minutos, Elias volta e me chama para entrar na sala da ministra. Khouloud se mostra surpresa e satisfeita ao me ver na Cisjordânia. Diz que eu realmente sou persistente, por isso vai me ajudar naquilo que eu precisar. Ela então chama a secretária e pede um chá para nós.

Khouloud já sabia a razão da minha viagem à Cisjordânia. Quando nos conhecemos no Rio de Janeiro, eu expliquei a ela o meu projeto: escrever um livro com histórias de mulheres palestinas. Conte também que o projeto do livro havia surgido durante a coleta de informações para o meu trabalho de conclusão da especialização em jornalismo

internacional. A dificuldade de encontrar informações sobre a população feminina palestina fez brotar a ideia do livro e dessa viagem.

Conversamos brevemente. A ministra pede licença para fazer uma ligação. O diálogo é em árabe e, de novo, não entendo nada. Entre um gole de chá e outro, observo a sala. Atrás da ministra, centralizado na parede, um quadro com a fotografia de Yasser Arafat, com o keffiyeh preto e branco que hoje virou um símbolo de resistência até em países ocidentais. O lenço de Arafat é praticamente um hino de protesto, uma linguagem. As pessoas o usam para expressar descontentamento em manifestações contra governos, contra o aquecimento do planeta, contra a globalização, contra o preconceito. Vale tudo.

Na mesma parede, mais à direita, numa posição de menos destaque, um quadro de Mahmoud Abbas, o atual presidente da Autoridade Palestina.

Khouloud termina a ligação e, agora sim, em inglês, me diz que falava com a presidente de uma organização para mulheres e que ela indicará uma série de nomes importantes para a minha pesquisa.

Anota o telefone e o nome num papel amarelo. É Suheir. A ministra pede desculpas, pois está num dia complicado e não pode mais me dar atenção. Então, ela me convida para conhecer o Instituto de Estatísticas da Autoridade Palestina, em Ramallah, que também está sob a coordenação dela. Eu aceito, claro. Marcamos, então, para uma segunda-feira. E nos despedimos.

Na sala de espera, Elias me aguarda. No caminho de volta ao hotel, ele me aconselha a andar pela cidade para conhecer o lugar.

Minha primeira pergunta é:

— Não é perigoso?

Ele responde com uma pergunta:

— Você tem medo do quê?

Eu explico:

— Medo de assalto, por exemplo. Sou mulher e, pela minha aparência ocidental, logo notarão que sou turista. Não é perigoso?

Elias me diz que jamais em Belém uma mulher e um turista serão importunados. E que posso andar tranquilamente, a qualquer hora do dia e da noite, que nada de mau acontecerá.

Os turistas são a principal fonte de renda da cidade santa. E, ele garante, qualquer palestino reagirá em defesa de uma mulher que esteja sendo assaltada ou atacada. Então, nenhum homem se atreve a mexer com uma mulher na rua.

E Elias mostra que sabe mais sobre mim do que eu havia contado. Ele diz:

— Em Belém não tem violência urbana como em São Paulo, onde você mora. Eu conheço a sua cidade. É um lugar muito bom para viver, mas tem muitos assaltos, roubos, crimes.

Certamente, foi Ali quem contou a ele que sou de São Paulo.

— E os soldados israelenses? — pergunto.

— É só não se aproximar dos checkpoints. Os soldados dificilmente entram nessa área de Belém.

* * *

De volta ao hotel, peço a ele para me ajudar a telefonar para Suheir, a mulher indicada pela ministra. Entramos na sala dele e entrego o papel amarelo no qual a ministra Khouloud anotou o número do telefone da minha primeira entrevistada.

Elias faz a ligação e conversa com ela em árabe. Deve estar falando de mim. A ligação é rápida. Ao desligar, Elias diz que Suheir está me esperando e que ela tinha dito a Khouloud que me receberia hoje mesmo.

Elias pega a chave do carro e se oferece para me levar ao escritório de Suheir. Lá vou eu. Deixamos novamente o hotel. Elias sobe a Al-Karkafa Street e dessa vez vira à direita na Manger Street, sentido contrário ao que pegamos para encontrar a ministra.

A frota de carros que circula por Belém é bem antiga. Os veículos são velhos, enferrujados, os estofados são rasgados. Mas o carro de Elias parece novo, é uma picape com bancos de couro. É um dos raros carros em bom estado de conservação que vi na cidade até agora.

Estou atenta ao caminho. Preciso aprender a me virar sozinha em Belém. Andamos alguns metros na Manger Street, e Elias vira à esquerda e depois à esquerda novamente numa viela. Paramos em frente a um prédio igualzinho a todas as construções da cidade. Edifício baixo de quatro ou cinco andares, revestido das pedras de cor bege, as pedras de Jerusalém, e portas de ferro verdes. Ainda não sei por quê, mas quase todas as portas dos estabelecimentos comerciais são verdes.

Elias olha pelo para-brisa e confirma o endereço. É aqui mesmo. Antes de nos despedirmos, Elias me orienta a pegar um táxi para voltar ao hotel. Eu digo que tudo bem, mas penso em voltar a pé. Pelo que prestei atenção no caminho parece perto. E será uma boa oportunidade para eu começar a conhecer o lugar.

Elias vai embora e eu subo as escadas até o escritório de Suheir. Não há elevadores no prédio. E os apartamentos são mal identificados. Nem todos têm número. O de Suheir mesmo não tem, mas deduzo que seja o escritório, porque há um quadro com uma série de recados. Deve ser este.

4. Suheir e a condição da mulher palestina

Toco a campainha. Um rapaz me atende. Digo que quero ver Suheir. Ele fala inglês e confirma que ela está me esperando. Eu entro, e logo a secretária me oferece um chá e pergunta:

— Com maramia?

Eu devolvo a pergunta:

— O que é maramia?

Ela, então, explica:

— É uma erva que faz bem ao estômago e que é muito consumida pelos árabes com chá.

Sendo assim, eu aceito chá com maramia. A erva tem um sabor forte e amargo, mas de fato vai bem com chá.

Termino o chá e a secretária me leva até a sala de Suheir. Nos apresentamos e ela me convida a sentar.

É uma sala pequena, com cerca de uns 3 metros quadrados, com duas mesas de escritório antigas, de madeira escura, e já desgastadas pelo uso. As cadeiras são surradas, com os assentos rasgados. O azul das paredes também já está envelhecido. A iluminação fraca me incomoda um pouco.

Suheir é um pouco mais alta do que eu, deve ter 1,75 metro de altura. Os cabelos são pretos, na altura dos ombros, e dá para ver que já recebem retoques para esconder os fios brancos. É magra, tem o corpo bonito. A pele parece um pouco envelhecida pelo sol. É uma mulher bonita, mas tem a expressão cansada. Aparenta ter entre 45 e 48 anos, por aí.

Antes de a conversa começar, Suheir avisa que temos pouco tempo, pois já havia assumido um outro compromisso. Fico um pouco decepcionada, mas ela logo explica que me deixará com outras mulheres da organização. E diz que Khouloud disse a ela ao telefone que ficarei um período na cidade. Eu confirmo e, sem querer atrapalhar, digo que podemos também nos encontrar outras vezes.

E a entrevista começa.

Primeiro eu explico por que estou na Cisjordânia. Digo que vim para coletar histórias de mulheres e que, por meio desses relatos, pretendo contar num livro como é viver num território ocupado por décadas..

Então, faço a minha primeira pergunta:

— A ocupação afeta a sua vida de alguma forma?

Pelo olhar, fica claro que Suheir reprovou ou não entendeu a pergunta. Ela fica em silêncio, abaixa a cabeça e pergunta:

— Como assim? Você quer saber se a ocupação atrapalha a minha vida? — E completa: — Não há sequer um cidadão palestino que não tenha impedimentos e transtornos por causa da ocupação. As restrições vão além da falta do direito de ir e vir. Vivemos confinados. Não temos acesso livre a médicos, a educação, a diversão, a alimentação, a água. A cada passo que tentamos dar, cada vez que temos que nos locomover, mesmo dentro do que restou para nós da nossa terra, somos submetidos a constrangimentos.

Constrangida estou eu. É óbvio que minha pergunta foi mal elaborada. Logo eu, que estudo o tema, dei essa bola fora.

Suheir continua:

— Por mais que você não queira, a ocupação vem até você e o obriga a se engajar em algum movimento de resistência. É uma questão de sobrevivência. A ocupação te persegue nas ruas, nas universidades, no trabalho, dentro de casa.

Não sei se Suheir é sempre assim, mas ela não sorri e não alivia o semblante tenso nem por um minuto. Ela diz que tem 40 anos. É mais jovem do que pensei. Ela conta que tinha seis meses quando o pai foi para o Líbano, expulso por Israel, e nunca mais pôde voltar. Isso acontecia principalmente com pessoas consideradas líderes e com poder de influenciar os outros. Israel não queria palestinos capazes de organizar manifestações, protestos e movimentos contra a ocupação.

Foi nos anos que se seguiram à Guerra dos Seis Dias, quando Israel atacou e venceu a Aliança Árabe. Foi nessa época que Israel ocupou a Faixa de Gaza e mais terras na Cisjordânia, restando aos palestinos apenas 22% dos 43,5% da partilha definida pelas Nações Unidas em 1947 e que até hoje não é respeitada pelo Estado hebraico.

— Israel expulsa o pai, que é o provedor, uma tática para desestabilizar a família; assim, a mulher e os filhos vão atrás.

Suheir conta que foi presa pela primeira vez aos 17 anos e ficou detida por quarenta dias. Ela trabalhava como fotógrafa.

— Foi o jeito que arrumei para sobreviver e ajudar minha mãe e meus irmãos. Na época, jornais e revistas não mandavam seus jornalistas para cá, pois era muito arriscado. Então, alguns de nós, palestinos, fazíamos o papel da imprensa.

Hoje ela tem três filhos e vive no campo de refugiados Dehaisha, aqui mesmo em Belém.

Suheir diz que está na hora de sair para um treinamento e me dá o telefone de outras duas mulheres com quem devo conversar: Khaula e Nadia. Ela vai a Nablus ensinar mulheres a usar câmeras de vídeo.

— Tenho que ir, pois a viagem que farei agora levaria no máximo quarenta minutos, mas com os checkpoints o meu percurso pode levar mais de dez horas. Isso se eu conseguir chegar. Os soldados já me conhecem, sabem o que vou fazer, por isso

dificultam e atrasam ao máximo a minha passagem.

Suheir é diretora da TAM — Women & Media Development, uma das dezenas de organizações não governamentais voltadas para a mulher palestina e que são financiadas, na maioria, por europeus. Essas organizações têm o objetivo de amenizar o sofrimento e melhorar as condições de vida da população.

No caso, a TAM promove a profissionalização, ensinando as mulheres a usar câmeras de vídeo para fazer documentários e registrar seus dramas pessoais, assim como os de suas mães, irmãs, vizinhas. Elas aprendem uma profissão e ao mesmo tempo discutem a situação da mulher na sociedade palestina.

Suheir diz que a mulher palestina é tão reprimida quanto qualquer mulher de outra nacionalidade.

— Os abusos contra a mulher são os mesmos aqui, na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil. A diferença é que, além de todos os encargos atribuídos à mulher, aqui na Palestina sofremos os danos de ser um povo sob ocupação.

A observação de Suheir confirma algumas informações que levantei para a minha tese de pós-graduação em jornalismo internacional.

Um relatório divulgado pela Anistia Internacional em 2005 afirma que as mulheres palestinas são pelo menos três vezes vítimas no conflito com Israel: elas vivem a guerra, a ocupação e ainda o patriarcado. O documento constata também que, além de sofrerem abusos diretos por parte dos soldados israelenses, as palestinas enfrentam as consequências indiretas, como o aumento do desemprego e a pobreza.

Esse informe foi publicado com o título “Israel e os Territórios Ocupados — as mulheres suportam a carga do conflito, da ocupação e do patriarcado” e pode ser consultado numa pesquisa simples pela internet mesmo.

A organização critica as tradições e leis que não tratam as mulheres em condições de igualdade como membros da sociedade palestina. O documento relata que centenas de mulheres foram assassinadas por grupos armados em nome da honra. Além disso, a pobreza e o desemprego agravam os problemas de desigualdade de gênero naquela sociedade. A violência na família aumenta e as leis e práticas discriminatórias não oferecem proteção às mulheres.

Na verdade, essa condição da mulher, em maior ou menor grau, é identificada em diversas partes do mundo. E o relatório da Anistia Internacional considera um agravante: desde a intifada de setembro de 2000, as palestinas estão cada vez menos dispostas a pedir ajuda ou se queixar, pois acreditam que devem deixar de lado seus problemas pessoais para dar suporte e força aos maridos, que sofrem no “pelotão” de frente na resistência à ocupação dos territórios árabes por Israel.

Eu também pude perceber esse comportamento durante as entrevistas. Apesar da pressão e da violência a que são expostas, elas se mantêm como protetoras da família. E eu acredito que essa situação tão delicada e particular pode ser criticada e julgada por

elas mesmas, mas não por pessoas de fora.

A denúncia que ocupa mais espaço no documento da Anistia Internacional fala sobre as restrições impostas por Israel que limitam a liberdade de circulação e impedem o acesso das mulheres aos serviços médicos, à educação e ao emprego.

“As restrições de movimento, a negativa ou demora em passar pelos postos de controle militar israelenses, os bloqueios e os toques de recolher causam múltiplas complicações às mulheres que precisam de cuidados médicos e provocam a morte de pacientes”, diz o relatório. E acrescenta que muitas mulheres foram obrigadas a dar à luz nos postos de controle, na estrada, resultando na morte dos bebês.

Esse número não é preciso, por conta da censura às informações e da própria limitação de acesso aos territórios ocupados imposta por Israel. Mas, segundo um levantamento da Organização das Nações Unidas, de 2000 a 2006, das 69 palestinas que deram à luz nos checkpoints, pelo menos 35 perderam os bebês por falta de atendimento médico.

E voltando à condição da mulher palestina na família, ainda quando eu escrevia o trabalho de conclusão da pós-graduação, pesquisei um pouco sobre o passado da mulher árabe na sociedade e encontrei uma série de informações interessantes. É importante entender que dentro da definição de povo árabe existem diversas ramificações, etnias, nacionalidades e fronteiras que diferenciam hábitos e costumes.

Ao escrever o livro Uma história dos povos árabes, o autor Albert Hourani pesquisou o papel da mulher árabe muçulmana por volta de 1300 e 1500. Ele diz que elas tinham um papel limitado na vida econômica da cidade e tinham atividades diferenciadas, de acordo com as condições socioeconômicas da família. Havia as que trabalhavam como empregadas domésticas dos mais abastados, outras ajudavam os maridos nos negócios e nas atividades que mantinham a casa. Havia também as artistas, dançarinas e cantoras. Segundo Hourani, a maioria, porém, não participava das atividades que movimentavam a economia das grandes cidades. O autor diz que as mais ativas eram mulheres de famílias pobres, certamente pelas necessidades de sobrevivência.

Hourani conta que as mulheres de famílias ricas, poderosas e respeitadas não trabalhavam e mal podiam sair de casa. Viviam isoladas numa parte especial da casa, o harém. Na hora de sair usavam o véu, como é até hoje em alguns países e culturas.

Ele diz que os homens acreditavam que as mulheres não deviam sair nem para ir ao mercado ou à feira para fazer compras, porque, no contato com a vida externa, na rua, as mulheres poderiam ser estimuladas a cometer atos impróprios para a cultura, como bater papo com os comerciantes ou com quaisquer outras pessoas.

Segundo as pesquisas de Hourani, no entanto, viver reclusa num harém não significava, obrigatoriamente, que a mulher não tinha vida própria e que não se divertia. Dependendo da capacidade criativa, da personalidade da mulher e de como ela encarava aquela rotina, a vida poderia ter uma série de nuances.

Hourani relata que elas tinham uma espécie de vida paralela. O mundo dessas mulheres

acontecia nos quartos e espaços reservados para a ala feminina das grandes famílias, em visitas umas às outras, nas casas de banho públicas — que eram reservadas para as mulheres em momentos especiais — e nas celebrações de casamentos ou nascimentos de filhos.

E havia também, claro, as empresárias que administravam a própria riqueza, os negócios da família, os bens. A maioria fazia isso por meio de administradores, ou seja, elas chefiavam um homem contratado para cuidar dos negócios.

O autor conta que há registros de mulheres que recorreram ao tribunal do cádi para reivindicar seus direitos. No campo, por exemplo, uma mãe, mesmo que tivesse filhos homens, podia ter o comando da família.

Mas Hourani ressalta que, apesar das exceções, a ordem social era mesmo baseada no poder superior e nos direitos dos homens. E cita a imposição do véu, na época, e o isolamento nos haréns como provas disso.

Em suas pesquisas, o autor diz que essa hierarquia na relação entre homens e mulheres, profundamente enraizada em algumas culturas do Oriente Médio, já existia antes do islã e tem sido preservada principalmente em regiões do campo, mais afastadas, com regimes tribais.

Muitas leis foram modificadas ao longo do tempo e se tornaram ainda mais rigorosas com o desenvolvimento da Charia, um sistema de leis e moralidade social segundo o Corão.

Hourani ressalta também que essas leis não são consenso entre toda a comunidade muçulmana, pois radicais e moderados as entendem de maneiras distintas. As diversas interpretações dos textos levam muitas tribos a atitudes e hábitos extremos, inclusive contra a mulher.

Hourani cita uma dessas passagens: para os moderados, por exemplo, o Corão determina a igualdade entre homens e mulheres:

“O justo, homem ou mulher, sendo um dos crentes, entrará no Jardim.”

O autor também fala das leis do casamento para homens e mulheres, sendo que para o clã feminino as regras parecem bem mais severas, pelo menos segundo o olhar dos ocidentais.

Ele conta que o sistema de lei e moralidade social ideal, a Charia, estabeleceu direitos e limites para as mulheres no casamento e em relação à herança. Na opinião de alguns estudiosos do tema, a situação da mulher árabe muçulmana melhorou em relação ao período pré-islâmico.

Segundo a Charia, toda mulher devia ter um guardião homem, o pai, o irmão ou algum membro da família. Isso acontece até hoje em muitos lugares. O casamento da mulher era um contrato social entre o noivo e o guardião. O pai, como guardião, podia acertar o casamento da filha sem o consentimento dela, se ela não tivesse chegado ainda à puberdade. Se tivesse, seu consentimento seria necessário, mas, se não tivesse sido

casada anteriormente, o consentimento poderia ser dado pelo silêncio. Situações como essa ainda acontecem em famílias muçulmanas tradicionais.

O contrato de casamento previa um dote dado pelo noivo à noiva. A esposa devia obediência ao marido, mas em troca tinha direito a roupas adequadas, à casa e à manutenção, e a relações sexuais com ele.

Hourani cita o divórcio, que para a mulher parece uma condição bastante desigual. A esposa só tinha o direito de pedir o divórcio por um motivo considerado razoável, como impotência do marido, loucura ou a negação dos direitos estabelecidos na lei. E a mulher tinha de recorrer ao cádi.

Para o marido o pedido do divórcio era simples e menos burocrático. Bastava o homem repudiar a mulher, sem dar qualquer explicação, verbalmente e na presença de testemunhas. E pronto, o divórcio estava acertado.

Mas ainda havia uma opção para a mulher. A família dela poderia exigir cláusulas diferenciadas no contrato de casamento que a protegeriam em caso de divórcio. Ela não sairia da relação com uma mão na frente e outra atrás, nem ficaria desmoralizada diante da sociedade. Para isso, a família teria de abrir mão de metade do dote pago pelo noivo, regra que talvez não fosse bem-vista pelo clã masculino. No documento, a família da noiva poderia optar pelo recebimento de parte do dote somente em caso de divórcio, se o marido repudiasse a esposa. Esta segunda parte do dote é chamada de "parte adiada". Nesta negociação, a esposa repudiada também tem direito ao apoio e à defesa dos parentes homens, do pai, dos irmãos. Ela poderá voltar para a casa da família com os bens adquiridos, terá a guarda dos filhos e o dever de criá-los até uma certa idade, definida diretamente nos vários códigos legais. Depois disso, o pai ou a família dele assumiriam as crianças.

Por volta de 1300 e 1500, o testemunho da mulher num tribunal no mundo árabe tinha só metade do peso do testemunho de um homem. Em alguns países essa condição ainda persiste.

* * *

No mundo árabe de hoje, a mulher palestina é considerada entre as mulheres árabes uma das mais intelectualizadas e politizadas, o que incomoda alguns governos e grupos religiosos. Eles temem que elas influenciem as demais. Elas adquiriram essa condição por uma questão de sobrevivência: a maioria, moças, filhas de famílias refugiadas pela ocupação israelense, vivendo em países vizinhos, foram estudar e trabalhar como única perspectiva de vida. Suas famílias não tiveram a opção de simplesmente prepará-las para casar.

E a mulher tinha um papel importante na luta palestina. Principalmente a partir dos anos 1960, elas quiseram ser combatentes também. Não aceitavam mais apenas a condição de coadjuvantes, como cozinheiras ou enfermeiras.

Surgiram escolas de combate para mulheres, chamadas Zahrat (pequenas flores), que teriam lutado ao lado de rapazes militantes, os Ashball (filhotes de leão).

Na primeira intifada, a revolta palestina contra a ocupação israelense, em 1987, a mulher lutou. A escritora Amal Kawar conta, em *Daughters of Palestine* (Filhas da Palestina), que, muitas vezes, as jovens saíam de casa dizendo que iam visitar as amigas. Nas entrevistas, ouvi algumas histórias dessas. Com a ajuda dos irmãos, elas seguiam para o campo de batalha, o foro universitário, a enfermaria da linha de frente.

Além de driblarem os pais, elas tinham que enfrentar o preconceito cultural entre os próprios colegas combatentes, o que dificultava bastante sua atuação. E, como elas me disseram, isso continua até hoje, principalmente nas famílias islâmicas mais tradicionais. Muitas moças são proibidas de militar e não têm como argumentar ou a quem recorrer.

E o que me relatam é que isso é um paradoxo na vida delas, pois são duas realidades que batem à porta: de um lado, ocupação. As mulheres sofrem a agressão do exército israelense. São torturadas pelos soldados israelenses física e verbalmente. E perguntam: como não reagir?

Do outro lado enfrentam a reprovação de boa parte da ala masculina palestina, que não aceita a participação das mulheres na luta. E as meninas são educadas desde cedo para obedecer cegamente aos homens da família.

A partir de 1948, quando o primeiro vilarejo da Cisjordânia foi ocupado de fato por israelenses e milhares de palestinos foram expulsos de suas casas e terras, algumas famílias se apegaram à educação como a única esperança de um futuro melhor para meninos e meninas.

Isso trouxe mais conscientização política às mulheres, o que as levou a pressionar por mais participação no movimento de resistência palestino.

Elas contam que outra data importante que colocou a mulher na luta foi 1967, quando Israel ocupou grande parte da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Os palestinos passaram a conviver com os soldados muito de perto; como eles dizem, no quintal de casa. Os desentendimentos, as agressões e o desrespeito viraram rotina dos dois lados. As mulheres tinham de enfrentar os soldados até para se locomoverem, situação que persiste até hoje.

Em grupos, elas protestavam e protestam contra a ocupação de terras, contra a destruição de casas, contra as barreiras.

Em 2002 aconteceu a explosão da primeira mulher-bomba. Esse é um assunto do qual falarei mais adiante. Era uma militante do Hamas. Pelo que se sabe, as mulheres pressionavam o grupo havia alguns anos para participarem dos atentados, mas existia uma forte resistência dos homens, até que aconteceu a primeira.

Pelo estatuto do Hamas, as mulheres são definidas como aquelas que geram os homens. Elas participam do grupo por meio de associações e devem se dedicar às questões ligadas a cultura, educação e caridade, deixando as decisões políticas e a luta contra o exército de Israel sob a responsabilidade dos homens.

Para o Hamas e parte dos homens, cabe às mulheres visitar famílias que tiveram parentes mortos, cuidar dos feridos e, além disso, uma função importantíssima e arriscada: contrabandear armas e comida para militantes fugitivos. Aquelas que não se contentaram em ficar só nisso passaram a cometer suicídio, como os homens, ou entraram para a política.

Para cumprir cotas obrigatórias, o Hamas lançou, nas eleições legislativas de 2006, 13 candidatas. Seis venceram. A resistência no começo foi grande. Mesmo eleitas, as deputadas do partido reclamavam por serem desencorajadas pelos próprios colegas. Eles não aceitavam o fato de elas tentarem conquistar postos em comitês-chave.

Nessa linha de privilegiar a participação das mulheres na luta palestina, a Autoridade Nacional Palestina nomeou, em 2006, dez embaixadoras para diversos postos diplomáticos em vários países do mundo. No Brasil assumiu a diplomata Mayada Bamyá Abassi, que já estava à frente de embaixadas palestinas havia dez anos. Ela cresceu no Líbano, como tantos palestinos que, com suas famílias, tiveram que se refugiar depois de 1948, expulsos que foram de suas terras na primeira guerra de Israel. Mayada fala fluentemente português, espanhol, francês. E é ligada ao partido Fatah.

Ela trabalha para a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) desde que terminou a universidade. A diplomata se formou em ciências políticas e educação pela Universidade Americana, em Beirute, e assim que concluiu os estudos passou a trabalhar em campos de refugiados palestinos no Líbano. Ela mesma foi expulsa do seu país, em 1948, juntamente com a família, quando tinha 2 anos de idade. Numa entrevista, a embaixadora contou que, na época, 900 mil pessoas foram expulsas da Palestina.

No campo de refugiados, Mayada trabalhava com crianças e mulheres. Foi ela quem fundou um departamento de Relações Internacionais para a Cruz Vermelha Palestina, a partir do qual foi criado um comitê de médicos para trabalhar nos campos de refugiados palestinos.

No livro-reportagem *Palestinos*, os novos judeus, a autora Helena Salem conta que a maioria das mulheres nos campos de refugiados se ocupava do trabalho doméstico e da educação dos filhos. O conteúdo que deu origem à obra de Helena Salem foi coletado em 1973.

A autora também relata que nas bases militares dos fedayin, os militantes palestinos, não existiam mulheres. Em virtude da formação religiosa dos camponeses, eles reagiriam muito mal ante uma convivência entre homens e mulheres não casados, e isso provocaria o afastamento da guerrilha em relação à massa. A ausência de mulheres visava respeitar os costumes da população local, profundamente ligada à religião. Eles até cogitavam a

participação das mulheres, mas só em caso de emergência e necessidade absoluta. Então elas ficavam mesmo nas atividades sindicais, nas quais podiam dar uma contribuição importante, ou nas associações dos campos de refugiados.

Antes de viajar para a Palestina, conversei pessoalmente, por telefone e por e-mail com muitos palestinos e filhos de palestinos que vivem no Brasil. E pedi a eles que escrevessem algumas linhas sobre a família, a vida na Palestina e como eles se viam na imprensa brasileira. Selecionei três depoimentos:

Meu nome é Riam Dais, tenho 32 anos, sou casada, me ocupo do lar. Nasci no Brasil. Morei na Palestina durante 12 anos (de 1983 até 1995). Fui com 8 anos, estudei lá até o segundo grau, casei e voltei para o Brasil.

Meu pai é palestino e minha mãe também, tenho três irmãos e três irmãs brasileiros.

Meu pai levou a gente para a Palestina para aprender a língua e a religião. Somos muçulmanos. Antes da intifada a vida era muito boa, eu aproveitei bem a minha infância, morei numa cidade pequena, com aproximadamente 3 mil habitantes. Tudo era simples, as pessoas, o custo de vida era barato. Nós comíamos o que plantávamos. Quando precisávamos de outras coisas, tínhamos que ir para a cidade grande, Ramallah. Ficava a 15 minutos de carro. Agora leva mais de uma hora e quarenta minutos, por causa dos bloqueios e das mudanças dos caminhos que os judeus fizeram para complicar a vida do povo. Na época, o dia a dia da jovem palestina de manhã era na escola ou na faculdade. Se a escola fosse fora da cidade, passávamos o dia todo entre o estudo e as viagens de ida e volta. À noite ficávamos com a família, e no final de semana as amigas combinavam para sair, fazer compras, ir ao parque. Mas os conflitos acabaram com tudo isso. Ficou perigoso. As bombas do exército israelense caem de repente, os confrontos começam e duram dias, até meses.

As mulheres palestinas em geral não são militantes; as mulheres que se tornam mulheres-bomba e se explodem são casos isolados. São mulheres que perderam tudo, perderam mãe, pai, irmãos. Tiveram a casa destruída pelo exército judeu. Elas são revoltadas com tudo isso, não têm mais nada a perder. Nem armas para lutar e se defender. Também não têm ninguém que as defenda. Nenhum país, nem as Nações Unidas defendem os palestinos. O mundo cruzou os braços e assiste aos israelenses todos os dias matando crianças e jovens, derrubando casas, cortando água e luz.

Cansadas de tudo isso, as mulheres palestinas saem às ruas, fazendo passeatas de protestos para que talvez um dia o mundo ouça o pedido de socorro da nação palestina. O estudo é a única arma da mulher palestina.

É revoltante!

A imprensa brasileira não informa os dois lados. Quando Israel ataca, a justificava é que foi resposta à violência dos palestinos. Quando um palestino ataca, não há justificativa, é como se ele tivesse atacado porque é selvagem, terrorista.

Em outro depoimento, a advogada Jamile Abdel Latif conta sua experiência como filha e mulher de palestinos e fala sobre a visita à Faixa de Gaza:

Meu nome é Jamile Abdel Latif, 41 anos, sou casada, advogada. Fui à Palestina e lá vivi por cinco meses, entre 1991 e 1992.

Meu pai é comerciante aposentado, palestino. Minha mãe é portuguesa, professora aposentada. Tenho três irmãos — um médico, uma nutricionista e um economista.

Embora tenha me casado lá com um palestino, os israelenses negaram meu direito de permanecer no país (violação ao princípio de direito internacional de reunião de famílias).

Negaram sem qualquer explicação. Apenas disseram que, por ser árabe e casada com árabe, não teria o direito de viver ali.

Quando esgotou o meu tempo, eu e meu marido tivemos que vir para o Brasil.

Minha vida era a de uma dona de casa típica, já que, sem perspectiva de permanecer ali, não dava para pensar em carreira.

A vida lá é um inferno feito sob medida por Israel a fim de tornar a vida dos palestinos tão insuportável, tão miserável, que nos force ao exílio. O fato foi denunciado por muitos ilustres israelenses. É o que eles chamam de "matriz de controle": matam nossas lideranças; fecham nossas escolas (Sharon dizia que um palestino estudando é mais perigoso que armas nas mãos dos palestinos); cortam sempre a água e a eletricidade; nossa água é mais cara que a dos judeus e falta; nossa eletricidade é de qualidade inferior e, para piorar, somos submetidos a constantes toques de recolher (tem toque de recolher pelo menos duas vezes por semana), que às vezes levam dias para serem suspensos.

Quando cessa o toque de recolher, nós corremos feito baratas tontas para os mercados. Era comum meu marido ficar preso no hospital.

E, para piorar, os soldados israelenses, em seu ínsito racismo, nos tratam como insetos. A ofensa é diária. Não há diversão, nem shoppings. A vida é

miserável.

Há mulheres militantes e mulheres que têm medo. Mas não há como viver lá e fingir que nada está acontecendo. Quando há fome e desemprego, qualquer um se torna politizado.

Somos mulheres normais, que sonham com estética, casa bonita, marido bom, filhos na escola. Mas há muita decepção e sofrimento. Nossos maridos estão sempre em necessidade de dinheiro, temos medo do desemprego, de nossas casas serem destruídas, não temos acesso aos serviços médicos (checkpoints e toques de recolher impedem), e a incerteza quanto ao futuro nos deixa apreensivos.

Toda essa situação medonha faz com que cresça uma religiosidade antes estranha aos palestinos e, em minha opinião, nociva às mulheres. É o ciclo da violência. Violência dos soldados gera tensões dentro dos lares.

Sonho com uma Palestina ou Israel, ou seja o que for, o nome não importa, para todos, onde a legislação seja igual para todos e o racismo seja um crime terrível e apenado com prisão.

Nunca vou entender o racismo dos judeus de se acharem superiores a todos os outros povos (por isso não se misturam) e não sentirem sequer culpa por terem nos expulsado e continuarem nos expulsando de nossos lares. E mais ainda: mentem sobre a nossa história e mentem descaradamente.

A sensação de revolta e impotência dos palestinos é imensa. Os judeus têm a mídia, a ONU, o Banco Mundial, o FMI, o dinheiro do mundo e repetem à exaustão que somos os bandidos. As pessoas parecem não estar interessadas em perguntar como começou o conflito: judeus e ameríndios invadiram nosso país e não quiseram conviver conosco porque se acham superiores.

Sempre que acontece um ataque palestino, falta a imprensa dizer que o ataque é uma resposta natural palestina aos crimes cometidos por Israel na ocupação contra a Palestina.

Ahlan nasceu no Brasil, é filha de palestinos e visitou a Palestina duas vezes:

Meu nome é Ahlan Nader Samhan, sou solteira, tenho 21 anos. Sou estudante universitária. Vivi na Palestina de 1989 a 1991 e de 2003 a 2005.

Tenho dois irmãos. Meus pais são palestinos refugiados e vivem aqui no Brasil há mais de vinte anos.

Amo a Palestina. Tentamos viver uma vida normal, com algumas

dificuldades e algumas coisas que não vemos no Brasil, como tanques nas ruas e soldados armados. Estudava e cursei faculdade lá. Brincava em parques e passeava num shopping do lado palestino, bem pequenino. Lá também tem academia de ginástica, a mulher jovem estuda, trabalha, passeia, tenta fazer tudo que uma jovem faz aqui.

No geral as palestinas não são militantes. São mulheres normais com família, algumas casadas. As viúvas, guerreiras, que tentam sobreviver em um país em conflito, tentam criar seus filhos, viver com sua família. Passam por muitas necessidades e ainda têm força para lutar para ter a sua pátria de volta, lutam pela paz e pela sobrevivência.

O importante aqui é mostrar que a mulher palestina é uma mulher como qualquer outra, muito guerreira e que gosta de cuidar de seus estudos e da família, que trabalha e leva uma vida normal.

Acho que tanto a imprensa brasileira como a estrangeira, quando falam do conflito, deixam de mostrar os dois lados. Por exemplo, no caso da mulher-bomba que se explodiu em 4 de outubro de 2003. Se não me engano, o fato que levou essa mulher a cometer esse atentado foi a morte de seu esposo por soldados israelenses. Os jornais não disseram isso. Então, falta dar esse enfoque, pois para ela ter feito isso foi por algum motivo muito grave.

Tentaria mostrar o lado dela em relação ao que aconteceu e, claro, não defenderia. Pessoas inocentes do lado palestino, muitas mulheres e crianças morrem todos os dias, vítimas da política de exterminação do governo israelense, mas isso não explicaria retaliar da mesma forma.

5. O muro

Eu havia combinado com Suheir que, mesmo depois que ela saísse, eu ficaria no escritório para entrevistar outras mulheres, mas já é hora do almoço; então, resolvo ir embora e voltar outro dia.

Na verdade, quero muito ver o muro que Israel construiu para cercar e isolar a Cisjordânia. Despeço-me de Suheir e do pessoal da TAM e saio.

Lembro o caminho feito por Elias quando me trouxe, volto a pé. Em minutos, chego à Manger Street. Sei que o muro fica à esquerda, mas antes vou fazer um lanche. Estou bem em frente a um café: Café Sima. É um lugar pequeno e aconchegante. Tem estilo europeu.

A atendente, uma moça de uns 30 e poucos anos, é também a dona do café. Ela me conta que estudou gastronomia na França e já voltou à Cisjordânia com a ideia de abrir a lanchonete. Eu aproveito a boa conversa e pergunto se é seguro se aproximar do muro.

Ela diz que sim, mas me alerta a não chegar muito perto, pois os soldados não gostam. Diz também para eu ficar longe do checkpoint.

Termino o café, pago, agradeço e me despeço. Como atravessei a Manger Street, agora o muro está à minha direita e é para lá que eu vou.

Antes, mais uma paradinha, numa loja de souvenirs, ao lado do Café Sima. Nas prateleiras, miniaturas de camelos, de ovelhas, de presépios, muitas lembrancinhas religiosas. Estou na terra santa. A minha viagem está só começando, mas já escolhi os presentes para amigos e para a família: vou levar camelinhos de oliveira para todo mundo. Já deixo até encomendado com o rapaz da loja: trinta camelinhos. E combino com ele que volto para buscar na próxima semana. Como garantia, dou o meu nome e digo que estou hospedada no Bethlehem Hotel.

Num sinal de que ainda estou com receio de ir até o muro, confirmo com o vendedor se de fato não é arriscado chegar perto do muro. Assim como a dona do Café Sima, ele diz que não. É só não incomodar os soldados.

Então, vamos lá. Já preparo a máquina fotográfica, que carrego pendurada no pescoço, e sigo pela Manger Street. No caminho, lojas, mercados pequenos e uma placa indicando: sede do Partido Popular da Palestina. É o antigo Partido Comunista da Palestina.

Vou em frente e começo a avistar o muro. Paro mais uma vez e pergunto a um senhor que está em frente a um hotel se é perigoso fotografar o muro. Ele é a terceira pessoa, num percurso de menos de 500 metros, a me dizer que é seguro.

Então, não tenho desculpas para recuar. Atravesso uma rua e dou de cara com ele. É

um susto. Um paredão enorme de concreto, de 8 metros de altura. A impressão que me dá é de que ele vai se mexer e se lançar sobre mim. É como se o muro fosse ganhar a forma de um desses robôs transformers gigantes e sair andando. As guaritas são ainda mais altas e parecem a cabeça do robô.

Estou aqui parada há apenas alguns minutos, mas parece um longo tempo. Acho que estou em choque pelo que o muro representa, a repressão, o confinamento. Impossível não lembrar do Muro de Berlim, da queda, as pessoas em cima dele, rompendo o concreto às marteladas. E, agora, esse muro...

Um estampido me traz de volta. O barulho veio da guarita. Lá no topo, um soldado abriu e fechou a janela de ferro com força. Parece que fez de propósito para me assustar, e conseguiu. O meu reflexo foi sair correndo, cheguei a dar uns passos. Estou tremendo inteira. Se ele só quis se divertir à minha custa, deu boas risadas.

Mas logo vejo um carro da World Vision. A equipe também veio fotografar o muro. A manifestação barulhenta do soldado talvez não tenha sido para mim, mas para o pessoal da organização não governamental que denuncia abusos contra os direitos humanos.

Com a presença deles, não me sinto mais o único alvo dos soldados, então fico à vontade para fazer as minhas fotos.

6. Nadia

De volta ao hotel, tenho que agendar algumas entrevistas. Tem as duas mulheres indicadas por Suheir: Khaula e Nadia. E também quero ligar para a agência de turismo alternativo sobre a qual a ministra Khouloud já havia falado no nosso encontro no Rio de Janeiro e voltou a falar agora.

Vamos lá. Ligo primeiro para Khaula. Ela não parece muito animada a falar, mas como foi um pedido de Suheir aceita marcar a entrevista para a próxima semana.

Agora é com Nadia. Ela é mais receptiva e me convida a ir a sua casa. Em uma hora, estará de volta do trabalho, em Ramallah. Diz que está na estrada e que já cruzou os checkpoints, então deve chegar a Belém logo.

Nadia se oferece para passar no hotel para me pegar. Eu aceito e agradeço. Enquanto aguardo, vou até a Manger Street comprar água mineral para deixar no quarto. Saindo do hotel, viro à esquerda e subo alguns metros na Al-Karkafa Street. O hotel fica quase na esquina da Al-Karkafa Street com a Manger Street, mas são poucos metros que cansam. A Al-Karkafa Street é uma ladeira bastante íngreme.

Na esquina, tem uma loja de souvenirs, ao lado tem um mercadinho, mas aproveito para andar um pouco e conhecer o lugar. Há várias lojinhas, mercadinhos, restaurantes, uma padaria. Entro no segundo mercadinho. O atendente é um rapaz magro, alto, de óculos.

Paro em frente a uma prateleira e vejo que os pacotes estão todos em árabe. Dá para comprar pelo desenho e reconheço a marca de alguns produtos. O rapaz percebe que talvez eu precise de ajuda. Eu digo que quero água e iogurte.

Pago em seckels, a moeda israelense. Eu já havia trocado alguns dólares no hotel. O seckel é desvalorizado em relação ao dólar e ao real. Cinquenta dólares equivalem a mais ou menos 200 seckels.

Ainda estou aprendendo a usar os seckels, então o atendente me ajuda com as notas e as moedas. Ele pergunta o que faço aqui.

Respondo que estou a passeio. Ele, então, diz que turistas não são muito comuns nessa parte de Belém. Segundo ele, os turistas não se afastam da Manger Square, onde fica a Igreja da Natividade. Principalmente agora, com os ataques à Faixa de Gaza. Ele diz que os turistas sumiram e que Belém está às moscas.

Digo que ficarei alguns dias e que volto para comprar mais água e iogurte. Achei melhor não dizer que sou jornalista. De repente essa informação se espalha, cai nos ouvidos de

soldados israelenses e eu não sei até que ponto isso pode ser um problema.

Volto ao hotel e logo o recepcionista me chama no quarto. É Nadia.

Já começa a anoitecer. Quando chego ao saguão, Nadia está na porta do hotel, dentro do carro, me esperando. Eu me apresento. Ela está com o marido e o filho, um adolescente de 14 anos.

A casa dela fica bem ao lado do muro, é perto do hotel. Está escuro, não dá para ver direito, mas é uma casa enorme, de três andares, ainda inacabada. O muro fica do lado esquerdo da casa de Nadia. Do lado direito, fica o Hotel Intercontinental, um hotel internacional caríssimo que abriga autoridades em visita à Cisjordânia. Mas parece vazio no momento. Está todo apagado.

Nadia me conta que aqui já foi uma área nobre de Belém, mas que virou uma vizinhança inóspita. A maioria dos vizinhos foi embora, mudou para outro lugar, e o hotel que atraía os turistas está vazio.

Ela diz que era um lugar tão movimentado que a família estava construindo um shopping center no terreno onde é a casa. No piso térreo ficariam as lojas, e os dois andares superiores seriam as residências da família dela e do cunhado. Mas uma reviravolta interrompeu os planos. E a construção parou.

Nadia conta que depois da última intifada, em 2000, que foi a revolta palestina contra a ocupação, a vizinhança virou alvo de ataques do exército israelense. Ela diz que tiros e mísseis são frequentes por aqui. E que a situação piorou ainda mais com a construção do muro. Aí sim o bairro virou um lugar fantasma.

Ela conta que quem ainda mora aqui é por total falta de opção. É o caso da família dela, que não tem para onde ir.

Nadia tem 50 anos e quatro filhos: três homens e uma mulher; o mais velho tem 25 anos, e o caçula, que está com a gente, 14 anos. É uma família católica.

Quando entramos, já estão todos em casa. Um dos filhos está na cozinha preparando o jantar, e os outros dois estão no quarto, mas logo aparecem para me cumprimentar.

Por dentro, a casa também é espaçosa. A sala tem uns 5 metros quadrados, mas ficamos numa saleta menor, mais próxima da cozinha. É um ambiente só, não há paredes separando as salas e a cozinha.

Nadia é um pouco mais baixa do que eu, deve medir 1,67 metro, mais ou menos. Está um pouco acima do peso, tem os cabelos pretos na altura do pescoço e é morena clara. Tem os olhos castanhos e o sorriso está sempre aberto. Fala alto, gesticula; se não fosse árabe, eu diria que era italiana.

Ela está um pouco ofegante, parece sentir dificuldade para respirar. Pergunto se está tudo bem. Ela explica que sofre de asma e que o problema começou em 2002, quando Belém foi invadida e atacada pelo exército de Israel, à procura de militantes palestinos que haviam se refugiado na Igreja da Natividade.

Na época, Nadia e a família se abrigaram na casa da mãe dela, porque pensaram ser

mais seguro. Como ela já disse, o lugar onde mora é rota de ataque. É por aqui que passa a maioria dos mísseis lançados por Israel contra a cidade.

Mas durante a ofensiva não havia lugar seguro em Belém. A casa da mãe da Nadia fica atrás da Mukata, quartel-general da Autoridade Palestina, que também virou alvo. Ela não sabe se ficou doente por causa do susto que levou com o barulho das explosões ou se foi a poeira dos escombros, que cobriu o bairro todo, que provocou a asma.

Desde então, Nadia sofre de falta de ar. Ela toma cortisona, mas os médicos não sabem exatamente o que ela tem. Foi por causa dos remédios que ela engordou. Na Cisjordânia, os hospitais não têm recursos técnicos para fazer exames avançados. E ela não tem autorização de Israel para sair dos territórios ocupados para se tratar fora.

Comento que as três mulheres com as quais falei até agora trabalham em organizações não governamentais: ela, Suheir e Khaula, com quem na verdade ainda vou falar. Nadia diz que há dois motivos principais para isso. Não há emprego suficiente na Cisjordânia, senão o trabalho nas dezenas de organizações financiadas por estrangeiros. E, além disso, é a maneira de manter a população alerta contra a ocupação.

— O nosso trabalho nas organizações é profissionalizar e conscientizar os palestinos do seu papel na sociedade. É uma questão de sobrevivência da nossa cultura e do nosso povo.

Nadia é diretora da Rural Women's Development Society (RWDS), uma organização que trabalha, principalmente, com mulheres das áreas rurais, dos vilarejos mais afastados, promovendo palestras e cursos sobre conceitos básicos de igualdade e de justiça social e que ensinam a melhorar a vida no campo.

Ela me faz dois convites: primeiro, participar de uma palestra sobre os problemas causados pela construção do muro e, depois, acompanhar uma das manifestações contra o muro que acontece todas as sextas-feiras.

Acho ótimo.

— Eu sempre acreditei na luta pacífica contra a ocupação. A luta armada não nos trouxe liberdade, só dor, morte e mais dificuldades.

Ela conta:

— Tenho esse pensamento desde jovem. Trabalho com causas sociais porque acredito que, fortalecendo a mentalidade das pessoas, teremos sempre força para resistir. Quando eu ainda era menina, fugia de casa e mentia para os meus pais para participar de protestos. Muitas vezes, nossas mães nos prendiam dentro de casa com medo de que o exército nos pegasse ou que acontecesse algo ainda pior. Mas a gente escapava, pulava a janela, o portão. Na época, nas décadas de 1960, 1970, os soldados atiravam aleatoriamente contra crianças, adolescentes, mulheres, pais de família.

Pergunto se ela já foi presa.

— Você não encontrará sequer um cidadão palestino da minha geração, mais velho ou

10 ou 15 anos mais jovem, que não tenha sido preso e cujo pai e mãe também não tenham sido presos. Eu fui presa pela primeira vez aos 15 anos, com quatro amigas, uma delas era Khaula, com quem você ainda vai falar. Éramos apenas meninas. Os soldados queriam saber quem nos ensinava a protestar. Nos deixaram na prisão por um mês. Nenhuma de nós disse nada. Apesar da pouca idade, já trazíamos a resistência nas nossas mentes, pois desde bebês convivíamos com a ocupação e a repressão do exército. E naquela época, lembro bem, quem era preso durante as manifestações virava herói, líder, era um motivo de orgulho. Depois da primeira prisão, vieram muitas outras. E sempre por participar de manifestações pacíficas. Eu nunca peguei em armas. Fui presa também porque o exército já sabia que eu fazia palestras de conscientização contra a ocupação. Isso é considerado crime de conspiração por Israel. Eles querem invadir as nossas terras, mas não admitem a resistência, mesmo que pacífica.

O marido de Nadia entra na conversa.

— Quando éramos estudantes, nas décadas de 1970 e 1980, o nosso grito de guerra era: “P-L-O [Organização para a Libertação da Palestina] e não a Israel.” Eles nos tiravam de dentro da sala de aula, na universidade, e nos levavam presos, numa tática para amedrontar os jovens. Alguns anos depois, mais ou menos em 1987, durante a segunda intifada, eu fui preso quatro vezes. Cheguei a ficar na cadeia seis meses. Nós já tínhamos filho nessa época.

Nadia conta que os homens eram obrigados a mudar de casa o tempo todo para se esconder do exército, pois os soldados vinham e os levavam para a prisão.

— Muitas vezes eles não tinham feito nada, não haviam participado de nenhum protesto recente, mas o exército queria intimidar.

O filho de Nadia, que estava na cozinha quando chegamos, diz que o jantar está pronto. Nadia me convida para comer com eles. Jantamos e depois o marido de Nadia me leva de volta ao hotel.

7. A manifestação contra o muro

É sexta-feira, dia da manifestação semanal contra o muro. É também dia de folga por aqui. A sexta-feira deles é como o nosso sábado.

Combinei com Nadia que a encontraria em frente à casa dela para depois nos juntarmos ao pessoal que participará da manifestação.

Já começo a aprender a andar em Belém. A casa de Nadia é perto do trecho do muro que fotografei. Chego na hora marcada: dez da manhã. Enquanto Nadia não aparece, dou uma espiada no Hotel Intercontinental, que continua vazio. Não há sinal de movimento, nem de funcionários.

Não demora e Nadia abre o portão de casa. Nos cumprimentamos e seguimos para o ponto de encontro dos manifestantes.

Quando entramos na Manger Street, vejo um ônibus de viagem e uma movimentação em torno dele. Nadia diz que é o pessoal da manifestação. O ônibus está parado em frente à sede do Partido Popular da Palestina (PPP). Eu reconheço o prédio. Passei em frente quando fui até o muro para fotografá-lo.

Nos aproximamos. Nadia cumprimenta as pessoas, me apresenta rapidamente e subimos até o escritório do PPP. Conheço o presidente do partido, que também vai à manifestação. Descemos e entramos no ônibus. Nadia cumprimenta todos. Eu dou um sorriso e aceno a cabeça também num sinal de bom-dia, como vai. Sentamos no segundo banco. Mais rapazes entram no ônibus. Nós duas somos as únicas mulheres.

Fico meio constrangida, pois percebo que a minha presença provoca curiosidade e um zum-zum-zum. Claro, sou estranha aqui e sou estrangeira. Alguns vêm até nós e perguntam a Nadia sobre mim. Ela diz que sou jornalista e que estou fazendo reportagens sobre a Palestina.

Eles me cumprimentam, alguns falam inglês. Sou bem recebida. Quando digo que sou brasileira então. Ah, meu Deus, o futebol! Os adolescentes se aproximam e quase em coro falam que o craque é Ronaldo, o fenômeno. Um dos meninos lembra que o atacante visitou a Cisjordânia como Embaixador da Boa Vontade das Nações Unidas em 2005, quando jogava no Real Madri.

O ônibus segue pela Hebron Road e para uma série de vezes para pegar mais passageiros, só pessoas que vão participar da manifestação em Al-Masara, um vilarejo em Belém, que fica a uns 15 quilômetros da área urbana.

O pessoal já faz barulho dentro do ônibus, canta, batuca. O presidente do PPP está

conversando com Nadia. Eles falam em árabe, então fico fora do bate-papo.

O muro começou a ser construído por Israel em 16 de junho de 2002. São 723 quilômetros de comprimento e 8 metros de altura. Parte dele é feita de concreto, mas em algumas áreas a barreira é de arame farpado e de cerca eletrificada.

Em 9 de julho de 2004, a Corte de Justiça Internacional de Haia, órgão das Nações Unidas, ordenou que Israel interrompesse a construção do muro e demolisse o que já havia sido feito, alegando que, dentre as violações ao direito internacional cometidas por Israel com a construção do muro, estão os obstáculos à liberdade de movimento dos palestinos, as limitações ao direito ao trabalho, à saúde e à educação. E rejeitou a justificativa dos israelenses de que o muro visa à segurança do Estado, impedindo a entrada de terroristas.

Mas Israel, com o aval dos Estados Unidos, deu de ombros à decisão da Corte de Haia, assim como fez com as demais resoluções da ONU que condenam a ocupação e determinam a devolução imediata dos territórios aos palestinos.

Com a construção do muro, os palestinos passaram a viver em 11% dos 22% que restaram aos árabes depois da Guerra dos Seis Dias. Segundo a partilha das Nações Unidas elaborada em 1947, os palestinos têm direito a 43,5% dos territórios, e Israel a 56,5%.

Quem critica o governo israelense diz que o fato de o muro ter sido construído, em grande parte, dentro de território palestino reforça a tese da Autoridade Palestina, que acusa Israel de ocupar ainda mais terras, e enfraquece a justificativa do Estado judeu, que alega que o paredão é uma questão de segurança nacional.

Nadia chama a minha atenção para a presença de soldados no caminho até o vilarejo de Al-Masara. Eu não tinha notado, mas eles estão por toda a parte: em carros blindados parados à beira da estrada, posicionados atrás de árvores e rochas, como se estivessem entrancheirados, e nos chamados checkpoints volantes, que são bloqueios militares itinerantes armados conforme o interesse do exército em impedir a passagem dos palestinos de maneira provisória.

Ela diz que isso já é comum, pois as manifestações acontecem com data e hora marcadas, então o exército faz de tudo para tentar reprimir os protestos.

— Eles ficam aí pelo caminho numa tentativa de intimidar, amedrontar a gente. Às vezes, fazem isso de longe, é só mais uma pressão emocional. Mas eles também agem com violência, impedem a nossa passagem, usam bombas de gás, balas de borracha, prendem os manifestantes. Eles intercalam ações repressivas com e sem o uso de força. Fazem isso para confundir a gente, pois, mesmo que não haja uma ação violenta, ficamos tensos, sempre à espera do momento em que seremos atacados.

O ônibus reduz a velocidade e faz uma conversão à esquerda. Chegamos. Descemos do ônibus e a maioria dos rapazes segue rápido em direção a uma mesquita. Nadia explica que é hora da oração dos muçulmanos. É verdade; ouço o chamado, a voz do muezim que ecoa pelo minarete e pode ser ouvida em todo o vilarejo.

Muezim é o encarregado de chamar os fiéis para as orações e minarete é a torre das mesquitas de onde os chamados são feitos. O muezim repete a frase Allah hu Akbar (Alá é grande) e em seguida diz que não há outro Deus além de Alá e que Maomé é o seu profeta.

Ainda temos uns 15 minutos antes de a manifestação começar, então Nadia me leva à casa da líder comunitária de Al-Masara. Leila também é presidente da associação de mulheres do vilarejo. Aqui os moradores são todos muçulmanos.

Nadia quer saber se as mulheres de Al-Masara vão à manifestação. Leila diz que sim. Nadia me apresenta e explica a Leila quem sou eu. Ela não fala inglês, então Nadia é a nossa interlocutora.

Uma jovem traz chá com maramia para nós.

Leila pede a Nadia que me conte alguns dos problemas que o muro trouxe para a comunidade.

— Alguns pequenos produtores agrícolas perderam o ganha-pão porque o muro passa dentro da propriedade deles. Há plantações que foram divididas ao meio pelo muro e há casos em que a irrigação ficou do outro lado do muro, de forma que o agricultor não tem como molhar a plantação, e o cultivo todo se perde, seco, sem água. Há casos em que o pasto foi tomado pelo muro e o rebanho não tem onde pastar. E há casos impensáveis, inimagináveis, em que casas foram partidas ao meio pelo muro.

Eu não entendo e pergunto:

— Como assim?

— Há casos em que o muro passa dentro das casas: alguns cômodos ficaram do lado de lá do muro e o resto da casa do lado de cá.

A essa altura da conversa, Leila parece um pouco alterada, fala alto, gesticula. Entendo que ela quer que Nadia me diga mais alguma coisa importante.

— A Leila quer que você saiba que, em nenhum desses casos, nem em outras centenas de casos parecidos, os soldados pediram licença para invadir com seus buldôzers as propriedades dos palestinos. Eles chegam, entram, destroem e levantam o muro. Quem reage é detido, e tem aqueles que são mortos por tentar defender a propriedade.

Ouvimos uma movimentação do lado de fora. São os rapazes. Eles estão indo para o lugar da manifestação. Nadia me diz que é hora de irmos também. Ela e Leila ainda conversam um pouco.

Tento assimilar essas informações todas. Entre esses casos tem a história do tio de Sawsan, uma tradutora que trabalha na ONG da Suheir. Eu a conheci lá. Sawsan é palestina, estudou na França. Ela contou que o tio morreu de desgosto por causa do muro.

Ele administrava uma reserva de pedras de Jerusalém que pertencia à família havia anos. O muro partiu a propriedade ao meio, e o tio de Sawsan ficou sem o negócio que de geração em geração havia sido passado às mãos dele. Segundo Sawsan, o tio não aguentou e morreu de tristeza.

É só percorrer o trajeto do muro para dar de cara com essas situações. Vi isso bem perto do hotel onde estou hospedada. Passei por uma rua que foi dividida ao meio pelo muro. O paredão percorre toda a sua extensão. Ficou uma pista de cada lado do muro, que foi construído a menos de um metro da janela de muitas casas. Isso mesmo: menos de um metro da janela das casas. O morador abre a porta, o vitró, a janela e vê o muro, só o muro. De dentro de casa, se esticar o braço, dá quase para tocar o paredão. Algumas pessoas ficaram sem energia elétrica, porque o poste de luz ficou do outro lado e os fios foram cortados.

Outro fato é que, quando se observa o muro de uma posição que seja possível ver ambos os lados, é visível que tudo o que restava de área fértil, árvores, oliveiras, pastos, grama, tudo o que é verde ficou do lado israelense. Vejo isso aqui em Al-Masara e vi a mesma coisa em Belém.

Nadia termina a conversa com Leila e enfim nos juntamos ao pessoal. Os homens já estão de volta da oração e vejo que o grupo aumentou. No ônibus éramos cerca de trinta, agora há pelo menos umas sessenta pessoas. A imprensa também veio, uns seis profissionais: jornalistas, fotógrafos e uma equipe de televisão árabe.

Sem fazer gestos, de maneira discreta, Nadia mostra um blindado do exército parado a uns 100 metros, numa rua que fica num nível abaixo de onde estamos. As duas ruas são separadas por um canteiro gramado com algumas árvores pequenas de troncos finos.

Eu ainda não percebo, mas já estou um pouco agitada com a movimentação. E me dou conta de que tive que cruzar um oceano e pelo menos um continente inteiro para me ver no meio de uma manifestação. É verdade que estou aqui como observadora e não como militante, mas é difícil não se deixar envolver pela energia que começa a tomar conta dessa gente.

O pessoal carrega bandeiras da Palestina, da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), do PPP e uma faixa enorme com a imagem de Yasser Arafat. Já ouço também um batuque, num ritmo lento e espaçado. Parece mesmo um chamado. O grupo aguarda a chegada de mais manifestantes.

Enquanto isso, deixo Nadia, que está cumprimentando alguns conhecidos, e me embrenho pelo canteiro para fotografar mais de perto o blindado. Tenho que andar curvada, pois as árvores são baixas. De repente, vem uma soldada em minha direção, aos berros, gesticulando e apontando a arma para que eu me afaste e volte para perto do grupo. Ela apareceu tão rápido que não percebi. Só ouvi os gritos. Rapidamente peço desculpas e volto para cima.

Encontro Nadia às gargalhadas com o susto que eu levei. Ela pergunta:

— Conseguiu fotografar o blindado?

— Sim, foi o tempo de um clique e a soldada apareceu do nada.

Meu corpo ainda treme todo do susto quando um batuque diferente e um apito se juntam ao som dos palestinos. É um pequeno grupo de pacifistas israelenses. São uns seis jovens. Não aparentam ter mais de 20 anos. Eles chegam para participar da manifestação contra o muro. As mulheres do vilarejo também se aproximam. Vejo Leila entre elas.

O grupo então, espontaneamente, forma um só bloco. Todos se juntam. São mulheres, crianças, jovens, idosos. À frente, crianças e adolescentes levam a faixa de Arafat. É a imagem dele que lidera o grupo. O batuque agora é quase ensurdecedor. O grupo repete um refrão em árabe e segue em direção ao muro, mas logo adiante um grupo de uns quinze soldados fortemente armados, com carros blindados e uma cerca de arame farpado, bloqueia a passagem.

Os manifestantes param a meio metro dos militares, colados à cerca de arame. Eu vou de um lado ao outro fotografando tudo. Não quero perder nenhum ângulo dessa manifestação. Registro o aparente desconforto e constrangimento nos semblantes dos soldados. E a determinação e crença na causa daqueles que protestam. Isso é o que vejo de cada um dos lados.

Nunca vi ou participei de nada parecido. Os soldados, ali parados, prontos para atirar. E os palestinos cara a cara com eles, empunhando suas bandeiras, com gritos contra o muro e a ocupação.

Noto também que esses soldados são mais velhos que os soldados que tenho visto por aqui. Sinal de que essa operação é missão para gente grande, experiente.

Com o megafone, o presidente do PPP discursa em árabe. A fala dele inflama ainda mais as pessoas. Agora é a vez do prefeito de Al-Masara. Mahmoud fala em inglês. Estou tão preocupada em fotografar tudo que não presto muita atenção no discurso, mas ele pede aos soldados que se coloquem no lugar dos palestinos para que sintam o sofrimento dos árabes. Mahmoud coloca o megafone tão perto de um dos soldados que quase toca o rosto dele.

É um momento de tensão. Os soldados, então, jogam a cerca de arame farpado em cima de nós para nos afastar. Eu corro, com medo, as crianças também, mas o resto do pessoal não arreda pé, então eu volto. Alguns rapazes estão com as mãos sangrando. Machucaram-se na cerca. Mas eles continuam.

A palavra e o megafone agora estão com Samer, um rapaz de mais ou menos 25 anos, pele e cabelos claros, olhos azuis. Ele difere da maioria dos árabes, que é morena. E, apesar de tão novo, já é líder entre os jovens do PPP. E está justamente sendo preparado para ser o presidente e o candidato do partido no futuro.

Samer entoia os gritos de paz dos palestinos, e os manifestantes repetem em coro. Estão todos em volta de Samer, cantando, dançando, pulando, com os braços para cima, balançando as bandeiras. Eu entro no meio deles. Quero um close de Samer. Consigo

chegar perto. Ele parece estar em transe, os olhos estão fechados. Ele entoia o grito de paz e espera o coro e, então, chama um novo refrão, e o povo repete. Estão todos aqui, as crianças, as mulheres, os adolescentes, menos o pequeno grupo de pacifistas israelenses. Esse momento é só dos palestinos.

Eu, que não falo mais de duas palavras em árabe, já estou quase gritando com eles. É contagiante. Corro até Nadia para que ela traduza para mim:

Em Berlim, eles destruíram o muro. Nós temos que destruir o muro da Palestina também.

Fazendeiros, vocês têm que ficar nas suas terras, cuidar delas e plantar. Vocês serão um símbolo para outros fazendeiros.

Os colonos e os soldados estão ilegais nas nossas terras, eles têm que deixar as nossas terras.

Nós temos que trabalhar juntos, todos do partido da OLP, todos nós do partido da revolução temos que trabalhar juntos.

Nós estamos com a Revolução Palestina para sempre, eternamente.

Samer começa a se afastar da cerca e dos soldados, e com ele vem o grupo todo. Ele continua entoando os versos, e o coro se repete. À frente, os rapazes. Os menores vêm em cima dos ombros dos maiores e as bandeiras ficam ainda mais altas. Logo atrás, as mulheres.

Aos poucos, o pessoal vai se dispersando e o canto para. Agora já sei o que diz o grito de paz. É, de fato, um momento de renovação, de perpetuação da fé no fim da ocupação. Não há dúvida. Essas manifestações são uma injeção de ânimo para esse povo. Eles se reúnem, se integram e renovam os votos pela resistência.

Todos estão muito emocionados, inclusive eu. Agradeço a Nadia por ter me proporcionado essa experiência. Ela dá um sorriso e diz que me trouxe porque sabia que palavras e entrevistas não me dariam a percepção da força da causa palestina como esses vinte ou trinta minutos de manifestação.

— Apesar das restrições, da falta de emprego, das condições precárias do sistema de saúde, das privações impostas por Israel, mais de 4 milhões de palestinos resistem e permanecem nos territórios ocupados. Alguns por falta de opção, mas a maioria por acreditar na justiça da causa palestina. A força e o amor à terra são passados de geração a geração. Meus pais, meu marido e eu, e agora meus filhos, três gerações que sofrem com a ocupação. E continuamos aqui, lutando, sempre de maneira pacífica. Uma hora isso vai acabar. Não há império que não tenha fim. A história mostra isso e nos dá ânimo para seguir em frente.

O prefeito de Al-Masara se aproxima e me cumprimenta com um forte aperto de mão. Com os olhos marejados, ele diz que está feliz por me ver na manifestação. Eu retribuo, dizendo que eu é que sou grata por ter sido aceita no grupo. Nós já nos conhecíamos. Eu o entrevistara dias antes. Mahmoud é físico, fala inglês muito bem, é bastante culto. É muçulmano, jovem, tem 37 anos. É casado e tem seis filhos.

O discurso de Mahmoud é bastante inflamado, mas ele defende a resistência pacífica, sem violência. Quando conversamos na sala da casa dele, estávamos só nós dois, num silêncio total, mas ele falava alto e gesticulava o tempo todo.

Ele acusa Israel, entre muitas coisas, de fazer tudo para transformar os palestinos em mão de obra barata para que a vida nos territórios ocupados se torne ainda mais difícil e obrigue todos a ir embora.

Perguntei a ele se era correto estimular a participação das crianças nas manifestações. Mahmoud disse que é importante para que os pequenos aprendam a resistência sem violência.

Assim como muitos palestinos, Mahmoud esteve preso diversas vezes. No dia em que estive na casa dele, ele havia acabado de ser solto. Era dia de manifestação, sexta-feira, eu havia assistido à repressão dos soldados pela televisão. Mahmoud estava entre os detidos. O grupo de pacifistas israelenses que participou hoje do protesto também aparecia nas imagens, na semana passada. Alguns também foram presos.

Mahmoud disse que eles detêm alguns manifestantes principalmente para assustar o restante dos militantes que ficam e, quem sabe, diminuir o número de pessoas no protesto seguinte.

A visita à casa de Mahmoud também marcou a nossa diferença cultural. Era hora do almoço e a esposa do prefeito entrou na sala com uma travessa enorme de risoto de frango. Logo reparei que não havia pratos na mesa, então fui logo dizendo que não me sentia bem e por isso não almoçaria com eles.

Pela insistência do prefeito, percebi a minha desfeita, mas realmente estou acostumada a comer em prato separado, com garfo e faca. E eu já sabia do costume muçulmano de todos comerem na mesma travessa e com as mãos.

Segundo o Corão, o muçulmano deve comer sempre da parte que está a sua frente na travessa, nunca de cima, porque a bênção é dada justamente no centro da comida. Comer em grupo é considerado um mérito porque todos os presentes serão abençoados. E come-se sempre com a mão direita, pois a esquerda é tida como impura, é a mão destinada à higiene pessoal.

É hora de ir. O ônibus vai partir; me despeço de Mahmoud e vou embora com o grupo.

Ao contrário da vinda, na viagem de volta todos estão em silêncio no ônibus. Parece que, depois da manifestação, todos ficam relaxados, ou talvez seja um momento de reflexão, não sei e não interfiro no silêncio da Nadia.

Sinto que deve ser um momento de reflexão. A manifestação talvez tenha sido para

mim o que percorrer o caminho de Santiago de Compostela ou meditar num templo budista na Índia seja para alguns.

8. Belém e a ocupação

Hoje é sábado, o dia em que até Deus descansou, segundo boa parte das religiões. Então, vou tomar café e dar uma volta por Belém.

O restaurante está vazio, como sempre desde que cheguei. Elias, dono do hotel, me contou que, desde o começo dos ataques à Faixa de Gaza, os turistas desapareceram. Todas as reservas de hospedagem para janeiro e começo de fevereiro foram canceladas. Sou a única hóspede, além de um ou outro que pernoita em viagem de trabalho.

Em 2008, Belém recebeu cerca de um milhão de turistas, a grande maioria peregrinos com o desejo de conhecer a Terra Santa, a Igreja da Natividade, onde teria nascido Jesus. E é para lá que vou em seguida.

Posso escolher a mesa, o café, e os dois garçons são exclusivos para mim. Sento perto da janela, cuja vista é a mesma que tenho do meu quarto: um enorme assentamento judaico ilegal. Passei por ele de táxi, quando chegava a Belém; é o Har Homa, que começou a ser construído em 2002 e hoje abriga cerca de 6 mil famílias israelenses. Para ser construído, Israel destruiu a última área de floresta que restava na região. E, segundo os palestinos, o Har Homa fecha o cerco de colônias judaicas em torno de Belém, que, junto com o muro, separam Belém de Jerusalém.

E as máquinas estão trabalhando. O assentamento continua a crescer e daqui dá para ver que ele avança para dentro de Belém, ou seja, apesar das resoluções das Nações Unidas contrárias à ocupação, Israel continua invadindo terras palestinas e expulsando os árabes da sua própria casa.

E, dessa vez, eu não soube disso por meio de agências de notícias internacionais ou por relatos de outros jornalistas; estou vendo. Ninguém me contou, eu estou vendo.

Chamo um dos garçons e pergunto se ele já se acostumou com o assentamento; afinal, essa é a paisagem que ele vê do restaurante do hotel. O garçom diz que não e que jamais se acostumará com a ocupação. Ele diz que dá de cara com a colônia judaica todos os dias de manhã, quando abre as cortinas do restaurante. E que acompanhar as máquinas abrindo espaço e avançando sobre Belém o deixou doente. Ele passou a sofrer de claustrofobia e de síndrome do pânico.

Não sou médica, mas compreendo o garçom ter desenvolvido tanto medo. Lembro bem do que senti ao me aproximar do muro pela primeira vez e imagino que a repetição daquele terror, dia após dia, certamente debilita o organismo de alguma forma. É uma sensação parecida com a que sinto aqui sentada, se me concentrar no assentamento e no

fato de que as construções estão avançando sobre mim.

Entregar-me a essas sensações às vezes me causa culpa, pois o jornalista tem de manter o mínimo de distância dos acontecimentos para relatá-los de maneira imparcial e precisa. Tenho pleno conhecimento dessa regra e concordo com ela, mas, ao mesmo tempo, penso que estou aqui justamente para entender o que é viver num território ocupado. Então, vivenciar essa experiência pela metade e bloquear os meus sentimentos, talvez, de alguma forma, também signifique ignorar e dar as costas aos fatos.

Sempre que me vejo em dúvida sobre o limite de tudo isso releio o texto escrito pela jornalista brasileira Helena Salem em 1991. Ela já faleceu. Foi correspondente no Oriente Médio e escreveu ótimos livros-reportagens sobre a região, e um deles traz o texto que peço licença para reproduzir.

Eu o tenho sempre à mão. Levo uma cópia na agenda, tenho gravado no meu computador e num e-mail que acesso de onde e quando quiser. As sábias e esclarecedoras palavras da saudosa Helena Salem estão aqui comigo e é a elas que eu recorro agora:

Há no jornalismo um aspecto particularmente bonito, que não se prende ao “furo”, à grande notícia. Ao fazer uma reportagem, o jornalista deve revelar, da melhor maneira e com a maior fidelidade possíveis, o pensamento, as palavras do outro que entrevista, ou o clima, a complexidade da realidade que focaliza. Em síntese, ser um fiel, e criativo, intérprete do que ouve e vê. E, nisso, ele tem alguma coisa a ver com o ator, quando interpreta o personagem de um texto teatral, de cinema ou televisão. Assim como o ator, o jornalista não pode, ou não deve, se superpor ao personagem de sua reportagem, mas expressar a própria inteligência, talento e criatividade através da personagem. Nada mais enjoado do que ler ou assistir a uma entrevista em que o repórter tenta se exhibir, ser conclusivo, falar mais que o entrevistado nas perguntas. E nada mais chato que o ator que deseja ser mais que o seu personagem, em vez de revelar a sua grandeza através dele, da dinâmica e personalidade do personagem. O ator torna-se pobre, óbvio, pequeno, repetitivo, e o jornalista perde seu brilho de revelador, narrador, intérprete dos acontecimentos. Na pele do jornalista, pode-se não ser tímido: ele é ele e não é ele, é o “jornalista”. E o ator pode também tirar a roupa sem maiores problemas, é o “ator”, não é o indivíduo. O jornalista deve ser out o suficiente para duvidar, e in o bastante para compreender, saber questionar. Se praticado com ética e seriedade, o jornalismo é uma linda profissão. Permite o voo sem limites. Para mim, a guerra no Oriente foi uma grande escola, em ritmo intensivo. Que a experiência posterior, no Brasil e em outros países, enriqueceria e confirmaria. Entre The New York Times, Le Monde, Asahi Shimbun, Pravda, Paese Sera,

L'Unità e outros, pode somar, aprender, escolher, sintetizar, reelaborar os olhares, vivenciar concretamente a profunda relatividade da prática jornalística. O suficiente para rejeitar qualquer fórmula definitiva.

Depois que voltei, certa vez, um editor de jornal, quando eu saía para uma chamada "grande reportagem", advertiu-me: "Helena, ao falar com a fulaninha, não deixe de olhar para os pés dela, os dedos, como toma café, tudo, isso é que é importante, mais do que o que ela disser. Jornalismo é isso, o colorido, as fofocas..."

Como, no caso, se tratasse de uma excelente atriz, inteligente, com várias coisas a dizer, não resisti em ponderar para o tal editor (que mais tarde cairia em desgraça): "Fulaninho, jornalismo é isso para você. Pode ser que tenha razão. Inclusive como sua repórter tenho de fazer o que você me pede. Mas te asseguro que para o La Repubblica, de Roma, jornalismo pode ser outra coisa; para o Expresso, de Lisboa, uma outra; para o Libération, de Paris, ainda outra, e o The Guardian, de Londres, também. Para só te citar alguns. Então, fulaninho, seja mais humilde, diz que você quer isso, porque a tua opinião sobre jornalismo é isso." Também eu não fui humilde na resposta e ele certamente quis me esganar com os olhos. Mas era impossível, mais uma vez, engolir aquela ideia de uma verdade indiscutível, com que se tenta impor como universal um ponto de vista particular. No Brasil, a forte influência do jornalismo americano, supostamente imparcial, sem conotações políticas, verdadeiro, contribuiu muito para a difusão desse mito do jornalismo sem ideologia, sem cor, puro. Que, a propósito, de puro geralmente não tem nada. Como se a verdade revelada em cada linha não se ligasse à luz utilizada, ao local onde você escolhe colocar a câmera.*

Bom, café tomado e feita a minha leitura, me despeço dos garçons e é hora de passear por Belém. A cidade tem pouco mais de 183 mil habitantes, somando-se a população dos vilarejos e de outras pequenas cidades ao redor, cuja administração também é de responsabilidade da prefeitura de Belém. As mais próximas são Beit-Sahour e Beit-Jala, cada uma com cerca de 12 mil habitantes.

A maioria da população daqui já foi católica, mas há um êxodo crescente por causa das dificuldades impostas pela ocupação: desemprego, sistema de saúde e de educação precários, falta de perspectiva para os jovens, medo do exército israelense etc., etc. Hoje predominam os muçulmanos na região, exceto em Beit-Sahour, onde 80% dos moradores são católicos.

O êxodo de católicos e não de muçulmanos é explicado pelo poder aquisitivo. As famílias católicas sempre incentivaram as mulheres a estudar, e isso resulta no aumento

da renda dentro de casa, o que dá a essas pessoas a opção de deixarem os territórios ocupados.

Em geral, nas famílias muçulmanas, as mulheres têm pouco estudo e não trabalham. O homem é o provedor. E, além disso, as mulheres têm mais filhos, o que também reduz a condição financeira que permite escolher ir embora.

A diferença de renda entre católicos e muçulmanos também define o lugar de moradia. Os católicos vivem nos centros urbanos, os muçulmanos, nos vilarejos mais afastados.

Perguntei a várias pessoas como é a convivência entre católicos e muçulmanos por aqui e a resposta foi a mesma. Eles vivem em harmonia, convivem nos mesmos espaços e se respeitam.

Cada um, é claro, dentro dos seus costumes e crenças. Agora, casamentos entre católicos e muçulmanos não são bem-vistos pelas famílias, justamente pela diferença cultural. Um dos noivos teria, provavelmente, de se converter à religião do parceiro, o que para alguns é considerado traição.

Na verdade, essa barreira religiosa, principalmente quando se fala em casamento, não é privilégio dos palestinos; em qualquer parte do mundo, tais dificuldades existiriam em famílias de religiões diferentes.

Andar por Belém é um ótimo exercício físico, pois as ruas são todas inclinadas. Nessa subida da Al-Karkafa, as panturrilhas chegam a doer. Viro à esquerda na Manger Street, no sentido da Igreja da Natividade. Eu já havia reparado que Belém parece mesmo uma cidade abandonada. Como disse Elias, dono do hotel, os turistas sumiram. Os comerciantes ficam na porta sem ter o que fazer. São lojas de souvenirs, de cachecóis, padarias, pequenos mercados.

Minha presença é notada, claro. Eles sabem que não sou da cidade. Como já conversei com alguns, sabem até que sou brasileira. Quando passo, eles cumprimentam: "Brasileira." É assim que me chamam.

Os taxistas me deixam até constrangida. Eles passam e buzina, oferecendo transporte. É praticamente um buzinaço. Mas eu já tenho um motorista de confiança, Elias, xará do dono do hotel. Elias é um nome muito comum por aqui.

Segundo historiadores e arqueólogos, há evidências de que os hominídeos, os primeiros ancestrais do homem, habitaram Belém na pré-história, há 1,4 milhão de anos. Eles teriam emigrado da África para o Oriente Médio.

A história conta que Belém foi ocupada uma dezena de vezes. Passou pelas mãos de filisteus, israelitas, gregos, romanos, bizantinos, pelo califado árabe, pelas cruzadas, por Saladino, pelos mamelucos e pelos otomanos, que perderam a cidade para os britânicos, na Primeira Guerra Mundial. E, na partilha das Nações Unidas, assinada em 1947, Belém retornou aos palestinos, também chamados de filisteus.

Onde é hoje a Basílica da Natividade, o imperador Adriano havia construído um monumento em homenagem a Adônis. Foi o imperador Constantino que transformou o

lugar numa basílica, por volta dos anos 300 depois de Cristo. Os samaritanos a destruíram durante a revolta de 529, e foi o imperador bizantino Justiniano que construiu o prédio que é preservado até hoje.

Religiosos gregos ortodoxos, armênios ortodoxos e católicos romanos dividem o legado na basílica.

Ao entrar na Manger Street, à direita está a Mesquita de Omar e à esquerda, a basílica. A entrada tem apenas 1,2 metro. Os religiosos dizem que a porta é baixa para que os fiéis se curvem em sinal de respeito. Mas há quem diga que Justiniano ordenou que a entrada fosse reduzida para evitar que os cavalos entrassem na igreja e lá fizessem suas necessidades. De fato, dá para ver a marca da antiga porta, na forma de um arco, que era muito maior.

Essa história me foi contada por um dos três homens que me abordaram, oferecendo os serviços de guia turístico para conhecer a basílica. Com a falta de empregos, eles se viram como podem. E essa é uma opção, apesar de que a maioria dos turistas chega em grupos já acompanhados por seus guias.

Dentro da basílica, encontro alguns turistas. Eles não estão hospedados em Belém; estão em Jerusalém. Chegam de ônibus, conhecem a igreja e daqui voltam direto para Jerusalém.

Para chegar à gruta onde teria nascido Jesus, desço algumas escadas. A pedra da gruta fica à mostra em algumas partes. Independentemente da crença, é incrível estar num lugar que alimenta tanta história. Faço as fotos prometidas a minha mãe e a minha avó, que são católicas praticantes, e deixo o lugar.

Tenho um compromisso. Vou conhecer a família do taxista Elias para ouvir com detalhes a história do filho dele que perdeu a fala e passou a ter problemas psicológicos durante o cerco israelense à igreja, em 2002.

* * *

Elias mora atrás da basílica, na Cidade Velha, onde a maioria das casas é feita de pedras, umas coladas nas outras, e as ruas são estreitas, mal cabe um carro, mas de maneira inexplicável os motoristas por aqui conseguem passar ao mesmo tempo.

Ele é um homem magro, alto, mais ou menos 1,80 metro. Usa óculos, bigode e as unhas compridas. A mulher, Glória, tem 40 anos. São católicos e têm quatro filhos. Emily, de 20 anos; Nancy, de 15 anos; Ray, de 7 anos; e Michael, hoje com 10 anos.

Em 2002, Michael tinha 4 anos. A família estava refugiada em casa, sob toque de recolher imposto pelo exército de Israel.

Glória conta que eles não estavam abastecidos. Já faltava comida. Ela mostra o vidro

da janela da sala quebrado e um furo na cortina. Estragos feitos a bala. Os soldados perseguiram e fuzilaram sete vizinhos que desrespeitaram o toque de recolher. E, segundo ela, as balas entravam pela janela e pela porta da casa. Eles tinham de se abaixar e se esconder atrás dos móveis.

Depois de um mês e meio trancados em casa, o exército permitiu que os moradores saíssem por algumas horas para fazer compras. Foi durante esse relaxamento que tudo aconteceu.

Elias saiu com o filho Michael no colo e foi até a praça com os vizinhos para espairar um pouco depois de tanto tempo de confinamento. Eles estavam numa roda, conversando, rindo. Um dos rapazes segurou Michael nos braços, brincou com o garoto. Um soldado, de longe, atirou no peito dele. Michael chegou a cair no chão. Elias correu e segurou o menino.

Michael sentiu tudo de muito perto. Desde então, perdeu a fala e nunca mais foi uma criança normal. Ele apresenta problemas no aprendizado, é assustado e retraído. Glória também começou a ter problemas de saúde e queda de cabelos.

* * *

Os territórios ocupados estavam tomados pelo exército. O presidente da Autoridade Palestina na época, Yasser Arafat, estava confinado em Ramallah, cercado por soldados, armas e tanques.

Israel exigia que Arafat controlasse o que o Estado hebreu chamava e chama de ataques terroristas. Os palestinos fazem a seguinte comparação: eles dizem que Israel tranca o gato numa jaula, cutuca, maltrata e fere o animal, depois chama Arafat para dominá-lo e o culpa pela violência do bicho.

A Igreja da Natividade foi cercada no dia 2 de abril de 2002. O exército estava atrás de militantes. Havia cerca de quarenta, entre eles Ibrahim Abayat, um líder da Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, um dos grupos responsáveis por atentados suicidas em Israel.

Na basílica, estavam também quarenta religiosos e moradores da cidade que se abrigaram ali. No total, havia cerca de duzentas pessoas.

A história que se conta é que os militantes organizaram as tarefas dentro da basílica. Dividiram grupos e turnos para cozinhar, limpar e ficar de guarda.

Como eles não sabiam quanto tempo ficariam ali, a comida era racionada: uma refeição só por dia; sopa e macarrão. Era o que tinha na despensa dos padres.

Desde o primeiro dia, o exército cortou a água e a luz; então, eles também racionavam a água para beber. Nada de banho, nem para higiene íntima.

A situação ficou ainda mais caótica quando atiradores atingiram alguns confinados. Havia mortos e feridos lá dentro.

Um acordo mediado pela comunidade internacional pôs fim ao cerco, que durou 38 dias. As pessoas foram liberadas aos poucos. Cem foram interrogadas. Vinte e duas ficaram feridas. Oito morreram. Treze militantes acusados por Israel de terrorismo foram deportados para Chipre e de lá mandados para a Europa.

O acordo previa também o término da operação em Ramallah, com a libertação de Arafat.

Nota

* Entre árabes e judeus — uma reportagem de vida, Editora Brasiliense, 1991, p. 99-100.

9. Khaula e os prisioneiros palestinos

Consegui, enfim, marcar um novo encontro com Khaula. Ela já desmarcou algumas vezes e até me deixou esperando e não apareceu. Parece que não está muito disposta a falar. Estou insistindo porque, pelo que me contam, a história dela é especial, como tantas outras, e vale ser contada.

Ligo para Elias, ele vem me buscar e me leva até o escritório dela, numa travessa da Hebron Road. A secretária me recebe e, claro, me oferece chá. Eu, que já me sinto de casa, peço maramia, a erva.

Khaula, então, aparece e me convida a entrar na sala dela. A secretária me ajuda com o chá. Khaula parece um pouco desconfortável, mas me trata muito bem.

É uma mulher de porte médio, tem aproximadamente 1,65 metro de altura, cabelos castanhos, já tonalizados, na altura do pescoço, a pele é morena clara. Fala inglês fluentemente.

Eu explico o que faço na Palestina e ela começa a falar:

— Eu nasci aqui do lado, em Beit-Jala, mas a minha família é de Wadi-Fakin, o primeiro vilarejo ocupado pelos israelenses, em 1948. Meus pais, meus avós, meus tios, meus primos foram expulsos de lá, vieram morar em Beit-Jala e daqui, quando eu já era nascida, em 1967, nós também fomos mandados embora. Nos tiraram das nossas casas, roubaram as nossas casas, deram-nas para os judeus e nos expulsaram para um campo de refugiados, o Aide Camp, onde eu moro até hoje.

Khaula para, toma chá e pede desculpas, diz que está emocionada. Explica que, apesar de a história da vida dela ser muito presente porque de fato ainda está acontecendo, não teve um desfecho, faz muito tempo que ela não relembra tudo de maneira detalhada e cronológica.

Eu digo que entendo e, na tentativa de deixá-la mais à vontade, pergunto se ela tem filhos:

— Tenho três. Um de 6, um de 12, e o mais velho tem 21 anos. O único que conhece Jerusalém é o de 12. Ele visitou a cidade uma vez com a escola. Os outros dois nunca saíram da Cisjordânia. Eu sinto muito por eles. Esse confinamento é desumano.

Ao falar dos filhos, Khaula — claro, que falta de sensibilidade a minha — fica ainda mais emotiva. Recomeça a contar a história dela como militante, chorando:

— Aos 15 anos, eu já participava de manifestações contra a ocupação israelense. Isso foi por volta de 1978. Fui detida três vezes, até que eles me prenderam por dez meses.

Quando saí da cadeia, Israel me proibiu de estudar em escolas do governo. Depois, aos 19 anos, já era universitária, fui presa por três anos.

Khaula não para de chorar. Eu, na verdade, estou bastante constrangida, não sei se a amparo, se interrompo a entrevista. Ela continua falando, lembrando a sua história, e chorando, chorando muito.

Ela conta que hoje acredita em manifestações pacíficas, justamente porque já participou da luta armada e não viu nenhum resultado, só dor e sofrimento dos dois lados.

— Na prisão, nós organizávamos atividades para ocupar o tempo e a cabeça. Criávamos fóruns de discussão, grupos de leitura, de estudo, praticávamos esportes. Eu, particularmente, lia no mínimo oito horas por dia. Era o meu alimento. Essas atividades nos transformavam, nos deixavam mais fortes. Saíamos de lá ainda mais preparadas e fortalecidas para enfrentar a ocupação. O estudo e a cultura inibiam o nosso rancor e nos davam sabedoria.

Mais calma, ela conta que, em 1990, foi presa pela última vez:

— Fiquei 22 dias no centro de interrogatório. Eu já tinha um filho. Estava com 2 anos. O meu marido também estava preso. Foi desesperador. Os Estados Unidos tinham atacado o Iraque. E eles pensavam que nós estávamos do lado do Iraque. Nós não tínhamos feito nada. Dessa vez, eu entrei em pânico. Pensei que fosse morrer na prisão, só pensava no meu bebê.

Com os filhos, Khaula não participava mais das manifestações. A militância passou a ter um novo formato.

— A minha luta hoje contra a ocupação é por meio da palavra. Eu sou professora universitária, no curso de serviço social, e aqui presto serviço voluntário como psicóloga para mulheres e mães de presidiários.

Segundo um levantamento de 2008 da organização não governamental Palestine Monitor, há aproximadamente trinta centros de detenção israelenses só para palestinos. Não se sabe o número exato de presos, acredita-se que sejam entre 9.500 e 10.500. Desse total, cerca de 75 são mulheres.

Veja este dado: 40% dos homens palestinos já foram detidos pelo exército de Israel de maneira ilegal. É a população que mais foi detida, sem motivo, no mundo.

E, de acordo com o grupo de direitos humanos israelense B'tselem, 85% dos prisioneiros palestinos sofrem tortura física e moral: eles são privados de dormir; são amarrados em posições desconfortáveis; levam tapas, chutes; são expostos a calor ou frio excessivos e a alimentação é precária.

Mais tranquila, mas ainda chorando, Khaula conta que a última prisão deixou sequelas.

— Mais de vinte anos depois, eu ainda sinto tudo o que senti na época e o medo que tomou conta de mim quando me prenderam e o meu bebê ficou só. Muitas vezes sou convidada para dar palestras em universidades no exterior e recuso o convite, porque um pavor incontável não me deixa ir. Nem o fato de saber que o meu marido tomará conta

deles é o suficiente para me acalmar. Já imagino soldados invadindo a minha casa e levando as crianças, ou penso que eles podem ter algum problema nos checkpoints. Ficou mesmo um trauma.

A resposta me parece óbvia, mas eu pergunto a ela se o trabalho com mães e mulheres de presos tem relação com esses sentimentos. É pessoal demais para eu me permitir concluir qualquer coisa, mas a impressão que tenho é de que esse trabalho voluntário é uma tentativa de resgate de si mesma para Khaula. O apoio psicológico que ela dá a essas mulheres é o sustento emocional que a mantém de pé.

— Dentro da resistência, cada um tem de se ocupar daquilo que faz melhor. Eu fui presa várias vezes. O meu marido também, amigos, parentes. Então, sei o que essas mulheres estão passando. A nossa organização, além do apoio psicológico, oferece suporte legal e financeiro. Muitas delas não trabalham e ficam sem renda quando o marido é preso. Nós ajudamos. E encaminhamos a outras organizações que ensinam profissões. Essas mulheres têm de aprender a gerar sua própria fonte de renda. Outra coisa que fazemos: há mulheres que não sabem nem como encontrar o marido nos presídios. Nós fazemos isso e damos suporte legal para tirá-los de lá.

Quando Khaula muda o foco e começa a falar do trabalho na organização, o choro passa e a feição melhora na hora. Está aí a prova das minhas impressões. Eu ainda tenho algumas perguntas, mas Khaula interrompe a entrevista. Ela tem compromissos.

Eu agradeço a conversa e a confiança por me contar detalhes da vida dela. Quando Khaula abre a porta da sala, há pelo menos umas dez mulheres na recepção aguardando para falar com ela. São todas muçulmanas, identifico pelo véu.



Nadia mostra o documento da **Independência da Palestina** assinado no Níger, em 1988.



Palestina muçulmana de Beit-Fajar.



Muro de Israel em Belém.





Frente da **igreja da Natividade**, em Belém.



Belém.





Assentamento israelense ilegal em Belém.
Vista do hotel onde estive hospedada.



Senhora palestina, no **centro comunitário** de Beit-Sahour.



Suheir, diretora da **TAM**.



Menino pastoreia ovelhas e cabras numa **área urbana de Belém**.



Checkpoint entre a Cisjordânia e Jerusalém.



Checkpoint em Hebron.



Soldados no **checkpoint** em Hebron.



Dois soldados israelenses **interrogam um menino palestino** que quer entrar em Hebron, onde ele mora.



Crianças palestinas retornam para casa com almoço doado por ONGs internacionais em Hebron. Os pais enviam as crianças porque elas passam pelos **checkpoints** com mais facilidade.



Tela que protege o comércio palestino em Hebron do **lixo jogado por colonos israelenses**.



Rua de Hebron.



Menino palestino mostra **páginas do Corão queimadas** num incêndio provocado por colonos israelenses em sua casa na cidade de Hebron.



Khaula.



Faixa com a imagem de Arafat abre **manifestação contra o muro.**



Leila, líder comunitária de Al-Masara.



Criança na manifestação.



Soldados na manifestação.



Nadia repete **manifesto contra o muro.**



Soldados israelenses monitoram manifestação contra o muro em Al-Masara.



Palestino conclama **grito de paz** contra o muro.



Muro construído por Israel a **menos de 1 metro** da janela de uma casa palestina.



Ligação elétrica ilegal substitui a **energia cortada** pela construção do muro de Israel.



Muro construído por Israel **divide rua de Belém ao meio.**



Mustafa Barghouti e eu.



Mustafa Barghouti mostra lança de metal disparada em **bombardeio israelense** contra Gaza em 2009.



Estrada que liga Belém a Ramallah. Única opção para os palestinos,
proibidos de entrar em Jerusalém.



Homenagem a **Ayat Akhras**, de 18 anos, a mais jovem palestina a **cometer suicídio**. Ela vivia no campo de refugiados de Dehaisha Camp, em Belém. Ayat detonou os explosivos presos ao corpo em 2002.



No alto, **assentamento israelense ilegal** no vilarejo de Wadi Fakin. Abaixo, as terras que restaram aos palestinos.

10. Nadia e os direitos da mulher palestina

Muçulmanas são também as mulheres que vivem no vilarejo de Beit-Fajar, a mais ou menos 15 minutos de Belém, onde acompanharei uma palestra de Nadia. Combinamos de nos encontrar no escritório da PARC, uma associação que trabalha pelo desenvolvimento da agricultura na Palestina. A PARC e a RWDS, que é a Sociedade para o Desenvolvimento das Mulheres do Campo, dirigida por Nadia, têm as atividades bastante interligadas. Nadia também faz algumas palestras para o público da PARC, como a de hoje.

Eu chego antes dela. Alguns dias na Cisjordânia e já deu para perceber que pontualidade não é o forte por aqui, mas também não é difícil deduzir o motivo: os palestinos vivem há anos na dependência da liberação ou não dos checkpoints. Eles nunca sabem ao certo quando ou se chegarão a um compromisso. Acho que essa incerteza ao longo dos anos rompeu um pouco com a necessidade de cumprir horário. Afinal, o que são trinta minutos de atraso para quem não sabe se chegará, não é mesmo?

O escritório também fica na Hebron Road, onde parece que tudo acontece por aqui. É realmente uma das principais avenidas. Enquanto Nadia não chega, fico no portão, observando o grande movimento de policiais da Autoridade Palestina. Como vim andando boa parte do caminho, eu já havia notado o policiamento nas ruas. Perguntei à secretária da PARC se ela sabia de alguma coisa. Ela disse que não. Talvez fosse algum alerta de tentativa de invasão dos homens do Hamas. O partido controla Gaza e, com o ataque de Israel, talvez eles tivessem fugido para cá.

A suposição me pareceu improvável, mas me fez lembrar do dia em que cheguei à Cisjordânia. Na entrada da cidade, eu e o taxista fomos recebidos por um homem do Fatah armado, vigiando o acesso a Belém.

Depois de quase uma hora de espera, Nadia chega, animada como sempre. Comento sobre o movimento dos policiais, mas para ela aquilo parece normal. Não chama atenção. Nadia me diz então que vamos a Beit-Fajar com uma italiana, a observadora da organização não governamental que está patrocinando o projeto no vilarejo, que inclui essa palestra que ela fará.

Logo chega a italiana. O nome dela é Rosella. É uma ruiva de uns 30 e poucos anos. Vamos no carro dela. No caminho, ela pergunta sobre mim, conta que trabalha em organizações não governamentais há alguns anos e que já esteve no Afeganistão, no Paquistão, no Iêmen. O lugar mais perigoso na opinião dela foi a Somália. Lá ela diz que realmente correu risco de morte. E que a Palestina a surpreendeu:

— É incrível o que acontece nos territórios ocupados. A Europa não tem ideia do que acontece por aqui. A informação que chega para nós é totalmente distorcida. O povo palestino tem todos os motivos do mundo para ser revoltado e violento. É um povo ocupado há décadas. Vive numa prisão a céu aberto, é humilhado. Mas consegue manter a calma. É um povo pacífico. E estou aqui há dois meses. O que Israel faz aqui é crime. O mundo tem que saber disso de alguma maneira.

Quando Rosella diz que a Europa não sabe o que acontece na Palestina, eu entendo que ela se refere à população europeia e não aos chefes de Estado e dirigentes. E acredito que eles e o resto do mundo realmente não saibam o que de fato acontece por aqui.

Beit-Fajar é um pequeno vilarejo muçulmano como tantos outros nos arredores de Belém. Tem cerca de 15 mil habitantes.

Nadia falará sobre os direitos da mulher:

— É importante que elas saibam quais são os nossos direitos para que os exerçam e façam parte da sociedade. Isso é importante para fortalecer a autoestima da mulher.

Quando chegamos, as mulheres do vilarejo já estão esperando. São cerca de quarenta, de todas as idades. Tem meninas de 16 anos e senhoras de mais de 70. Todas muçulmanas; estamos numa comunidade onde vivem só famílias islâmicas.

Rosella chama a minha atenção para uma diferença de comportamento entre cristãos e muçulmanos sobre a qual alguém já havia me alertado, não exatamente com as mesmas palavras e análise, mas de certa forma com o mesmo sentido:

— Observe que as mulheres muçulmanas são muito mais participativas. Os cristãos palestinos têm mais dinheiro, têm família no exterior, são menos comprometidos com a luta.

Eu argumento que em números não há dúvida, houve um êxodo de cristãos palestinos e hoje só uma minoria da população é de católicos, mas os que ficaram me parecem bastante convictos e atuantes, como a própria Nadia, que doa boa parte do tempo e da vida dela para conscientizar as pessoas sobre a importância da educação na causa palestina.

Na palestra de hoje, Nadia falará sobre a Declaração de Independência da Palestina, assinada em Argel, em 15 de novembro de 1988, numa reunião do Conselho Nacional Palestino. Com esse documento, foi proclamado um Estado independente e democrático, com Jerusalém como capital, assegurando o direito do povo palestino a viver na sua terra como todos os outros povos. A declaração também reconhece com mérito a importância da mulher e se compromete a respeitar os tratados da Liga Árabe, das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Nadia conta que, em 1920, a mulher já participava da revolução. Em 1976, as palestinas conquistaram o direito de voto, mas foi em 1980 que começou a se formar um movimento feminino para exigir direitos para as mulheres. Isso acontecia dentro das fábricas, nas universidades. Mas só com o documento assinado em 1988 em Argel é que esses direitos

foram estabelecidos.

A palestra é toda em árabe, e é claro que eu, de novo, não entendo nada. Então, aproveito para divagar sobre nós, mulheres ocidentais, que nos achamos tão modernas e tão liberadas e tão livres e não usamos véu e não usamos burca...

Pois eu, que nem ao menos compactuo com esse pensamento, fui vítima de chacota divertida e bem-humorada de uma rodinha de amigas muçulmanas de Nadia. Assim como nós, ocidentais, pensamos nas muçulmanas como vítimas em relação ao uso do véu, elas nos consideram vítimas do culto ao corpo e à beleza.

E, ao contrário do que o senso comum prega, a maioria usa o véu com convicção: é um símbolo de identidade religiosa e até geopolítica, pois as distingue do Ocidente, principalmente quando elas estão no exterior. A burca está em outra categoria. Na Palestina, não se usa burca.

Um livro do Sheikh Taleb Hussein Al-Khazraji, que traz orientações sobre o islã, diz o seguinte sobre as roupas da mulher:

— a vestimenta deve cobrir o corpo da mulher e o cabelo, menos a palma das mãos e o rosto. E não deve ser fina ou transparente;

— a vestimenta não deve ser sedutora ou atraente, demonstrando a beleza da mulher de forma indireta, e não deve mostrar seus atrativos; e

— a mulher não deve imitar os homens na maneira de se vestir.

A reação da comunidade muçulmana e das jovens à lei aprovada pelo governo francês que proíbe o uso de símbolos religiosos nas escolas desde 2004 é prova de que o véu é sim uma questão de identidade para essas mulheres. Elas receberam a lei como uma agressão, como um desrespeito.

Trajes à parte, com a palestra sobre direitos da mulher rolando, não consigo deixar de pensar no seguinte: nós datamos a nossa emancipação com a simbólica queima do sutiã, passamos pelo feminismo e precisamos agora encontrar um equilíbrio que se adapte de fato à nossa natureza biológica. É a minha opinião, não estou aqui levantando bandeira ou pregando nada. Estou apenas dividindo o meu pensamento, baseado na minha experiência pessoal e na observação da rotina das colegas. Não pode ser sadio e humano a mulher trabalhar oito, doze horas por dia, depois cuidar da casa, dos filhos, do marido, da empregada, ter de malhar, pintar o cabelo, se manter informadíssima, manter a fluência em pelo menos três idiomas. Que vida é essa? Quem resiste sóbria e sã a tal rotina? Acho que é função da sociedade se adaptar às características e às necessidades da mulher. Geramos a vida, geneticamente somos diferentes e temos esse direito.

Uma gargalhada de Nadia me traz de volta a Beit-Fajar... Nos intervalos, ela resume o que foi conversado. Rosella começou um curso de árabe logo que chegou, então, ela diz que já dá para pescar uma palavra aqui, outra ali. Além disso, a italiana já trabalhou em ONGs em outros países árabes, portanto, o idioma não é tão desconhecido assim para ela.

A maioria das mulheres do vilarejo não fala inglês, principalmente as mais velhas. Entre

as mais jovens, a situação é um pouco diferente. Veja só que interessante. Há algumas características que são realmente do ser humano e independem da nacionalidade, do credo, da cultura. Observei dois grupos de adolescentes que participam da palestra que poderiam estar em qualquer lugar do mundo. Em um deles, as meninas são extremamente vaidosas, estão bem-vestidas, são bonitas. Elas me abordaram e a comunicação foi bastante difícil, por conta do inglês precário do grupo. Mas nos esforçamos e a conversa aconteceu. Elas queriam me elogiar, também me acharam bonita, e a curiosidade delas girou em torno de banalidades. O objetivo dessas meninas é casar e ter filhos.

Já o segundo grupo é formado por meninas nem tão vaidosas nem tão belas. A energia é diferente. São mais falantes. Durante a palestra, participavam, opinavam. Enquanto eu conversava com Nadia, observei que elas falavam num bom inglês com Rosella sobre o projeto patrocinado pela ONG para a qual ela trabalha. Pelo que entendi, uma das etapas do programa prevê o treinamento das mulheres de Beit-Fajar para plantar e cuidar de hortas. Num primeiro momento, o resultado será de subsistência, mas o objetivo é transformar as hortas em uma segunda renda para as famílias.

E, desse grupo das meninas mais engajadas, Nadia me conta que deve sair pelo menos uma multiplicadora dos seus ensinamentos.

Nadia diz a uma das mulheres que precisa usar o telefone. Ela faz várias ligações para a Faixa de Gaza o dia todo. Nadia tem parentes e amigos que vivem lá e quer saber como estão as coisas. Israel já não ataca com tanta violência, mas ainda há bombas, tiros e soldados.

Uma revista brasileira quer que eu vá até lá para fazer reportagens. Estou tentando por meio de alguns contatos, mas está realmente difícil: ninguém entra e ninguém sai, nem mesmo a ajuda humanitária. Conheci uma palestina chamada Feiruze que já trabalhou para o Crescente Vermelho, movimento humanitário internacional cujo objetivo é proteger a vida e a saúde humanas. Ela me deu o telefone do médico-chefe, mas ele me contou que por enquanto não tem autorização para entrar na cidade. Existe um plano de furar o bloqueio pela fronteira com o Egito, mas ainda é muito arriscado.

Falei também com um colega repórter que é correspondente de uma TV brasileira. Ele também espera autorização do governo israelense para entrar em Gaza. Todos estão esperando. O que se sabe é que o lugar está em ruínas, não sobrou nada de pé. Há muitos mortos e feridos. A infraestrutura de saneamento foi praticamente toda danificada, o que pode provocar uma série de doenças. A situação é realmente crítica.

O que se vê de fotos e imagens e as informações que chegam são de jornalistas que já estavam lá antes de os ataques começarem.

E, sinceramente, ir a Gaza comprometeria o cronograma de coleta de material e entrevistas para o meu livro. Não sei até que ponto seria uma boa opção. Sei que é o factual do momento, mas não estou aqui para isso e não sei se terei outra oportunidade de entrar na Cisjordânia. Israel pode fechar as fronteiras a qualquer momento e impedir a

passagem de qualquer um. Gaza está a mais ou menos uma hora e meia de onde estou.

Além disso, existe o risco de morte. Israel não dá ouvidos nem à comunidade internacional nem às Nações Unidas, nem aos aliados Estados Unidos; a ninguém. Se nem mesmo as equipes de ajuda humanitária são respeitadas, coitada da imprensa.

Assim que chegar ao hotel, vou mandar um e-mail para a revista com uma sugestão. Eles pedem a reportagem sobre Gaza a um correspondente que já esteja lá ou fazemos com informações de agências de notícias e complementamos com entrevistas feitas por mim com familiares que estão na Cisjordânia. Eu faço outra reportagem sobre a ocupação e ainda tento uma entrevista com o médico e político Mustafá Barghouthi, o mais importante líder da atualidade na resistência pacífica contra a ocupação. Ele também poderá falar sobre Gaza, pois é o fundador e coordenador de uma organização não governamental que presta assistência médica gratuita nos territórios ocupados. E eu o tenho visto o tempo todo em entrevistas na CNN falando do assunto.

Nadia retoma a palestra apenas para concluir o tema. Ela levanta um quadro, com uma cópia do documento assinado em Argel em 1988, e diz que é um presente para as mulheres do vilarejo de Beit-Fajar. Ela diz que ficará aqui, na sede da organização das mulheres, e que é dever de cada uma delas ler um trecho por dia para manter sempre na memória a importância da participação da mulher na luta pela independência da Palestina.

Ela é bastante aplaudida, se emociona. Eu também. É um momento de bastante simplicidade entre elas, é bonito. Nos despedimos e vamos embora.

É hora do almoço, estamos mortas de fome. Rosella sugere que almoçemos num restaurante em Beit-Jala. Nadia já conhece o lugar, claro. Segundo as duas, eles servem o melhor frango do mundo.

Eu acredito, porque aqui já comi a melhor maçã do mundo, os melhores doces do mundo, os melhores brioches do mundo... aliás, a França que me perdoe, mas os brioches da Palestina são incomparáveis. Soa insano o que estou dizendo, não? Mas acreditem. Tem uma bakery bem pertinho do hotel onde estou hospedada, é só virar à esquerda na Manger Street. Eu não deveria ter entrado lá a primeira vez. Virei freguesa. Eles vendem os pãezinhos por peso. São diversos, de todos os tipos, sabores e recheios. E já sinto o volume dos brioches ao redor da minha cintura. Preciso intensificar as subidas da ladeira da Al-Karkafa Street para dar um jeito nisso.

Rosella tinha dito que era um restaurante, mas é um boteco. Achei graça, pois tudo depende do referencial. Brinquei com ela. A italiana já passou pelo Afeganistão, Paquistão, Sudão, então, de fato, qualquer portinha pode ser um palacete.

Ela retrucou:

— Espere para saborear o frango que eles servem aqui. Nunca comi carne tão saborosa. Entramos, sentamos e logo pedimos.

Era praticamente um frango inteiro para cada uma. E não havia talher na mesa. Nadia e Rosella começaram a comer com as mãos mesmo.

Eu sei que até no Brasil frango se come com as mãos, mas realmente não gosto e pedi talher. E então o frango da Palestina entrou para o hall do melhor frango do mundo. Rosella estava certa: carne saborosa, macia e um tempero...

Nadia explicou que talvez nós estejamos acostumados com frango congelado, cheio de hormônios e conservantes. O frango que comemos não tem nada disso, foi abatido ali mesmo e preparado em seguida.

Certamente é isso, mas a explicação de Nadia trouxe à tona o fato de que estávamos comendo um ser que havia pouco ainda estava vivo e isso comprometeu o meu apetite. Não estraguei o almoço das duas, é claro, mas já tinha comido o suficiente.

Tomamos um café, nos despedimos. Rosella ficou por ali mesmo, pois está morando em Beit-Jala, e eu e Nadia pegamos um táxi.

11. O checkpoint para Jerusalém e o terrorismo

A revista topou a minha sugestão, já que a possibilidade de ir a Gaza é mínima. Não descartei totalmente a viagem. Se conseguir por um meio seguro, vou, mas sinceramente não estou muito inclinada. Então, combinamos duas matérias: uma sobre a ocupação e a entrevista com Barghouthi. E eu me comprometi a enviar o material que conseguir por aqui sobre Gaza, mas eles editam na redação em São Paulo.

O conteúdo para a reportagem sobre a ocupação está na mão, diante dos meus olhos. Da cama do quarto do hotel vejo assentamentos judaicos ilegais. O Muro de Israel está a cinco minutos daqui. Qualquer palestino é personagem, pois todos têm histórias para contar. Então, está fácil. A única coisa que preciso fazer é cruzar um checkpoint para poder descrever a sensação. Passei pelos checkpoints quando cheguei aos territórios ocupados, mas estava num táxi e fui tratada como turista, como se o motorista estivesse me levando à Igreja da Natividade para uma visita e só. Farei isso hoje. Antes, preciso descobrir os contatos de Barghouthi.

Vou recorrer a Feiruze novamente. Ela sabe como encontrá-lo. Samer, do ATG, o grupo de turismo alternativo, também.

Enquanto aguardo a resposta, vou a Jerusalém. Será a minha primeira passagem sozinha pelo checkpoint. Estou um pouco apreensiva, mas acho que mais ainda curiosa. Elias, dono do hotel, me deu as coordenadas. É só pegar o ônibus 21, na Hebron Road, perto de Beit-Jala. O meu passaporte já está comigo, não saio sem ele.

Vou caminhando; quando avisto o ponto de ônibus, o 21 já está lá. Um homem desce os degraus do ônibus e quase me atropela, não dá nem tempo de confirmar se é aquele mesmo o circular para Jerusalém. Eu ainda tento perguntar, mas ele resmunga alguma coisa e saía correndo. É meio grosseiro.

Dentro do ônibus, peço ajuda aos passageiros. Estou no lugar certo. A passagem custa 6 shekels, o equivalente a mais ou menos 2 reais. Mas o motorista ainda não chegou. Então, sento e aguardo.

Ao olhar pela janela, vejo o homem que saiu correndo do ônibus e quase passou por cima de mim quando eu já estava nos degraus. Ele está num terreno baldio em frente ao ponto, ajoelhado num tapetinho, certamente voltado para Meca. Entendo a pressa do rapaz, era hora da reza dos muçulmanos e ele estava atrasado.

Desde que cheguei ao Oriente Médio, essa disciplina para a reza é uma das coisas que mais tem me chamado a atenção. Gosto disso. Não importa o que estejam fazendo, eles

param e rezam. É um comprometimento. A maioria de nós ocidentais, com agendas superlotadas, não consegue nem uma vez sequer no dia esses dez minutos para se comprometer com seja lá o que for: com a respiração, com um pouco de meditação, de reflexão. Não estou pensando em religião, mas em um minuto de silêncio qualquer que faça bem ao espírito, à cabeça. Vou tentar praticar. Tem um jornalista famoso (trabalhei com ele na TV Cultura e vou preservar o nome dele aqui) que é budista e garante que fecha os olhos por três minutos e quando os abre está renovado como se tivesse tirado um bom cochilo de algumas horas.

Terminada a reza, lá vem o homem com seu tapetinho enrolado. Ele entra no ônibus. É o motorista.

Ele recolhe o dinheiro da passagem e resmunga, em árabe, pelo fato de eu não ter trocado. Realmente não tenho. Acabei de passar numa casa de câmbio para trocar mais dólares por seckels. Só me deram notas grandes.

Enfim, o motorista liga o ônibus e começa a viagem. O percurso é rápido, cerca de vinte minutos, se não tivermos problemas no checkpoint. Ele entra em Beit-Jala e segue por uma rua bastante íngreme e longa que cruza a cidade. Passamos por um checkpoint volante, que, por ora, está desativado, e aqui de cima já dá para ver o checkpoint de Jerusalém. Lembra um pedágio de autoestrada, com umas seis cabines. E tem uma fila separada para os caminhões.

Não sei se deveria ter me arriscado. Se os soldados cismarem comigo, como vou explicar que estou hospedada em Belém? Pior, e na hora de voltar? O que vou dizer? Até quando a justificativa de que sou cristã e de que vou visitar a Igreja da Natividade será o suficiente? Os turistas que de fato vêm à Terra Santa com essa finalidade normalmente vêm em grupo, acompanhados de um guia, em ônibus fretado. Eu estou sozinha, num ônibus urbano de transporte de palestinos.

O motorista para exatamente no checkpoint. É o meu primeiro checkpoint. O soldado aparece no primeiro degrau com uma metralhadora em punho. Dá uma olhada geral e desce. O motorista recolhe os documentos de todos os passageiros, inclusive o meu passaporte, e manda a gente descer do ônibus. Só ficam sentados um senhor doente e uma moça grávida. Nós ficamos numa fila, do lado de fora. Um dos soldados sobe novamente no ônibus e checa se há alguma coisa errada. Eles procuram armas, explosivos, bombas, facas, qualquer objeto que possa ser usado num atentado.

Em cada cabine há três soldados. Um vistoria o ônibus; o outro, a bagagem e as bolsas dos passageiros que estão na fila; o terceiro checa os documentos.

É cada vez menor o número de palestinos que têm autorização para entrar em Jerusalém: só doentes graves que precisam de tratamento especializado, quem têm emprego comprovado, e alguns casos especiais que recebem autorização temporária. E eles recebem uma permissão de acesso. Esses documentos é que são conferidos.

Os soldados são muito jovens. Em Israel, adolescentes, homens e mulheres, a partir

dos 17 anos, já devem se alistar, é obrigatório. E a mistura de tanta juventude com uma arma dessas nas mãos só poderia dar na arrogância com a qual eles tratam as pessoas por aqui.

O que ouvi é que os soldados menos qualificados e menos capacitados, ou aqueles que merecem ser punidos por terem cometido alguma infração, são mandados para os territórios ocupados. Exceto nas operações especiais; aí sim são designados militares bem treinados.

O soldado que havia levado os documentos volta entrega-os à soldada que cuida da fila e ela começa a nos liberar para entrar no ônibus. Quando chega a minha vez, ela já está com o meu passaporte aberto na página do visto de permanência de três meses. E diz apenas:

— Brazilian.

Eu aceno positivamente. Não foi um tom de pergunta, pois está escrito no passaporte. Sou brasileira. Acho que foi apenas um cumprimento. Não é comum a passagem de turistas estrangeiros dessa maneira por aqui. A minha presença gera curiosidade, mas não sou barrada ou questionada porque, certamente, não veem nada de suspeito em mim. Se houvesse qualquer indício de que sou jornalista, eu teria sido abordada. Mas eu estou mesmo me portando como uma viajante peregrina.

Talvez sorte de principiante. Com todos os passageiros sentados, o motorista continua a viagem.

Israel começou a restringir a movimentação dos palestinos principalmente a partir da Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando ocupou mais terras árabes, deixando os palestinos, na época, com 22% dos 43,5% da parte que havia sido destinada a eles pela partilha definida pelas Nações Unidas, em 1947. A Resolução 242 da ONU dava aos judeus 56,5% da área. Hoje, com o crescente aumento dos assentamentos ilegais e com a construção do Muro de Israel, os palestinos vivem em menos de 11% do território dividido pela ONU.

Na Cisjordânia, são cerca de setecentos postos de controle, entre checkpoints, cercas de arame farpado, trincheiras e tipos diversos de bloqueios volantes. Setenta e quatro por cento das ruas e estradas dos territórios ocupados são controlados pelo exército israelense. Esses dados são da organização não governamental Palestine Monitor.

E ao andar por aqui a gente encontra essas barreiras facilmente. Não é preciso percorrer longas distâncias para ver os bloqueios e ser impedido de continuar.

Israel dificultou ainda mais a movimentação dos palestinos a partir da primeira intifada, em 1987. Foi quando implementou o sistema de permissão de acesso a Jerusalém e ao que o governo israelense denomina território judeu. Depois, em 1988, proibiu a viagem de Gaza à Cisjordânia e vice-versa. Isso até hoje só é possível em datas e casos especiais, com autorização. Outra data marcante foi 1991; com a Guerra do Golfo, Israel, que é aliado dos Estados Unidos, se sentia entre inimigos e, vendo-se ameaçado de todos os lados, quis fechar mais as fronteiras. O sistema de permissão de acesso ao território

israelense ficou mais rigoroso e individualizado, os casos eram analisados um por um. Palestinos eram presos sem qualquer justificativa, inclusive Khaula, como ela contou na entrevista. De 2000, quando aconteceu a segunda revolta palestina contra a ocupação, até hoje o cerco se fechou mais. E com a construção do Muro de Israel, a partir de 2002, os palestinos dizem que vivem numa prisão a céu aberto.

Do lado de cá, do lado de Israel, o muro tem outra estética, é decorado. Não se vê o cinza do concreto; em algumas partes, é revestido com pedras e em outras com plantas. Fica bem menos assustador.

A paisagem também muda completamente. O muro foi construído numa linha que coloca as oliveiras do lado de Israel e deixa só terra seca e árida para os palestinos. Isso é visível. Não precisa ser agrônomo para atestar. É só saber a diferença entre uma árvore e uma pedra. Daqui do ônibus dá para ver bem.

Por isso é que se veem tantos pastores com seus rebanhos nos centros urbanos de Belém à procura de qualquer cantinho de grama, nas pracinhas, para que as ovelhas e as cabras possam pastar. Com a construção do muro e os assentamentos ilegais, Israel tomou as áreas gramadas e realmente não se vê terra fértil na região.

Os atentados suicidas palestinos, que são usados por Israel como justificativa para construir o muro, começaram em 2001. E eram sempre assumidos pelo Hamas, pela Jihad Islâmica e pela Brigada dos Mártires de Al-Aqsa. Foi o início dos homens-bomba palestinos.

Um tema difícil de ser abordado por aqui. As pessoas não se sentem nada à vontade para falar no assunto. Não é simplesmente ser contra ou a favor. A questão é muito mais complexa. Ninguém, é claro, quer que o seu filho, o seu amigo, o seu marido seja um homem-bomba, mas o mártir é respeitado, e eu, pelo menos, não encontrei nenhum palestino que ousasse criticá-lo ou desaboná-lo. Por outro lado, também há aqueles que não se manifestam, nem a favor nem contra; simplesmente não falam sobre o assunto.

Nadia, por exemplo, é categoricamente a favor da resistência pacífica. É religiosa, cristã, extremamente esclarecida. Quando perguntei a ela sobre os ataques suicidas, ela se emocionou e me contou a história da mais jovem mulher-bomba palestina, Ayat Akhras, de 18 anos. Ela foi a terceira mulher a cometer suicídio pelo fim da ocupação. Ayat era muçulmana, se preparava para entrar na universidade, trabalhava e estava de casamento marcado. Ela detonou os explosivos no dia 29 de março de 2002, num supermercado em Jerusalém, matando dois israelenses e ferindo 28. Ela vivia com a família no campo de refugiados Dehaisha, em Belém. Segundo Nadia, foi um choque para todos que a conheciam. Ayat era uma menina doce e tranquila, nem sequer participava de manifestações: "Mas, certamente, para pôr fim à própria vida e à de outros inocentes, ela não suportava mais ver Israel impor tanta humilhação e tanto sofrimento à família dela, aos vizinhos e ao povo todo."

Eu fui ao campo Dehaisha, queria falar com a mãe dela, mas não deixaram. Na entrada

do campo de refugiados, em homenagem, pintaram uma imagem de Ayat.

Antes de Ayat, uma universitária de 21 anos e uma enfermeira de 28, da Cruz Vermelha, tinham sido as duas primeiras mulheres-bomba palestinas. Não se sabe ao certo o motivo, mas os colegas de Wafa Idriss, a enfermeira, contam que ela havia ficado muito abalada com a morte de um adolescente de 15 anos que levou um tiro na cabeça à queima-roupa de um soldado israelense, em frente ao quartel-general do então líder da Autoridade Palestina, Yasser Arafat. Ela cuidou do menino. Dois dias depois da morte dele, em 27 de fevereiro de 2002, a enfermeira se explodiu na Jaffa Road, uma rua comercial movimentada em Jerusalém, matando um israelense e ferindo 150.

Em 12 de abril, mais uma jovem, de 20 anos, cometeu ataque suicida. Andaleeb Takafka, também de Belém, conseguiu entrar em Jerusalém com um cinto cheio de explosivos e detonou a bomba num ponto de ônibus. Seis pessoas morreram e 104 ficaram feridas. Quando Andaleeb se apresentou como candidata a mulher-bomba, disse que estava disposta a cometer o ataque porque ela, a família e o povo estavam sofrendo e morrendo aos poucos, como se estivessem sendo enterrados vivos.

A participação de mulheres na luta armada não era bem-vista, principalmente dentro das alas radicais dos grupos armados palestinos, mas a situação chegou a um ponto em que o cerco começou a se fechar cada vez mais para os homens, e a checagem nos postos de controle era mais rigorosa, dificultando a passagem de homens-bomba. Então, as mulheres acabaram se tornando de fato uma opção.

O ataque seguinte aconteceu só em 19 de maio de 2003. Uma estudante de literatura de 19 anos detonou os explosivos presos ao corpo num shopping center no norte de Israel. Três pessoas morreram e 93 ficaram feridas.

Depois, foi a vez de Hanadi Tayseer Jaradat, de Jenin. Uma jovem linda, tinha 29 anos e era advogada. Como a maioria, não tinha histórico nenhum de participação ativa militante. Além de dezenas de amigos, vizinhos e parentes, ela perdeu o irmão e o primo no massacre de Jenin, provocado pelo exército israelense em junho de 2003. E também, como todas as outras, viveu até o último minuto como se nada de extraordinário fosse acontecer. A família não desconfiou de nada. Ninguém soube de nada até 4 de outubro de 2003. Hanadi detonou os explosivos num restaurante em Haifa, matando 19 pessoas e ferindo 50.

Em 2004, foram mais duas mulheres-bomba. E, em 2006, mais duas. Uma delas, uma senhora de 57 anos, a mais idosa de todas. Fátima Omar Mahmud Al-Najar era mãe de 9 filhos e avó de 41 crianças.

Dias antes de cometer suicídio, Fátima havia participado da cerca humana formada por dezenas de mulheres palestinas em torno da mesquita de Beit Hanun, em Gaza, para proteger militantes palestinos sitiados por soldados israelenses. No dia 3 de novembro de 2006, o exército de Israel atirou contra mulheres e crianças que estavam ali, sob a justificativa de que os homens estavam tentando fugir vestidos de mulheres. O exército

ocupou Beit Hanun por duas semanas. Dezenove pessoas morreram, a maioria mulheres e crianças. No dia 23 de novembro, Fátima se aproximou de um grupo de soldados e detonou os explosivos. Ela morreu e cinco militares ficaram feridos.

A maneira como a maior parte da imprensa mundial trata esses ataques é normalmente, no mínimo, irresponsável, pois contribui para que a ocupação dos territórios palestinos pelos israelenses continue sem solução.

E eu não me eximo de culpa, apesar de que sempre tento explicar, mas o editor-chefe vai lá e corta o texto, por falta de tempo no jornal. A informação tem que caber em 30 segundos, e, por mais que o jornalista domine a técnica da síntese, palavra curta tem limite.

Com raras exceções, e raríssimos editores-chefes, em geral o que vai para a lixeira é o que dá contexto ao factual. O telespectador só fica sabendo que uma mulher-bomba explodiu e matou. O comentário é: nossa, que povo louco, são terroristas, gente violenta.

A imprensa escrita também não é diferente. No meu trabalho de conclusão da pós-graduação, estudei dois grandes jornais do país, e as matérias a respeito das mulheres-bomba também não traziam contexto algum. Era do ataque à bomba para a frente. Para a maioria dos leitores, o entendimento era de que Israel só retaliou porque foi atacado. Os jornais não traziam informações sobre os acontecimentos que teriam levado a agressora a cometer suicídio.

Essa é uma reclamação comum entre as mulheres da comunidade palestina que entrevistei no Brasil. Aliás, três delas cito neste livro: Riam, Jamile e Ahlan. As três se ressentem dessa explicação, pois, como elas mesmas dizem, não justifica a violência, mas coloca o suicida no mesmo patamar do oponente.

Eu senti o efeito dessa falta de explicação dentro de casa, com a minha própria família. Para a minha mãe, usei uma história que já tinha ouvido em algum lugar. Para fazê-la entender o sofrimento de um povo ocupado, coloquei-a na posição deles, como se ela fosse um personagem:

— Mãe, imagina que essa casa aqui que você e o papai compraram, onde hoje nós moramos, seja invadida por outra família. Eles chegam armados; por isso são mais fortes. Como nos recusamos a sair, eles matam o papai, batem em você e nos colocam para fora, sem nada, sem móveis, sem roupas, sem dinheiro. E eles são em maior número, porque já compraram a casa do vizinho da frente e do vizinho de trás. Mas, como nem todos querem vender suas casas, eles vão tomar à força as demais casas e terras. A nós, resta aceitar e ir embora para outro lugar. Assim aconteceu em larga escala em 1948 e 1967.

Expliquei a minha mãe que os homens-bomba e as mulheres-bomba eram filhos, filhas, netos e netas dessas famílias desalojadas e que vinham desde então sofrendo uma série de outras humilhações. E que, além disso, eles usam o próprio corpo por falta de um exército. A minha mãe ficou surpresa. E perguntou:

— Como assim?

Eu tive que explicar que a Palestina não tem exército para lutar com Israel. E que aquelas imagens que a gente vê na TV ou as fotos nos jornais e revistas, de meninos e rapazes jogando pedras nos soldados, são tudo o que eles têm para se defender. Pedras. E, lá de Gaza, os militantes do Hamas mandam aqueles foguetinhos que mal alcançam 500 metros e fazem no máximo um buraco do tamanho de uma laranja numa parede.

Como julgar essas pessoas que estão sob ataque de um dos exércitos mais bem equipados do mundo e que só têm pedras para se defender? Como julgar?

A minha mãe não respondeu.

Bom, o ônibus está passando agora pelo muro da Cidade Velha de Jerusalém. Vou descer e pegar outro ônibus para circular pela cidade. Este ônibus é só para árabes e faz um caminho restrito. Quero conhecer um pouco de Jerusalém. Desço e caminho aleatoriamente, sigo o fluxo, vou em direção ao maior movimento de pessoas. É uma subida na lateral do muro da Cidade Velha. Vejo que depois do cruzamento tem uma rua bastante movimentada.

Há bastante judeus ortodoxos por aqui; claro, estou em Israel. Eles chamam a minha atenção, mas procuro ser discreta ao observar. Nem tanto pela roupa toda preta, que eu já conhecia, e pelo cabelo que tem aquela trancinha do lado, que eu já conhecia também, mas o que me causa estranhamento é que eles andam na rua como se estivessem lendo um livrinho bem pequeno — deve ser a Torá, o livro sagrado judaico, bem pertinho do rosto. Não sei como eles não tropeçam, como conseguem atravessar a rua. Parece perigoso.

A rua movimentada é a Jaffa Road, uma rua comercial famosa da cidade. Foi aqui que a enfermeira Wafa Idriss, a primeira mulher-bomba, cometeu o atentado. É uma rua cheia de lojas, cafés e restaurantes. E vê-se que há uma boa mistura de judeus e árabes por aqui. Paro no ponto e vou pegar um ônibus qualquer. Os árabes que estão aqui moram ou trabalham na cidade, porque a maioria que vem dos territórios ocupados não pode circular por Jerusalém. Eles têm um destino certo, e se forem flagrados fora do itinerário são mandados de volta e podem até ser presos.

Lá vem o ônibus. O sistema de pagamento eu já conheço. Alguns passageiros têm cartão magnético e quem não tem paga, em dinheiro, para o motorista. Ainda há assentos vagos. Escolho um perto da porta de entrada, pois quero observar as pessoas.

Aqui mesmo na Jaffa Road o ônibus já começa a encher, e, como no Brasil, as pessoas vão em pé, se seguram e se acomodam como podem.

Mesmo com o ônibus lotado, os meninos e meninas do exército portam armas. Por norma, eles devem estar sempre armados. Não sei bem ao certo, mas me parece a M-16, a arma padrão do exército de Israel. Estou com uma bem encostada no meu joelho, como se fosse a situação mais natural do mundo. Aqui é. Do ônibus dá para ver. Dependendo do lugar por onde se anda, o que mais se vê é soldado.

Sabe aquela hora de saída da escola, em que os estudantes estão amontoados em

frente ao colégio, no ponto de ônibus? Em Israel eles são tão jovens quanto, mas, em vez de estudantes, o que se vê são soldados, meninos e meninas. É, realmente, impressionante. Eles estão por toda a parte, em grupos. Riem alto, brincam. Talvez, pelo menos neste momento, não se lembrem que estão fardados e armados, prontos para matar se for preciso. Eles realmente parecem alheios ao que acontece agora, agora mesmo, neste minuto, lá nos territórios ocupados, onde certamente deve estar ocorrendo uma situação de violência entre um soldado e um palestino.

E o constrangimento dessas pessoas dentro do ônibus, árabes, soldados, israelenses, todo mundo apertado, encostado, se tocando mesmo. Não tem jeito, o ônibus está lotado. Coisa esquisita. Ninguém se fala, ninguém se olha. As pessoas olham para o nada e os olhares não se cruzam. Eu mesma me sinto invisível, é como se não estivesse aqui. Ninguém me nota. A única pessoa que interage com as outras é o motorista, e só na hora de receber o pagamento da passagem.

Eu me mantenho discreta ao observar os passageiros. Procuro não mexer a cabeça, mas num ambiente em que praticamente nada se move, as minhas pupilas agitadas chamam a atenção de uma mulher palestina, e os nossos olhares se cruzam. A primeira coisa que me vem à mente é que estou justamente dentro de um alvo em potencial para um atentado terrorista: um ônibus cheio de israelenses e soldados. Por alguns segundos eu me desespero. E penso mesmo: só falta essa mulher se explodir agora. Ao mesmo tempo que isso parece impossível e distante, imagens de ataques vêm à minha cabeça, uma mistura de sangue, corpos partidos, pessoas feridas, sirenes de ambulâncias.

Sinto quase um ímpeto de correr, de fugir. São sensações e medos que vêm e vão tão rápido porque na verdade não existe nada real, e como os segundos passam e nada acontece você pensa que o arrepio que está sentindo é mesmo imaginação, fantasia. A mulher-bomba não explodiu, você não está sangrando, o ônibus continua andando, os passageiros estão todos ali. Acho que sobrevivi. Acho também que pela primeira vez na vida senti de perto o que é o medo do terrorismo. É bem diferente da sensação que se tem quando se vive numa cidade metropolitana violenta como São Paulo, onde o assalto é iminente. Você vive com a sensação de que sua bolsa, seu dinheiro, seu carro serão roubados. A gente tem até a sensação de que pode levar um tiro. Mas o que senti aqui e pude até antever foi o meu corpo explodindo e se partindo em pedaços.

Acho que por hoje chega de turismo em Jerusalém. E pensar que ainda tenho que cruzar o checkpoint de volta.

Desço perto da Cidade Velha e vou atravessá-la para pegar, do outro lado, o ônibus de volta para Belém. Tenho trabalho me esperando — quem sabe já está confirmada a entrevista com o doutor Mustafá — e tenho ainda que finalizar a reportagem sobre a ocupação e, claro, continuar as entrevistas para o livro.

Pela primeira vez, entro na Cidade Velha, mais um privilégio, eu na cidade sagrada. Mas hoje estou mesmo só de passagem. Volto outro dia para visitar. Pego um mapa para

conseguir chegar do outro lado.

A Cidade Velha ou Cidade Antiga de Jerusalém é retangular e cercada por uma enorme muralha. Em 1981, o lugar foi nomeado pela Unesco Patrimônio Mundial da Humanidade. Foi construída, provavelmente, pelo rei Salomão, entre 1000 e 900 a.C. Existem oito portões. A cidade concentra os principais locais sagrados e está dividida em quatro partes: a judaica, a cristã, a armênia e a muçulmana.

Pelo mapa, vejo que o bairro cristão está na parte noroeste. Todo mundo sabe que a Basílica do Santo Sepulcro é o lugar mais visitado, junto com a Via Dolorosa, o caminho percorrido por Jesus. A sudoeste, está o bairro armênio.

O bairro muçulmano fica a nordeste, onde estão localizadas as duas mesquitas — a Cúpula da Rocha e a Mesquita de Al-Aqsa — e também o Haram Ash-Sharif, chamado pelos judeus de Monte do Templo.

O bairro judeu fica a sudeste, onde também ficam o monte Sião e o túmulo do rei Davi.

Vou subir pelo bairro árabe, mas tenho que encontrar o portal de Jaffa, portão próximo à rua onde passa o meu ônibus.

As ruas da Cidade Velha são bastante estreitas e cheias de gente, muitos turistas, europeus, muitos africanos, orientais, gente de todos os lugares.

E, além dos lugares sagrados, lojas, muitas lojinhas. São tecidos, lembrancinhas, doces.

Um vendedor me aborda e insiste para eu entrar na loja dele. Eu digo que não quero comprar nada, mas ele insiste e diz que não quer me vender nada, só quer conversar. Ele se apresenta, diz que é árabe, palestino, beduíno. E logo vai dizendo que vê tristeza nos meus olhos. Diz que não sou uma viajante comum e que estou em busca de conhecimento.

Eu ouço, na verdade mais por educação e consideração. Ele é beduíno, como Amyra, a palestina brasileira a quem credito boa parte da minha viagem. Ela também me disse que os beduínos têm o dom de ver a alma das pessoas através dos olhos. Os beduínos são palestinos nômades que vivem no deserto do Neguev e que também sofrem com a ocupação israelense.

Até 1948, antes da chegada dos judeus sionistas, havia cerca de 57 mil beduínos, distribuídos em 96 tribos, vivendo no Neguev. Eles viviam principalmente da agricultura, criavam rebanhos e alguns eram comerciantes. Quinze anos depois, essa população baixou para menos de 11 mil pessoas, em 19 tribos. Os beduínos também foram e continuam sendo expulsos do deserto pelos israelenses. Para eles só sobraram 10% de uma área habitável do Neguev. E, por falta de condições de trabalho e de moradia, mais de 60% da população beduína vive abaixo da linha da pobreza.

Na verdade, qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade poderia notar que eu realmente estou um pouco reflexiva. A possibilidade de morrer num atentado terrorista mexeu de fato comigo, mas é só isso, apesar de ter sido uma situação criada na minha cabeça. Estou também um pouco cansada.

O beduíno não dá tempo para eu me despedir e continua falando. Diz que estou aqui

para conhecer melhor o lugar e que a minha tristeza se dá porque tenho muitas dúvidas se de fato vou conseguir. Ele diz que assumi uma responsabilidade e que estou sozinha e que é isso que começa a pesar para mim.

Talvez esse homem saiba mesmo do que está falando. O fato é que, de alguma forma, me emociono, ele percebe, aproveita e começa a falar mais. Mas eu corto e digo que realmente tenho que ir. Ele me dá um cartão e me deixa à vontade para voltar. Nos despedimos, eu agradeço e saio.

Subo alguns metros e já vejo a saída e o portal de Jaffa. E também a avenida onde vou esperar o ônibus para voltar a Belém.

No ponto de ônibus, tenho novamente aquela sensação de que tudo pode acontecer. Estou na companhia de seis israelenses: três parecem estudantes, são jovens e carregam mochilas; os outros são duas mulheres e um rapaz. Ponto de ônibus também costuma ser alvo de homem-bomba. Acho que o cansaço afetou o meu emocional e me deixou paranoica. Lembro do que Andaleeb, que cometeu o ataque num ponto de ônibus, disse: "Estamos sendo enterrados vivos."

Diante disso, andar um pouco não me fará mal. Se o ônibus passar, faço sinal e quem sabe o motorista para. Chego em frente ao Hotel Zion e nada do ônibus. É uma boa caminhada. Não tem ponto, mas vou esperar aqui, pois já dá para ver o ônibus lá embaixo.

Faço sinal, o motorista para e fala Beit-Jala. Ele acha que sinalizei para o ônibus errado, pois pela minha aparência é evidente que não sou árabe. Eu confirmo que esse é o meu destino.

Por sorte, o motorista fala um pouco de inglês e insiste:

— This bus is going to Beit-Jala, Palestine. Are you sure?

Eu respondo:

— Yes, I'm going to Beit-Jala, as well, thanks.

Ele pergunta:

— Are you jewish?

Eu respondo que não e digo que sou brasileira. Certamente, o motorista queria evitar problemas no checkpoint, pois o governo de Israel proíbe os israelenses de entrar nos territórios ocupados. Israel alega que é para preservar a segurança dos próprios cidadãos israelenses, que podem ser atacados por palestinos.

Já a versão dos israelenses que conhecem a realidade dos territórios palestinos e que são contra a ocupação é outra. Eles acreditam que o governo de Israel sabe bem que boa parte da população judaica não apoiaria a ocupação se visse o que acontece de fato nos territórios ocupados.

O motorista faz um sinal positivo com a cabeça, mas não me parece muito satisfeito. Esse realmente não é um itinerário para turistas, ainda mais a essa hora. Já é final de tarde. Os trabalhadores estão voltando para casa. O ônibus está lotado. São palestinos bastante simples que encontram serviço braçal aqui em Jerusalém. A maioria trabalha na

construção civil, como pedreiro. Muitos trabalham, inclusive, em assentamentos ilegais, construindo casas e prédios em terras palestinas, em terras que foram tomadas deles mesmos.

No checkpoint, a mesma rotina: descemos, mostramos os documentos e, desta vez, temos que trocar de ônibus. Não entendo direito por que e, na confusão, acho melhor não perguntar.

* * *

De volta ao hotel, a boa notícia: o e-mail da secretária do doutor Mustafá confirmando a entrevista para amanhã, em Ramallah.

Telefone para o taxista Elias para saber se ele pode me levar. Mas a viagem é muito cara: 200 seckels, o equivalente a 50 dólares. Ele argumenta que a viagem é longa. Digo que é muito caro para mim, pois terei que ir a Ramallah várias vezes. Tenho que aprender a ir de ônibus, que é mais barato. Ele me explica. Não entendo direito.

Desço para perguntar a Elias, o dono do hotel.

Elias está na sala dele. Ele me recebe e se surpreende positivamente quando digo que consegui uma entrevista com o doutor Mustafá.

Ele diz que, como sou turista, tenho duas opções para chegar a Ramallah: por Jerusalém, uma viagem de vinte minutos, e pela estrada destinada aos palestinos, que leva no mínimo uma hora e meia. Elias sugere que eu vá pela estrada dos palestinos, já que estou aqui justamente para saber o que se passa nos territórios ocupados.

Então ele explica que o ônibus para Ramallah sai do terminal perto da Manger Square. E que deve custar entre 12 e 18 seckels. E avisa:

— Saia com bastante antecedência. Essa é uma viagem imprevisível, e, como pode ser a sua única oportunidade, não deixe que o exército israelense atrapalhe.

O meu constrangimento é tamanho que a minha única reação é um sorriso contido e envergonhado. Na minha pequenez, me sinto representante de toda a comunidade internacional, incluindo as Nações Unidas, que, apesar de todas as resoluções contrárias à ocupação, aos assentamentos e aos ataques, em sessenta anos não deteve o governo de Israel.

Que lástima... Jornalista faz cada papel! Não sei se Elias teve a intenção, ele tem sido um gentleman, um lorde, um grande amigo, mas tenho a impressão de que ele me deu uma alfinetada. Como quem diz: "Não seja mais uma a encher páginas dos jornais, das revistas, dos livros e ganhar dinheiro e notoriedade com as histórias dos palestinos. Tem gente de verdade morrendo aqui, tem criança assustada, tem mulheres sem esperança, tem homens humilhados, tem jovens sem futuro. E vocês, jornalistas e repórteres, vêm e

vão há sessenta anos. Nós estamos aqui com as M-16 nas nossas cabeças.”

Ele não disse essas palavras, mas já conheço um pouco Elias. Ele é um homem transparente e sincero. E foi isso o que ele quis dizer; foi sim.

12. Mustafá Barghouthi, os ataques à Faixa de Gaza e a minha primeira viagem a Ramallah

O doutor Mustafá Barghouthi tem dado várias entrevistas à rede de televisão americana CNN sobre os ataques à Faixa de Gaza. Além de político, ele é médico. Estudou medicina em Israel, nos Estados Unidos e na Rússia. É fundador de uma organização não governamental que presta assistência médica gratuita na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Ele me receberá num hospital que faz parte dessa ONG. É lá que eu o entrevistarei.

Ele também é secretário-geral e cofundador do partido laico Al-Mubadara (Iniciativa Nacional Palestina), que teve a participação de Edward Said e de outros importantes intelectuais palestinos. O grupo se uniu em 2002 como uma alternativa ao Fatah, desgastado por uma série de denúncias de corrupção, e ao Hamas, que é um partido fundamentalista islâmico, e que justamente por ser radical não atende à expectativa da maioria dos palestinos.

O que ouço por aqui, principalmente dos cristãos, mas também de muçulmanos moderados, é que o Hamas incomoda porque quer exigir que a população pense e se comporte exatamente conforme os preceitos e crenças dos líderes espirituais do partido. E esses eleitores querem um governo laico.

O site do Al-Mubadara tem uma versão em inglês. O movimento prega a resistência pacífica à ocupação israelense. E como eu já havia lido em outras entrevistas do doutor Mustafá, no site também há textos que citam o exemplo do sucesso de Nelson Mandela, na África do Sul, e de Mahatma Gandhi, na Índia, para demonstrar que a resistência e a crença na causa são propostas reais e possíveis.

Ele já se candidatou à presidência da Autoridade Palestina uma vez, em 2005, porém perdeu as eleições para Mahmoud Abbas, que era o candidato do Fatah, o partido de Yasser Arafat, que havia morrido na França um ano antes. De lá para cá, a adesão ao movimento cresceu bastante e me parece que isso acontece porque existe de fato uma identidade entre o desejo dos palestinos e o que o partido prega, que é o que eles chamam de "inabalável persistência na luta contra a ocupação israelense".

* * *

Dormi pouco. Passei a noite me preparando para a conversa com o doutor Mustafá. Li uma série de entrevistas concedidas por ele, dei mais uma olhada no site do Al-Mubadara e vi

as últimas informações sobre os ataques à Faixa de Gaza.

Amanheceu mais um dia bonito, de sol, na Cisjordânia, apesar do frio do inverno. É hora de me enrolar no cachecol e de conhecer a tão malfalada estrada aberta pelos israelenses para que os palestinos possam viajar de Belém a Ramallah sem passar por Jerusalém, que fica entre as duas cidades: Belém ao sul e Ramallah ao norte. A estrada foi aberta nas montanhas, no lado leste de Jerusalém, que dá para o Vale de Jericó. Pelo que dizem, é estreita, bastante íngreme, sinuosa, e há trechos em que carros e ônibus passam tão perto do abismo que chegam a provocar pequenos desmoronamentos na estrada. Ouvi também relatos de acidentes. A estrada, apesar de estreita, é de mão dupla. E, como a frota de carros palestinos é velha, os motoristas aproveitam quando conseguem embalar o carro e acabam abusando da velocidade, o que resulta em colisões e mortes.

Desço para o café pronta para sair, com a minha bolsa, o meu bloco de notas e o minigravador que comprei aqui. Tive medo de trazer do Brasil e de levantar suspeitas na hora de passar pela imigração em Israel. Não é comum turistas levarem gravadores na bagagem. Isso poderia deixar os guardas desconfiados de que de fato eu era jornalista.

Agora, terei de me arriscar no checkpoint. Se os soldados revistarem a minha bolsa, terei de dar uma boa desculpa.

Como tem sido rotina, o restaurante está vazio e os garçons se ocupam de atender apenas a mim, praticamente a única hóspede do hotel desde que cheguei. O motivo já expliquei: os ataques israelenses à Faixa de Gaza assustaram os turistas, apesar da distância que separa Gaza da Cisjordânia.

Tomo o café rápido e saio. Na Manger Street o comércio está abrindo. A pergunta é: para quem vender? A maioria das lojas é de souvenirs. E não há sinal de turistas por aqui. Os moradores certamente não precisam de lembrancinhas da Palestina. Por isso fiquei conhecida em poucos dias. Acho que, desde que os ataques começaram, tenho sido a única ocidental a circular por essa área de Belém.

Eu passo e ouço os cumprimentos: “brasileira”, como eles dizem.

Chego à praça onde fica o terminal de ônibus. Pela explicação de Elias, é no prédio do shopping. Pergunto à atendente de uma lanchonete. Ela indica o corredor à esquerda. Não há placas sinalizando o caminho. Um rapaz me chama, em árabe, em direção ao elevador. Ele deve ter me ouvido pedir orientação na lanchonete. Ele não fala inglês. Eu me certifico de que ele sabe que quero pegar o ônibus para Ramallah e repito a palavra algumas vezes. Ele faz sinal de positivo com a cabeça e pede com as mãos que eu o acompanhe.

Descemos no subsolo: é o terminal. São dezenas de vãs, táxis. Fico meio desorientada, mas o rapaz insiste e continua me chamando com as mãos. Ele não me toca. É bem diferente dos brasileiros. Os árabes não encostam nas mulheres. É um rapaz de 20 e poucos anos. Tem um sorriso lindo, o mais bonito que vi aqui na Palestina. Penso que ele é muçulmano, pois não fala inglês. E a maioria dos católicos aqui sabe o idioma. Quando me veem, os taxistas ficam empolgados e querem me convencer a viajar com eles. Sabem

que sou de fora, coisa rara ultimamente.

Eu já havia notado que, se pronuncio a letra "r" sem vibrar, os árabes têm dificuldade para entender a palavra. Ao dizer Ramallah, por exemplo, se eu pronuncio o "ra" com som de "rato", eles não entendem. Tenho que vibrar a língua para pronunciar o "ra"; faz toda a diferença. Percebi isso nas conversas com Nadia.

Então, repito para o rapaz muçulmano bonito: "RRRamallah". Ele já está meio irritado comigo e diz: yes, yes, yes. A confusão é tamanha, com taxista chamando, motorista de van gritando e eu e o muçulmano na nossa Babel que acabo rindo e sigo o moço.

Ele indica a via, eu entro e ele também. São 18 seckels.

A viagem começa. A van passa brevemente por uma área urbana de Belém, mas logo inicia a tal descida da morte. Não houve exageros nas descrições. É aquilo tudo mesmo. É estreita e não existe proteção para evitar a queda no desfiladeiro. Em alguns pontos, um dos motoristas tem de dar passagem, pois só passa um carro, apesar de ser mão dupla.

A paisagem é belíssima. As montanhas do vale não têm vegetação alguma, são como no deserto, completamente áridas. Suas formas lembram imensas conchas do mar. É muito bonito. Mas, como até a beleza cansa, imagino que os palestinos que são submetidos a essa longa viagem todos os dias não enxerguem mais as belas conchas desenhadas pelo vento nas montanhas, mesmo que a cada dia elas tenham formatos diferentes.

Na estrada que também vai para Jericó a situação melhora. Depois de mais de uma hora de viagem, chegamos ao primeiro checkpoint. Confesso que não percebi o tempo passar; apesar do perigo, me distraí com a novidade do lugar.

A van para e dois soldados se aproximam. O passageiro da van que está sentado perto da porta já está com todos os documentos nas mãos, inclusive com o meu passaporte. Percebo que um dos soldados o questiona sobre o passaporte e o rapaz aponta para mim. Eu olho e aceno levemente com a cabeça para o soldado e ele também me cumprimenta.

Os soldados devolvem as identidades e prosseguimos. Mais adiante outros dois checkpoints. O checkpoint principal de Ramallah é o Qalandia, o posto de controle de quem vem de Jerusalém para Ramallah e também de quem vai de Ramallah para Jerusalém. Mas hoje estou entrando na capital da Autoridade Palestina como a maioria dos palestinos: pela porta dos fundos.

Vou com a van até o ponto final, no centro comercial de Ramallah. Agradeço a ajuda do rapaz bonito e chamo um táxi. Peço ao motorista para me levar ao Medical Relief Society Building, que fica na área de Al-Balou, em frente ao Plaza Shopping.

A conversa com o taxista é confusa, porque ele também não fala inglês. E meio por sinais e, quando eu digo "doctor Mustafá Barghouthi", o homem entende.

No caminho, passamos pelo quartel-general da Autoridade Palestina, onde Yasser Arafat ficou sitiado em 2002.

O homem me deixa exatamente em frente ao prédio.

Vou até a recepção, me identifico e pergunto pelo doutor. A recepcionista liga para a secretária dele, que autoriza a minha entrada.

Sou recebida por Ghada, a gentil e comprometida secretária do doutor Barghouthi. Devo a ela essa entrevista. Depois de uma série de trocas de e-mails, descobri que na verdade é ela que responde os e-mails de agenda do doutor. É sempre Ghada que se esforça para encaixar os compromissos e pedidos de entrevistas.

Posso ouvir a voz do doutor Barghouthi, a porta da sala dele está entreaberta. A conversa é em árabe. Ghada pede que eu aguarde, pois logo ele vai me atender.

É assim que acontece. O doutor vem até a sala onde estou e me convida para entrar. Ele apresenta o assessor que acompanhará a entrevista, oferece chá e diz:

— Você foi realmente insistente.

Fico meio constrangida. Não sei se entendo o comentário como uma crítica ou como um elogio, mas brinco dizendo que, apesar do pouco tempo na Palestina, já incorporei a persistência que o próprio partido do doutor prega.

Ele ri e diz que terá apenas cinquenta minutos para me atender.

Eu agradeço a disponibilidade e explico que a entrevista é para uma importante revista brasileira que publicará uma edição especial sobre a Palestina. Peço permissão para gravar e faço a primeira pergunta.

— Como o doutor avalia o que aconteceu na Faixa de Gaza?

— O que aconteceu em Gaza é crime de guerra. Mais de 1.350 mortos, dos quais 400 são crianças, mais de 5 mil pessoas gravemente feridas. O que aconteceu em Gaza foi genocídio, crime contra a humanidade, um ato selvagem, bárbaro, que infringe todas as leis internacionais. Israel devastou Gaza, são mais de 5 mil casas destruídas, 350 fábricas demolidas. Antes dos ataques, a situação já era de calamidade. Há dois anos, Gaza vivia isolada, fechada por Israel, sob constantes toques de recolher. A infraestrutura já estava prejudicada. O sistema de saúde não funcionava mais. Não entravam comida, remédios suficientes, nem cimento para a construção e reconstrução das frequentes destruições causadas pelo exército israelense.

Eu interrompo e questiono: mas Israel afirma que o alvo era o Hamas. Não que eu acredite de fato na justificativa do governo israelense, mas é obrigação do repórter confrontar os dois lados.

— Isso é mentira — diz ele. — Israel tinha pelo menos cinco objetivos. Primeiro: destruir a dignidade e a determinação do povo palestino. O Hamas tem o direito de lutar contra a força de ocupação, isto está previsto nos códigos internacionais. E os números mostram a verdade: cerca de 1.350 palestinos mortos, quatro civis israelenses e quatro soldados e mais seis atingidos por fogo amigo. Israel não admite nem a resistência sem violência. Durante os ataques a Gaza, 11 palestinos foram mortos na Cisjordânia em manifestações pacíficas. Segundo objetivo: desestruturar o nosso já fraco governo. Terceiro: inviabilizar qualquer iniciativa do presidente dos Estados Unidos, Barak Obama,

antes mesmo de as negociações de paz terem recomeçado. Israel quer fazer valer o regulamento imposto por eles na conferência de Anapólis, realizada em novembro de 2007. Quarto: a guerra. Manter o clima tenso para impedir Obama de iniciar uma conversa com a Síria, o Irã e todas as forças da região. A harmonia entre os vizinhos não interessa a Israel. Quinto: as eleições. Livni e o Kadima precisavam mostrar força aos eleitores diante da oposição linha dura.

— E o doutor acha que as eleições em Israel trazem esperança de dias melhores para o povo palestino? — pergunto.

— Não. Israel caminha cada vez mais para a direita e para o racismo. A sociedade israelense está cada vez mais racista. Pesquisas mostraram que 92% dos israelenses estavam de acordo com os ataques a Gaza.

— Numa entrevista ao jornal francês *Le Monde Diplomatique*, por ocasião das celebrações dos 60 anos do Estado de Israel, o doutor disse que não estava otimista em relação ao fim da ocupação. Mudou de opinião?

— Não, porque Israel não quer a paz. E o genocídio em Gaza mostrou isso. Eles querem a ocupação. Nada do que foi acordado em 1967 foi feito. E eles mostram cada vez mais força e indiferença em relação à comunidade internacional. E ninguém reage. Se eles podem ocupar terras e matar pessoas e o mundo não faz nada para detê-los, por que eles vão parar? Por que eles vão ceder? Eu não acredito numa mudança espontânea no comportamento de Israel. Os fatos, os números, a história mostram isso. Se as organizações internacionais não tomarem uma atitude, os palestinos continuarão a ser ocupados e escravizados.

— Por que a comunidade internacional não intervém?

— Eles têm medo do lobby judeu.

— Como funciona esse lobby?

— É importante dizer que não são todos os judeus que fazem parte desse lobby. Mas eles são muito organizados no mundo todo. Esse lobby domina o setor econômico, financeiro, a mídia, as universidades. Nos Estados Unidos, o lobby é tão forte que determina as decisões do Congresso americano. Em alguns países da América Latina essa força é combatida, como na Venezuela, na Bolívia. Eu não entendo, por exemplo, por que um país como o Brasil mantém relações comerciais com Israel, um Estado que viola os direitos humanos e desafia a comunidade internacional. Se os países rompessem relações comerciais com Israel, exigindo o fim da ocupação, quem sabe a história não seria diferente?

— A comunidade internacional pede o fim dos ataques do Hamas.

— A comunidade internacional confunde causa e sintoma. É preciso pôr fim à causa: a ocupação. O Hamas se defende, a reação é o sintoma. Se a comunidade internacional diz sim à ocupação, é dever moral e legal aceitar a resistência. Israel viola a Convenção de Genebra e a Declaração dos Direitos Humanos e ninguém faz nada.

— O senhor diz num artigo publicado no site do seu partido, o Al-Mubadara, que os palestinos estão sozinhos.

— Sentimo-nos sozinhos. Mas não somos os únicos na história. Jesus Cristo caminhou sozinho por muito tempo. Nelson Mandela resistiu sozinho, mas não desistiu. Gandhi... Eu acredito no povo palestino. Eu acredito na justiça da nossa causa. Os palestinos acreditam na nossa causa.

— O senhor diz também que Israel lucra com a guerra, exportando, inclusive, tecnologia militar. É uma suposição ou há provas disso?

— A prova mais recente está em Gaza. Uma arma química que queima a pele e a carne, deixando só os ossos intactos, e outra bomba que dispara milhares de agulhas de um material duro feito aço, capaz de penetrar concreto. Você imagina o que esses fragmentos fazem com pessoas.

— O senhor já acusou os Estados Unidos de se beneficiarem desses experimentos.

— Sim. As novas tecnologias militares estadunidenses também são testadas por Israel. Israel é hoje o quarto maior exportador de armas de guerra do mundo, depois dos Estados Unidos, da Rússia e da França. Os ataques contra o Líbano em 2006 foram um fracasso para Israel. Eles precisavam de outra vitrine para mostrar as novidades para o mercado. Usaram Gaza. A cada guerra, a cada demonstração de força, Israel aumenta as exportações de armas de guerra. A ocupação dos territórios palestinos também é usada por Israel como laboratório para o desenvolvimento de tecnologias de segurança, dispositivos eletrônicos, técnicas de controle, equipamentos de vigilância, sistemas de alarme. Até o Brasil compra essas tecnologias de Israel. Tal condição não constrange a sociedade civil israelense. A rotatividade no exército judeu é alta. Os militares se aposentam cedo e passam a ganhar a vida com o que aprenderam nas guerras, na ocupação da Palestina. Trabalham em fábricas de armas, dão palestras sobre segurança, são craques em técnicas de repressão. E depois se candidatam a cargos de governo. Eles vivem da guerra.

— O senhor já declarou que considera o presidente Barak Obama mais sensível aos conflitos no Oriente Médio e à ocupação dos territórios palestinos. O senhor acredita que ele possa enfrentar o lobby judeu mencionado nesta entrevista?

— Eu não sei, mas espero que sim. Eu vejo o envio imediato do senador George Mitchel à região como um ponto positivo, apesar de a visita dele ainda não ter se refletido em mudanças para o povo palestino.

— Um dos pontos mais cobrados pela comunidade internacional é o fato de o Hamas não aceitar o Estado de Israel.

— O Hamas aceitará Israel se eles respeitarem as fronteiras determinadas nos acordos de 1967. O Hamas não é o problema. O partido não existia há vinte anos. A ocupação veio antes. Os palestinos não podem ser responsabilizados pelo fato de os judeus sionistas não terem criado raízes em lugar nenhum do mundo.

— Qual é a estratégia do seu partido?

— A filosofia do Al-Mubadara é a resistência pacífica e a união política interna. Contamos com a solidariedade da comunidade internacional e com a incansável persistência do povo palestino. É nisso que eu acredito.

— O senhor acredita que o fim da ocupação acontecerá por meio de um ou dois Estados?

— Os palestinos desejam um Estado independente, é claro. Mas eu não acredito mais na divisão em dois Estados. Não acredito nisso enquanto a comunidade internacional não tiver coragem de pôr fim à autonomia e à liberdade dadas a Israel há mais de quarenta anos. O muro, os assentamentos, o distanciamento entre Gaza e a Cisjordânia, Israel liquidou a possibilidade da divisão em dois Estados. Mas a responsabilidade de acabar com a divisão em dois Estados é de Israel. Eles têm que admitir isso, não eu, não os palestinos. A responsabilidade pelo apartheid é deles.

Depois dessa resposta, o assessor do doutor Barghouthi, que até então estava quieto num canto da sala, avisa que é hora de terminar a entrevista. Eu peço apenas para fazer algumas fotografias para ilustrar a reportagem. Peço também ao assessor para fazer uma foto minha com o doutor; quero guardar de lembrança, e brinco:

— Quero garantir uma foto com um possível presidente da Palestina.

Independentemente de ele vir a ser eleito ou não no futuro, saio da entrevista com uma ótima impressão do doutor Barghouthi. É um homem carismático e charmoso, com pensamentos firmados em fatos, e me parece, de fato, disposto a liderar essa caminhada contra a ocupação israelense. Tarefa para poucos.

Nos despedimos e ele me convida a acompanhar amanhã a coletiva sobre o ataque à Faixa de Gaza aqui em Ramallah, na sede na Wattan TV. Ele explica que apresentará uma série de dados e números da guerra.

Eu agradeço e digo que virei.

* * *

No dia seguinte, pego um táxi para ir até o centro de Ramallah, de lá vou ao terminal de ônibus pegar a van para Belém.

Ramallah é a capital administrativa e política da Autoridade Palestina desde 1995. É também a cidade que abriga a maioria das organizações não governamentais que atuam na Palestina e é ainda o polo cultural e comercial da Cisjordânia.

Ramallah, em árabe, significa montanha de Deus; a cidade está a 860 metros de altitude. Hoje tem cerca de 200 mil habitantes.

O centro de Ramallah é agitado. Nas ruas, o trânsito para como em qualquer metrópole.

E, nas calçadas, as pessoas apressadas se atropelam. Com tanta contemporaneidade, é difícil lembrar que existe um passado por aqui. É difícil imaginar que atrás desses prédios existem sítios arqueológicos de cerca de 1100 a.C.

É bem diferente de Belém e de Jerusalém, cidades onde a história está estampada e marcada nas esquinas, nas ruínas e nos vilarejos.

* * *

Acho que voltar a Belém foi um erro. Talvez tivesse sido mais sensato passar a noite em Ramallah. Chove forte e agora terei de enfrentar a estrada perigosa com pista molhada.

Como chove muito, vou de táxi até o terminal. Já sei o caminho: shopping, elevador, van. Se não fosse um compromisso importante, certamente deixaria a viagem para outro dia. Está frio, venta muito, chove, a estrada é assustadora, nada convidativa, mas como a van está lotada penso que, se esses palestinos têm que passar por isso, por que eu também não posso sobreviver ileso?

A viagem começa. O motorista parece montar um touro bravo na estrada escorregadia... Nas curvas dá para ouvir o barulho do pneu derrapando no resto de pista e dos pedregulhos caindo no abismo. Mas, de repente, as nuvens desaparecem, o sol brilha, o chão seca, e até os pássaros começam a voar... lembro do milagre bíblico, do mar Vermelho que se abriu para Moisés e seu povo. Milagre na Terra Santa!

É assim mesmo, rápido. Aqui a chuva simplesmente começa e para, sem aviso.

Na primeira viagem, eu não tinha notado ou isso ainda não estava acontecendo. Algumas famílias de beduínos que vivem aqui no vale estão sendo expulsas pelo exército de Israel. Elas já têm pouco, vivem em barracas, no deserto, no meio do nada, e agora estão sendo desalojadas. Dá para ver que essas famílias vivem no que serão os fundos de mais um assentamento judaico ilegal, e certamente os colonos não querem conviver com esses inconvenientes vizinhos. Então, o exército vem e manda os palestinos embora das suas casas e terras, sem defesa e sem ter com quem reclamar.

Começa um zum-zum-zum na van. É o congestionamento no checkpoint. Está tudo parado. Uma fila imensa. Eu ainda não me preocupo, pois faltam três horas para a coletiva do doutor Barghouthi começar. Estou adiantada.

Israel começou os bombardeios à Faixa de Gaza em 27 de dezembro de 2008, com a justificativa de revidar os ataques de foguetes do Hamas. A desculpa é dada como se o grupo palestino tivesse iniciado a agressão, mas não é exatamente o que a história e a sequência e ordem dos fatos contam. O Hamas existe há apenas pouco mais de vinte anos e a ocupação dos territórios palestinos pelos israelenses dura cerca de sessenta anos. E de acordo com a Convenção de Genebra, assinada em 1949, um povo ocupado tem

o direito de se defender.

Além do que não há equiparação de forças. Israel tem exército; os palestinos, não. Todos sabem e veem pela TV que os foguetes lançados pelo Hamas são praticamente caseiros, não têm sequer poder para danificar uma parede. O estrago é mínimo.

Já o exército de Israel é poderoso. Se fôssemos comparar com pessoas, seria como se um homem adulto espancasse uma criança de 2 anos: sem chance de defesa. Em vinte dias de bombardeio, Israel destruiu Gaza.

E sobrou para todo mundo. O prédio das Nações Unidas para refugiados que abrigava setecentos palestinos foi atacado por tanques israelenses. Os três funcionários da organização que estavam no edifício ficaram feridos, além, é claro, de todos os palestinos que também estavam lá. E um agravante, se é que há situação ainda mais grave do que essa: ficou provado que Israel usou fósforo branco, uma substância proibida em regiões habitadas, mesmo em guerra, porque causa queimaduras gravíssimas e problemas respiratórios.

A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho denunciaram Israel, em Genebra, por atacar um hospital em Al-Quds. E um prédio onde fica uma série de TVs e agências de notícias também foi atacado de propósito. Dois cinegrafistas da TV árabe Abu Dhabi filmavam bem na hora em que os soldados atiraram no edifício.

Os relatos contra Israel são tão graves e o desmando é de tal dimensão que é surpreendente ainda encontrar palestinos crentes numa solução para o fim da ocupação dos seus territórios.

A fila de carros andou pouco. Não estou mais adiantada. Vou chegar atrasada para a coletiva. Se Nadia ou Suheir estivessem aqui, certamente diriam: bem-vinda ao mundo com checkpoints.

Há muita gente descendo das vans e seguindo a pé. Ao que parece, a revista no checkpoint está mais rigorosa, por isso a demora. Está acontecendo comigo o que Nadia, Suheir e outros tantos palestinos já tinham me contado. O exército escolhe aleatoriamente os dias e horários para essas revistas rigorosas de documentos e pertences, atrasando a vida das pessoas. Quem tem compromisso com consulta médica, escola, trabalho, perde a hora.

É exatamente o que está acontecendo comigo. Chego atrasada à coletiva. Quando entro na sala, o doutor Barghouthi está mostrando uma espécie de prego sobre o qual ele havia comentado comigo ontem, na entrevista. É uma bomba de fragmentação, usada por Israel em Gaza, que dispara centenas de milhares de pregos capazes de penetrar até concreto. Imagine o que fazem no corpo humano.

E, como a ONU já havia denunciado, o doutor reforça a gravidade do fato de Israel ter desrespeitado as convenções internacionais ao usar fósforo branco, que destrói todos os tecidos do corpo humano, exceto os dentes e os ossos. Isso numa área de apenas 365

quilômetros quadrados, habitada por mais de um 1,5 milhão de pessoas, o que torna a Faixa de Gaza a região mais densamente povoada do mundo.

Durante os ataques, morreram 1.345 pessoas; 412 eram crianças e 110 eram mulheres. Outras 5.300 ficaram feridas. A maioria também crianças e mulheres. Do lado de Israel, foram 14 mortos; dez eram soldados, seis atingidos por “fogo amigo”.

Antes dos ataques, 98% da atividade industrial da Faixa de Gaza já estava paralisada por conta do bloqueio imposto por Israel. Após os bombardeios, a maior parte da indústria foi destruída. A cidade ficou sem água, sem luz e sem esgoto.

O doutor Barghouthi termina a coletiva. Eu me aproximo, peço desculpas pelo atraso, explico que o checkpoint foi o problema e peço para fazer uma foto da pequena lança metálica, que lembra um prego, projetada pelas bombas de Israel.

Ele agradece a minha presença e se posiciona para a foto. Mal conseguimos conversar, pois um repórter da CNN se aproxima e também quer a atenção do doutor. Eu então peço a ele a gentileza de enviar para o meu e-mail o material da coletiva, em inglês. Ele chama a assessora Bahia e repassa o meu pedido. Eu me acerto com ela enquanto o doutor já está entretido numa conversa com o repórter da CNN. E me apresso, pois tenho que voltar a Belém para mandar o material para a redação, no Brasil, e amanhã estarei de volta a Ramallah. Marquei com a ministra Khoulood, responsável pelo Ministério do Turismo e das Antiguidades e pelo Ministério das Mulheres.

13. A ministra, o ministério e suas mulheres

O motorista da ministra chega às nove em ponto, conforme o combinado. Dessa vez estou um pouco atrasada. Ainda estou tomando café. Acho que já me acostumei com a falta de pontualidade local.

Samir, o motorista, é conhecido de todos no hotel. Eu brinco com ele, perguntando se chegou na hora porque não passou por nenhum checkpoint. Ele dá um sorriso meio constrangido. Acho que a piada tem graça para quem vem e vai embora, mas quem fica e enfrenta a rotina das barreiras todos os dias não consegue rir com ela.

Ele me diz que vamos passar na casa da ministra para pegá-la. Ela mora em Beit-Jala, uma das cidades que formam a grande Belém e tem cerca de 12 mil habitantes. Fica num lugar que a torna escudo e alvo quando Israel ataca a Cisjordânia, pois está bem entre Jerusalém e os territórios ocupados.

Boa parte de Beit-Jala também foi ocupada por assentamentos judaicos ilegais desde 1948. São três: Gilo, Har Gilo e Giv'at Hamatos. Além disso, o governo israelense tomou casas e terras de palestinos para construir dois túneis e duas rodovias de uso exclusivo para os israelenses.

Assim como Belém e Jerusalém, Beit-Jala ainda preserva a Cidade Velha, a cidade de pedra, com as ruas estreitas e as construções que parecem cenário de filmes da época de Cristo.

Seja qual for a crença, a viagem no tempo por aqui é real. E olha que época de Cristo por aqui é coisa recente. Antes, vieram os gregos, os romanos, e, por volta de 330-640 d.C., os bizantinos, depois o califado, as cruzadas, o rei Saladino, os mamelucos, o império otomano e mais tarde, entre 1882 e 1903, começaram a chegar os primeiros sionistas.

Paramos em frente à casa da ministra. É um lugar simples; ela mora em cima de um pequeno mercado.

Nos cumprimentamos e a ministra explica que a viagem de Belém a Ramallah levaria no máximo dez minutos, mas com os checkpoints pode levar quarenta minutos ou até mais. Tudo vai depender do número de postos de controle no dia.

Eu digo que já ouvi falar nos checkpoints volantes. E ela diz que estamos passando por um deles no momento, que agora está desativado. É exatamente na saída de Beit-Jala. A ministra conta que quando esse checkpoint está fechado os filhos dela são impedidos de ir à escola.

— As crianças não podem passar, perdem o dia de aula, perdem prova. Ficam tão

assustadas que voltam para casa chorando. E veja: a escola é a um quarteirão de casa, mas eles são impedidos pelos soldados de passar para estudar. Israel fechou qualquer outra opção de caminho. Não tem como dar a volta pelo outro lado. E na maioria das vezes não ficamos sabendo nem sequer o motivo que levou ao fechamento do checkpoint.

Agora, a ministra aponta para baixo, para o maior de todos, o checkpoint da entrada de Jerusalém, aquele que parece um pedágio; vamos passar por ele. Eu digo que já o conheço, pois já fui a Jerusalém de ônibus.

— Além desse, normalmente cruzamos mais dois checkpoints até Ramallah, a não ser que tenhamos o azar de pegar postos de controle volantes.

Paramos o carro e dois soldados se aproximam, ambos com a M-16 em punho. O meu passaporte já está nas mãos de Samir e ele o entrega para o soldado. O outro soldado está do lado da ministra. Ele vem e me observa. Eu dou um sorriso rápido, mas não tenho retorno nenhum. Já notei que eles sempre nos observam com olhos de raios-X, como se pudessem ler as nossas mentes. São jovens de 18, 19 anos, no máximo. Talvez essa pose exagerada seja apenas uma maneira de compensar a insegurança pela falta de maturidade. A sensação que dá é de que se eu der um grito ele atira, numa reação cheia do medo e da raiva que ele aprendeu a ter dos árabes.

O soldado que está do outro lado do carro mandou Samir descer e está checando o porta-malas. Eu percebi que ele perguntou ao Samir sobre mim, mas não compreendi o conteúdo da conversa.

Documentos e carro checados, somos liberados. A ministra diz que, se ela fosse do Hamas, a nossa passagem não seria tão tranquila.

— Os soldados teriam criado uma série de empecilhos. E, provavelmente, não teríamos conseguido sair de Beit-Jala, isso se não fôssemos detidos para averiguação.

O segundo checkpoint lembra um posto de controle volante. Os soldados mandam a gente seguir direto. Ótimo, não perdemos tempo. O próximo já é o Qallandia, na entrada de Ramallah. Lá a inspeção também é rigorosa, mas é pior na volta, quando saímos no sentido Jerusalém.

Khouloud fuma o tempo todo, como a maioria dos palestinos. Ao contrário do movimento global contra o tabaco, aqui as pessoas fumam e soltam a fumaça em quem está ao lado sem o menor constrangimento. É um hábito normal. É como se fazia no mundo todo nas décadas de 1970 e 1980. Hoje essa é uma atitude inconcebível em diversos lugares do planeta, inclusive no Brasil. Fiquei chocada quando cheguei aqui, me sentia desrespeitada, mas logo notei que é cultural.

A ministra é uma mulher bonita, aparenta ter entre 40 e 45 anos. Pergunto como ela começou a carreira política. Ela diz que foi por acaso:

— Eu não tinha nenhum envolvimento político. Vivi 12 anos na Alemanha, onde estudei arquitetura. Voltei em 1994, logo depois da assinatura do Acordo de Oslo, num momento bom para a Palestina, um momento de verdadeira esperança, e comecei a trabalhar com a

proteção dos prédios históricos. De 1994 a 2007, reconstruí incontáveis vezes o mesmo prédio histórico que Israel simplesmente destruía sem que ninguém, ninguém nos defendesse. Nesse período, eu tinha um contato muito próximo com a população. Se você perguntar a qualquer palestino quantas vezes ele recomeçou do zero, certamente ele já terá perdido a conta, dado o número de vezes que isso aconteceu. Hoje a sociedade é mais conservadora que há vinte anos. As pessoas se voltaram mais para a religião e se tornaram mais conservadoras. O jovem tem menos oportunidades de estudar fora, de abrir a mente, de conhecer outras culturas. Mas, voltando a sua pergunta, depois da eleição do Hamas, Hamas e Fatah articulavam um governo de coalizão e sobraram duas cadeiras independentes. Eles me chamaram para ocupá-las. Eram os Ministérios do Turismo e das Antiguidades e o Ministério da Mulher. Eu sou a primeira mulher a ocupar um ministério técnico na Palestina. Mas, infelizmente, o governo da união funcionou só por três meses. A comunidade internacional não aceitou o governo do Hamas e colocou o partido de novo no exílio, na exclusão. O Hamas foi eleito e todos teriam de aceitá-lo. Hoje a relação com o Hamas está muito difícil, mas estamos tentando retomar a união. Com o Hamas no poder a imagem dos palestinos piorou muito e a briga entre Hamas e Fatah é prejudicial para nós mesmos.

A ministra não disse, mas me parece que tanto o Hamas como o Fatah queriam para o cargo uma pessoa neutra, que não tivesse de fato posicionamento político. Eles queriam um profissional técnico que desse conta dos dois ministérios sem interferir nas negociações políticas, ou seja, uma pessoa a menos para dar palpite.

— Tento trazer o Hamas para um comportamento médio, não tão radical. A ala moderada do partido reconhece, também enxerga que sem união a ocupação só aumentará. E as pessoas estão indo embora. O Hamas não estava preparado para governar, era um movimento armado. O Hamas insiste que tem o direito de resistir, isso é legal. Os eleitores pensavam que as negociações não funcionavam mais e então era hora de voltar à resistência. E votaram no Hamas, mas a maioria já se arrependeu.

— E como é esse governo de união?

— O governo tenta hoje lidar com os problemas diários e a OLP cuida da estratégia.

— A senhora tem esperança? — pergunto.

— Eu penso em ir embora. Quero voltar a viver na Alemanha para oferecer uma vida melhor para os meus filhos.

A sinceridade da ministra me impressiona, de certa forma. Ela sabe que sou jornalista e que a nossa conversa na verdade faz parte de uma entrevista. Ela sabe que não estou aqui a passeio e que tudo o que vejo e ouço é informação e conteúdo para o meu livro. E em momento algum me pede que guarde segredo sobre qualquer coisa que diz. Khouloud fala naturalmente, como se de fato não se importasse com a possibilidade de que a ideia dela de ir embora a prejudique ou decepcione a população.

A decisão de Khouloud de desistir e fazer as malas para ir embora me faz compreender

um pouco o porquê da desconfiança de boa parte dos palestinos nos conterrâneos que viveram fora dos territórios ocupados por alguns anos, por opção, e voltaram, também por opção. Não estou falando dos refugiados. Estou falando daqueles que saíram da Palestina para estudar, cursar a universidade e acabaram criando raízes em outros lugares, estendendo assim o tempo fora da terra natal.

Eu explico. Antes de entrevistar o doutor Barghouthi eu quis saber a opinião das pessoas sobre ele. Então, fiz uma caminhada pelo comércio próximo ao hotel onde estou hospedada e, como quem não queria nada, perguntei o que achavam dele.

Entre os palestinos questionados foi unânime a resposta de que Barghouthi é um homem honesto, inteligente e bem-intencionado. Mas, de uma forma ou de outra, as respostas traziam a mesma mensagem: havia ressentimento pelo fato de ele ter vivido pelo menos oito anos fora dos territórios ocupados, longe do sofrimento imposto por Israel.

É como se o tempo e a distância tivessem tirado dos palestinos que viveram fora o valor real da terra e do povo. É como se eles não fizessem mais parte da resistência, porque resistir, nos territórios ocupados, não é só participar de manifestação ou lançar foguetes, resistir é viver o dia a dia: é abrir o mercadinho com a pouca mercadoria que se tem para quase ninguém comprar; é ter de ser humilhado por soldados nos checkpoints para poder chegar ao trabalho; é viver isolado do mundo por muros, cercas e barreiras militares; é ter uma dor de barriga, um pai enfartado, a mulher em trabalho de parto e não ter um hospital para prestar socorro; é ter um trator na porta pronto para derrubar a sua casa; etc. etc. etc.

E o fato de Khoulood estar jogando a toalha prova um lado dessa história. Mas tem um outro lado também, cada um tem o seu caminho. E no caso de Barghouthi, e de tantos outros que conheci, não me parece que sequer passe pela mente dessas pessoas ir embora. Eu acho que eles vão até o fim.

Chegamos ao Qallandia, na entrada de Ramallah. Aqui, mais uma vez mostramos passaporte, documentos, o soldado pergunta a Samir sobre mim e checka o porta-malas. A mesma rotina e, depois, nos libera.

Logo à frente, já no centro de Ramallah, um tanque do exército de Israel. Eu me surpreendo: um tanque no meio da cidade! A ministra diz que isso é comum e que os soldados circulam com tanques e com blindados também.

Realmente, para quem não está acostumado, é uma imagem surreal: um tanque de guerra, apontando para todos os lados, numa via urbana, como se fosse um carro de passeio.

Assim que chegamos ao ministério, Khoulood chama a relações-públicas, Majeda M, e pede a ela que me acompanhe numa visita à instituição. A ministra participará de reuniões no prédio do governo.

Eu me apresento e explico o que me traz à Palestina.

Majeda, então, pede chá com maramia para nós duas e espontaneamente conta a sua história.

— Se você veio ouvir histórias, acho que a minha ilustra um pouco o drama de quem é refugiado. Você quer ouvir?

— Claro, por favor.

— A minha família fugiu para a Jordânia durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e lá vive como refugiada até hoje. A nossa casa e as casas de muitos familiares e vizinhos foram destruídas pelo exército de Israel. Eles não deixavam muita opção, senão fugir. E, você sabe, os refugiados não podem voltar para a própria terra. Somos proibidos, inclusive, de visitar a Palestina e nossos parentes. Consegui uma permissão depois de muitos anos de tentativas, porque tenho profissão, sou jornalista e tenho emprego estabelecido. Tenho casa, e a minha família, pai, mãe e irmãos também vivem fora da Cisjordânia. Israel só permite que um refugiado visite a Palestina se ele provar que tudo o que tem está fora de lá e os que não há chance alguma de ele vir para ficar. E eu tinha tudo isso. Eu tinha essa condição. Mas o que eles não sabem é a dor da saudade que a gente traz no coração. Viver como refugiado é viver como um errante; por mais que você crie raízes em outro lugar, sempre terá um vazio dentro de você, porque você foi expulso da sua casa. Não há o que cure essa humilhação. Eu sempre quis voltar. Esse sempre foi o meu objetivo. Aqui é o meu lugar. Eu cresci, me formei, tinha um ótimo emprego, uma boa casa, a minha família, mas não consegui superar a lembrança da nossa partida.

Eu pergunto como ela consegue passar pelos checkpoints sem ser pega. A permissão de visita é datada, ela seria descoberta rapidamente.

— Vivi cinco anos sem sair de Ramallah e sem me aproximar de soldados e checkpoints. Eu morria de medo de ser flagrada pelos militares israelenses. Se eles me pegassem, eu seria presa e, depois, expulsa novamente. E aí, sim, nunca mais, nunca mais Israel permitiria que chegasse nem perto das fronteiras. Mas vivi escondida durante esse tempo, com a ajuda de amigos e de alguns parentes que ainda tenho aqui. Faz só cinco meses que consegui a minha ID, o meu documento de identidade. Fiquei tanto tempo trancada, presa, que nos cinco meses de liberdade já viajei cinco vezes para aproveitar. A minha família ainda vive na Jordânia. Eu daqui não quero sair mais. É o meu lar. Essa é a sensação. A minha amiga que veio comigo não teve a mesma sorte. Ela ainda não tem o documento. O pai dela morreu na Jordânia e ela não pôde ir ao funeral. Veja só a que somos submetidos.

Majeda deveria ser bastante jovem quando foi expulsa com a família em 1967, pois aparenta ter no máximo 48, 50 anos.

E ao final da história ela já começa a falar sobre o ministério, mas está claramente entristecida. Aliás, isso tem sido um tanto quanto constrangedor para mim. Estou levando essas pessoas a mexer em feridas ainda abertas e isso dói. No final das conversas, sinto que a minha visita não trouxe à tona alegria; ao contrário, só lembranças ruins, e o pior de

uma história ainda inacabada e com perspectivas desanimadoras.

Majeda conta que o Ministério das Mulheres foi criado em 2003 para organizar e incorporar a já existente luta das palestinas por seus direitos nacionais, políticos, sociais e econômicos.

— As diretrizes do MOWA (Ministry of Women's Affairs) são baseadas nos termos da Declaração de Independência da Palestina, assinada em 1988, em Argel; na Estratégia Nacional para a Mulher Palestina, adotada em 1997, e nos principais documentos que defendem os direitos da mulher, respeitados pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional.

É admirável o trabalho estatístico feito pelos profissionais que trabalham no ministério. Eles têm números para tudo. Majeda me apresentou ao responsável pelo departamento e ele me ensinou a navegar pelo site. É de fato impressionante. Sinceramente, não sei se o governo brasileiro disponibiliza tantas informações, com tamanho detalhamento, sobre a população brasileira, como a Autoridade Palestina o faz.

Um dos números que mais chamou minha atenção foi sobre a educação: cerca de 98% das crianças com idade para cursar o ensino fundamental estão na escola. Esse dado é impressionante diante das dificuldades impostas pela ocupação israelense. Muitos países livres que dependem apenas da administração do próprio governo não atingem essa meta.

Boa parte do sucesso nos programas de educação e de engajamento da mulher na sociedade se deve às organizações não governamentais que atuam na Palestina. Majeda me apresenta a Sireen, uma palestina que trabalha para a Unesco, que mantém parceria com o ministério. Segundo os levantamentos de Sireen, pelo menos 95 ONGs voltadas só para a mulher atuam hoje na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Sireen é uma palestina muito bonita, tem os olhos verdes, a pele morena clara, os cabelos castanhos. Lembra muito a atriz americana, de origem cubana, Eva Mendes. Sireen tem 28 anos, se graduou na universidade palestina de Birzeit e fez pós-graduação em sociologia nos Estados Unidos, onde viveu por cinco anos.

— A Universidade de Birzeit, onde estudei, fica a dez minutos de Ramallah, mas muitas vezes eu tinha que pegar até três táxis diferentes para chegar lá; isso levava mais de uma hora.

Eu pergunto como foi a vida dela e da família durante o cerco israelense de 2002:

— Os soldados obrigaram centenas de famílias a sair de suas casas, inclusive a minha família, e nos amontoaram num único cômodo de um apartamento. Mal dava para a gente respirar. Tinha criança, idoso, mulher grávida, todo mundo espremido, sem água, sem comida, sem tomar banho. Foi bem na época da minha formatura. Eu não pude participar da minha própria cerimônia de graduação porque a universidade adiou a festa por causa do estado de sítio. Era inviável. Depois eu viajei para os Estados Unidos para fazer a pós-graduação. Já estava com passagem marcada, as aulas iam começar, eu não tinha como voltar atrás. Mas isso não é nada perto do que aconteceu com um primo. Ele foi preso,

acusado de conspirar contra Israel. A nossa família não tem permissão para passar os checkpoints para visitá-lo, e o governo israelense dificulta tanto o processo de pedido de autorização que os pais dele evitam e deixam de vê-lo.

Ela continua:

— Veja só. Hoje eu tenho passaporte americano, por isso posso ir a Jerusalém quando bem entender, assim como você. Os estrangeiros têm mais direito na nossa terra do que nós, palestinos. E eu estou noiva de um árabe nascido em Israel. Estamos de casamento marcado para breve. A nossa casa será em Jerusalém, já estamos decorando, está quase pronta. A cerimônia também será lá. E sabe de uma coisa: a minha família, o meu pai, a minha mãe, os meus irmãos correm o risco de não assistir ao meu casamento, porque eles não têm permissão para entrar em Jerusalém. Nós já entramos com o pedido de autorização junto ao governo israelense, mas até agora não obtivemos resposta. E a minha família corre o risco de nunca, nunca poder almoçar, jantar ou simplesmente visitar a minha casa, pelo mesmo motivo. E, quando eu tiver um bebê, certamente eu o trarei aqui, a Ramallah, para os meus pais o conhecerem, mas Israel me tira o direito de ter a minha mãe ao meu lado para cuidar de mim durante o resguardo. E ela também nunca verá o berçinho do bebê no quarto. Você vê, somos privados dos mais simples prazeres da vida.

Eu fico muda. Não sei o que dizer. Ela pede licença para pegar umas brochuras com informações sobre o trabalho da Unesco na região.

Siren não exagerou quando disse que os estrangeiros circulam pelos checkpoints com mais tranquilidade do que os palestinos, mas essa facilidade é dirigida de acordo com os interesses do governo de Israel.

Eu, por exemplo, estou aqui como turista, como cristã que veio à Terra Santa para visitar Jerusalém e a Igreja da Natividade, trouxe cartões de crédito e dólares. E vocês se recordam, na imigração, a soldada quis ver os meus cartões e o meu dinheiro para comprovar que eu realmente vim para gastar e encher os cofres do governo israelense de dólares. Então, por esse motivo, tenho conseguido cruzar os checkpoints, até agora, sem problemas. Mas, se o exército descobrir que sou jornalista, a situação mudará completamente. Não serei mais bem-vinda, pois Israel sabe que o que se passa nos territórios ocupados não está dentro das leis internacionais e fere quaisquer artigos dos documentos das Nações Unidas que protegem os direitos humanos. E jornalista, normalmente, traz problema, porque transforma o que vê em notícia.

Além de jornalista, tem outro tipo de estrangeiro que também não é bem-quisto pelo governo israelense nos territórios ocupados. É o caso de Feiruze, uma libanesa com cidadania francesa, casada com um palestino.

Ela conheceu e se casou com o palestino na França. Jader deixou a Cisjordânia em 1980 para cursar a universidade em Paris. E pelas regras impostas pelo governo de Israel, o palestino que sai dos territórios ocupados para estudar tem obrigatoriamente de voltar a cada dois anos; caso contrário, perde para sempre o direito de retornar. Isso é uma

dificuldade financeira para os estudantes, mas eles têm de cumprir para não perder de vez o visto de volta à terra onde nasceram.

E não podem voltar num intervalo inferior a seis meses. Isso também é um problema, pois, se acontece alguma fatalidade nesse período — uma morte em família, por exemplo —, quem estiver fora não pode viver o luto em família, é obrigado a sofrer a dor na solidão e sem poder amparar a mãe, o pai ou um irmão.

Em 1996, Jader e Feiruze decidiram se mudar para a Cisjordânia, animados com as possibilidades de melhoria prometidas pelo Acordo de Oslo, assinado em 1993, o mesmo que levou a ministra Khouloud e tantos outros a voltar à Palestina.

Mas o que o governo israelense fez: deu visto de turista aos cônjuges desses palestinos que retornaram, visto que tem de ser renovado de três em três meses. Com o tempo, Israel começou a dificultar e a negar a renovação dos vistos, obrigando a maioria a ir embora de novo, e com isso a esposa ou o marido palestino e os filhos seguem juntos.

Feiruze, que é enfermeira, trabalhava para a organização não governamental Crescente Vermelho, com base em Ramallah, e teve de abandonar o emprego. Sem o visto, ela não pode passar pelos checkpoints, pois seria descoberta e expulsa dos territórios ocupados.

Assim ela e o marido vivem desde 2002, quando o governo israelense apertou ainda mais o cerco aos estrangeiros casados com palestinos. Segundo Feiruze, essa é uma das táticas de Israel para diminuir o número de árabes na região. E eu ouvi de vários palestinos que, de tempos em tempos, o governo israelense cria novas regras para dificultar ainda mais a vida nos territórios ocupados.

Siren volta com um estudo das ONGs que amparam a mulher palestina feito pela Unesco. Eu vou direto à conclusão, que é o que me interessa, e o documento diz que há um número suficiente de organizações não governamentais servindo às necessidades da mulher palestina nos mais diversos temas: educação, profissionalização, suporte emocional, violência doméstica, saúde, meio ambiente, direitos humanos, educação infantil, agricultura etc. Mas é problemático para a Unesco avaliar quais tipos de programas podem ainda ser implementados, pois, apesar de tudo o que é oferecido, as mulheres palestinas vivem submetidas a confinamento, toques de recolher e invasões diárias. É importante, então, que a sociedade palestina seja livre para que o trabalho dê resultado. Resumindo, é isso.

Majeda traz um recado de Samir, o motorista da ministra. Ele está à minha disposição para me levar de volta a Belém. A ministra já foi, pois surgiu uma reunião de emergência no Ministério do Turismo. Eu agradeço e digo que estou pronta para ir, me despeço de Siren e sigo com Majeda.

Samir está na porta do ministério aguardando. Na volta, a passagem pelos checkpoints é tranquila, a mesma cansativa rotina. E pensar que daqui a pouco cruzarei o checkpoint de novo de Belém para Jerusalém, pois pegarei o trem para Haifa, no norte de Israel. Vou encontrar uma família brasileira que se mudou para cá, trazida por uma dessas agências

judaicas do governo israelense responsáveis por trazer judeus que vivem em situação econômica instável pelo mundo para viver em Israel. O governo oferece casa, trabalho e salário.

14. O novo povo de Israel

Samir me deixa no hotel. É o tempo de arrumar uma troca de roupa numa mochila e sair de novo. Já são duas horas. A viagem deve durar em torno de três horas e meia. Na verdade, vou mais ao norte de Haifa, até Carmel, que fica a 20 quilômetros de Aco e a quarenta minutos de Haifa. Pego o trem em Jerusalém, desço em Tel Aviv e de lá pego outro trem até Haifa, onde Marisa estará me esperando.

Marisa, mulher de Cláudio, mãe de Gustavo. Os três nomes são fictícios. Decidi desde já preservar a identidade dos três porque imagino mais ou menos o que vou encontrar. Conheço algumas histórias de famílias levadas por agências judaicas para viver e povoar Israel, pois é a finalidade e não é segredo para ninguém. O governo de Israel tem como meta reduzir o número de árabes e aumentar a população judia no Estado hebreu.

Marisa é prima da minha cunhada e não é judia. Ela é mãe de Gustavo, fruto de um relacionamento anterior a Cláudio. Cláudio, sim, é de família judia, mas se afastou das tradições depois de se separar da primeira mulher, com quem teve duas filhas. A família não perdoou o comportamento de Cláudio e o deserdou.

Marisa e Cláudio se conheceram, iniciaram um relacionamento e passaram a administrar uma lanchonete que faliu e deixou o casal cheio de dívidas. Veio, então, a proposta da agência judaica: casa, emprego, escola para Gustavo e ajuda de custo por seis meses para viver em Israel como uma família judia tradicional. Depois desse período, a família deve se manter com o salário recebido pelo trabalho.

O casal deixou as dívidas para trás e viajou para Israel. Cláudio, que havia abandonado as tradições havia anos, recuperou o seu quipá, comprou o de Gustavo, que jamais havia tido um, e Marisa passou a usar saias abaixo do Joelho, por cima das calças compridas, e lenço na cabeça.

E, assim, se tornaram mais uma nova família judia em Israel, como tantas outras vindas da África, do Leste Europeu e de outros cantos do mundo.

Eu de novo no checkpoint. É a sétima vez que cruzo um posto de controle só hoje: foram três na ida para Ramallah, três na volta e, agora, para entrar em Jerusalém. Isso já perdeu o status de curiosidade e está me aborrecendo, principalmente porque está uma garoa fina, faz frio e venta, e estamos na fila, na chuva, sem proteção. E os soldados não parecem preocupados com o nosso bem-estar. Eles mantêm o ritmo de sempre, sem o menor constrangimento: checam os documentos, verificam o ônibus, tudo sem pressa.

Opa! Uma sirene está tocando e o barulho é ensurdecedor. Os soldados fecham todas

as cancelas do checkpoint. Eu não entendo direito o que está acontecendo até ver uma van branca que avança e para em cima de uma das cancelas. No megafone, um soldado diz uma série de coisas em árabe. O motorista da van deixa o veículo com as mãos para o alto. É engraçado que nenhum soldado se aproxima dele. Diante da movimentação, nós, na fila, somos esquecidos.

O próprio motorista abre todas as portas da van, inclusive a traseira. E se afasta do carro novamente, com as mãos para o alto. O soldado no megafone continua falando.

O motorista tira a camiseta, o tênis e as meias, fica de calças. Só então um soldado se aproxima dele. Pega o documento e chama outro soldado, que depois vai até a cabine por onde passou o motorista. O soldado conversa com o outro soldado da cabine e volta para onde está o motorista.

Enquanto isso, as demais situações no checkpoint estão congeladas, ninguém se mexe, ninguém fala, ninguém respira. Estamos todos de olho na suspeita de atentado a bomba, a menos de 10 metros de onde eu estou. Se, de fato, alguma coisa for detonada, devo sentir pelo menos aquele vento, aquele ar que sopra da explosão. Isso se não for tudo pelos ares.

Mas ao que parece foi um mal-entendido, porque um dos soldados já está verificando a van, sinal de que não há risco de bomba e o rapaz já está se vestindo e calçando os tênis.

O checkpoint volta a funcionar. Nossos documentos são devolvidos e o ônibus é liberado. Pergunto ao nosso motorista se ele sabe o que aconteceu. Ele é jovem e fala um pouco de inglês. Já viajei com ele algumas vezes. Ele diz que a soldada da cabine devolveu o documento do motorista da van e ele entendeu que poderia prosseguir viagem, mas faltava checar o veículo. A falha, na verdade, foi da soldada; ela deve ser novata do serviço. Só deveria ter devolvido o documento depois que o motorista estivesse de fato liberado. O motorista do meu ônibus diz que o rapaz da van deu sorte, ele poderia ter morrido, poderia ter levado um tiro de M-16, sem ter feito nada.

— Foi sorte o grupo de soldados em serviço estar bem-treinado e ter experiência. O erro da jovem da cabine poderia ter custado a vida do rapaz. Essa molecada fardada normalmente atira primeiro depois vê o que aconteceu. Ele deu sorte. E nós também, porque se outras pessoas entram em pânico sobre tiro para todo mundo. Os soldados são treinados para matar árabes. Por que você acha que eles estão aqui armados até os dentes? Não é para nos proteger.

Eu simplesmente faço um sinal com a cabeça, mas não prolongo a conversa. Pergunto a ele onde pego um ônibus que vá até a estação de trem.

— Na Jaffa Road.

Ótimo. Então, desço em frente à Cidade Velha de Jerusalém, no portal de Jaffa, e em cinco minutos de caminhada estou no ponto de ônibus. Lá eu pergunto qual deles vai para a estação de trem. Escolho um estudante. Os jovens quase sempre falam inglês. E lá vem o meu ônibus.

O movimento nas ruas já é o da hora do rush. As pessoas estão saindo do trabalho. Os

ônibus também já estão cheios. Eu sou a última a descer, a estação de trem é como se fosse o ponto final.

Na entrada da estação a checagem é rigorosa. A policial pede para eu abrir a mochila e passa um detector de metais no meu corpo. Compró a passagem até Haifa, mas o agente me avisa que tenho que descer em Tel Aviv para pegar outro trem. Eu agradeço a informação, mas eu já sabia, pois tinha me informado sobre o itinerário.

O trem é ótimo, confortável e tem até mesinha para laptop. Ele parte praticamente vazio de Jerusalém. E passa no meio de uma mata fechada, entre montanhas, um lugar muito bonito.

Logo chegamos a Tel Aviv. Eu desço e espero, na mesma plataforma, o trem para Haifa. A estação está lotada de trabalhadores, estudantes e de soldados. Muitos, muitos soldados. Talvez três vezes mais do que o número de soldados que havia me deixado admirada em Jerusalém, outro dia, durante um passeio de ônibus. Entro no trem e me sento. Os corredores ficam repletos de jovens recrutas. Sei que tenho me repetido, mas é que eles e elas são tão meninos.

Quando o trem entra em Haifa, ainda há um restinho de claridade do dia e dá para ver o mar; não está tão bonito, pois o tempo está fechado, mas é sempre bom ver o mar. Para mim é como uma bênção. E eu não preciso nem entrar, não preciso nem me molhar, só olhar de longe basta, dá uma sensação de leveza, renova as energias, me sinto abençoada e protegida.

Logo o trem para em Haifa. A locomotiva praticamente esvazia na estação. Todos querem descer. Os paulistanos sabem bem o que é isso. Às seis horas da tarde na estação de metrô na Praça da Sé é a mesma coisa. Você fica espremido no meio do povo e é levado pela maioria, porque não consegue se mexer e não tem autonomia para escolher o caminho que quer seguir. É assim que eu estou agora. Consigo ler uma placa em inglês: exit, saída. Já sei que estou amontoada no bloco certo, com as pessoas que querem sair da plataforma. Mas ninguém se mexe, ninguém sai do lugar. Há um zum-zum-zum, mas eu não entendo porque é em hebraico. A situação fica mais apertada. Nós queremos descer, exit é para descer, mas tem um pessoal subindo. E isso piora o aperto. Uma senhora me ouve resmungar em inglês What's happening here?. E responde:

— Há uma ameaça de bomba perto do acesso à plataforma de embarque, por isso está tudo bloqueado e as pessoas que vão embarcar estão subindo por aqui, pela saída, e nós estamos retidos até que não haja risco lá embaixo. A polícia está nos segurando aqui para diminuir a circulação de pessoas lá embaixo até que o esquadrão antibombas resolva o problema.

Eu agradeço a explicação e mantenho a mesma calma de todos que estão ali, como se uma ameaça de bomba também fosse rotina na minha vida, mesmo porque é a segunda suposta ameaça de atentado a bomba que enfrento no dia.

Aos poucos, os que querem descer disputam a escada com os que querem subir e o

tumulto começa a dispersar. A polícia restringe o espaço bloqueado. No térreo, o policiamento é intenso. Não sei se é sempre assim, mas há policiais fardados e à paisana por todo lado. Os que estão à paisana também são facilmente identificáveis, pois carregam armas enormes, devem ser as M-16, eu sinceramente ainda não as identifico.

Haifa sempre foi alvo de atentados terroristas pela sua importância, inclusive uma das mulheres-bomba cometeu suicídio aqui, num restaurante. Foi Hanadi, que teve o irmão e um primo assassinados por soldados de Israel em Jenin.

Haifa é a maior cidade do norte de Israel e a terceira maior cidade do país, depois de Jerusalém e Tel Aviv, e tem cerca de 265 mil habitantes. É a principal cidade industrial de Israel, pelas refinarias de petróleo e pelas fábricas de construção naval.

Conforme o combinado, eu aguardo Marisa na calçada, fora da estação; assim, quando ela passar de carro, eu já entro e ela não precisa estacionar. E é o que acontece. Logo ela chega e seguimos para Carmel.

Nós nos cumprimentamos e nos apresentamos, porque, na verdade, estamos nos vendo pela primeira vez. Marisa, como a maioria dos brasileiros, é superacolhedora e me recebe muito bem. Durante o trajeto falamos sobre banalidades. Ela diz que o Brasil faz falta, mas que já se sente em casa em Israel, pois aqui tudo é limpo, organizado e há muito mais qualidade de vida.

— Além disso tudo, tem o ensino de alto nível que o Estado oferece de graça para o meu filho. No Brasil eu teria de pagar caro para colocá-lo numa escola boa como a que ele frequenta aqui, sem pagar nada.

Chegamos. Está escuro, mas dá para ver que o lugar onde ela mora é um bairro novo pelo menos aqui, na entrada de Carmel; mas, quando avançamos para dentro do bairro, o lugar não é assim tão bonito e novo.

São prédios de quatro andares, parecidos com prédios populares do Brasil. Marisa diz que a maioria dos moradores dessa área de Carmel são estrangeiros trazidos pelas agências judaicas, que, como eu já disse, são organizações fundadas pelo sionismo para atrair judeus do mundo todo com o objetivo de povoar Israel, pois uma das preocupações do governo israelense é alcançar densidade demográfica superior à da população árabe.

Apesar do esforço, essa meta ainda não foi alcançada, pois 50% dos israelenses ainda são mizrahim, orientais de países árabes; 20% são palestinos e os 30% restantes são, principalmente, europeus; muitos são os chamados sefardis, russos, considerados entre os próprios judeus cidadãos de terceira classe. Há ainda uma parcela de asiáticos.

Essa diversidade étnica, cultural e religiosa pode custar caro a Israel, é a previsão de alguns historiadores e especialistas. Eles acreditam que, no dia em que não houver mais o conflito com a Palestina, Israel viverá uma guerra interna entre os seus próprios cidadãos, pois não há homogeneidade entre esses grupos. E a rejeição aos que chegam já é declarada, principalmente pelos judeus ortodoxos. Eles não aceitam os árabes e também não dividem Israel com quem não faz parte do grupo.

Cláudio e Gustavo nos esperam no apartamento. Sou muito bem recebida. Não sei se pessoas de outras nacionalidades têm o mesmo sentimento, mas brasileiro sempre se emociona ao encontrar outro brasileiro quando está fora do país. Talvez seja um jeito de a gente matar a saudade e de se sentir um pouco mais perto de casa. E é assim que eles me recebem.

Como já é um pouco tarde, Gustavo toma a iniciativa de pedir uma pizza. É, aqui também tem delivery.

O apartamento é bem pequeno, são dois dormitórios, mas são cômodos muito apertados, deve ter uns 40 metros quadrados. Marisa começa a explicar em que condições vieram para cá:

— Nós escolhemos Carmel porque aqui é um brasileiro que dá assistência aos imigrantes. Nos sentimos mais seguros. Esse apartamento é do governo e não pagamos aluguel. Quando chegamos, durante os primeiros seis meses, o governo nos deu uma ajuda de custo de 1.600 seckels, o que equivale a 600 reais, mais ajuda para arrumar emprego para mim e para o Cláudio. O Gustavo também tem escola gratuita. O imigrante, assim que chega, tem que fazer um plano de saúde por conta própria e tem que abrir uma conta bancária, mas, pelo menos no nosso caso, o brasileiro da agência judaica nos deu toda a orientação e assistência.

Marisa é falante, comunicativa, muito simpática. O filho Gustavo puxou à mãe. Já Cláudio é mais tímido, quieto, mais ouve do que fala.

Aos poucos, pelos comentários de Marisa, percebo que, apesar dos atrativos, a vida não é fácil para todos os imigrantes trazidos pelas agências judaicas.

— É uma pena que a gente não possa ficar a noite toda conversando. Temos que dormir logo. Acordamos às quatro da manhã. O Cláudio entra às cinco na fábrica e eu entro cedo também, e antes tenho que deixar o Gustavo na escola. Trabalhamos 12 horas por dia, com apenas uma folga por semana. É puxado. E se a gente reclama tem gente na fila esperando o emprego.

A pizza chega e comemos enquanto conversamos. Eu explico o que me traz a Israel, e não precisa muito para Marisa se empolgar a falar do assunto.

— Sabe qual é o problema dos árabes? Eles são iguais àquele priminho chato que fica te beliscando e, quando você dá um tapa nele, a sua mãe briga com você.

A mãe, no caso, é a ONU, a comunidade internacional. E é assim que Marisa define os palestinos. Eu comecei uma argumentação, mas recuei da discussão, pois ela ficou visivelmente alterada. Os olhos dela até começaram a lacrimejar. E na verdade não vim aqui para um debate, vim aqui para ouvir. Além do que ela está me recebendo na casa dela. Eu não poderia cometer a grosseria de partir para um embate a essa hora da noite, durante o jantar. Então, deixei que ela falasse. Eu apenas fazia algumas perguntas.

Fiquei impressionada como, em tão pouco tempo, Marisa, que não é israelense nem judia, passou a usar os pronomes “nós” e “nosso” para se definir como cidadã israelense e

dona dessas terras, negando completamente os direitos dos árabes, como se de fato eles fossem invasores e estivessem incomodando.

Pergunto a Gustavo o que ele aprende na escola sobre os territórios ocupados. Eu já havia notado que, em Israel, algumas definições adotadas pelas Nações Unidas, pela comunidade internacional e pela mídia mundial são ignoradas pelos israelenses. Eles simplesmente as desconhecem. É como se vivessem numa bolha particular, onde só as informações convenientes são veiculadas. Eu tenho que explicar a Gustavo o que são os territórios ocupados, aí sim a resposta:

— Eles são chatinhos, mas deixa eles aí.

São exatamente essas as palavras de Gustavo, de 14 anos. Eu pergunto se ele já ouviu falar alguma coisa sobre o que aconteceu em Ramallah em 2002, quando a capital da Autoridade Palestina ficou sitiada e Yasser Arafat ficou cercado dentro do próprio quartel-general.

Gustavo não sabe o que é Ramallah. Não sabe nem que se trata de uma cidade. Eu pergunto, então, a Cláudio e a Marisa se eles já visitaram a Cisjordânia. Eles acham que eu estou falando de uma cidade turística da Jordânia.

Então, desisto das perguntas, pois está claro que essas pessoas não sabem onde estão nem por que foram trazidas para cá. Elas não sabem a origem das agências judaicas e do sionismo.

Eu pergunto sobre os demais imigrantes, e Marisa mostra que o preconceito dela não é só em relação aos árabes:

— A situação do imigrante aqui só não é melhor principalmente por culpa dos russos e dos europeus do Leste. Eles são vagabundos, não querem trabalhar, e vêm para cá só para pegar o dinheiro da ajuda de custo do governo e vão embora. Eles também estragam os apartamentos, deixam tudo depredado. Então, o que o governo faz? Cria restrições para o resto dos imigrantes. E a nossa vida fica mais difícil.

Eu questiono se esses imigrantes são vagabundos mesmo ou se não estão reivindicando melhores condições de trabalho, porque 12 horas de trabalho diárias com apenas uma folga semanal é cansativo.

Cláudio concorda.

A Marisa defende o Estado e explica a história da família antes de eles virem para cá. Do jeito dela, conta que eles vieram atrás de um recomeço. Já contei como estava a situação do casal antes de eles virem para Israel.

Eu volto aos palestinos e pergunto a opinião deles sobre o bombardeio à Faixa de Gaza. Marisa responde:

— Só morreram 1.350 pessoas, poderíamos ter acabado com Gaza.

Bom, eu me dou por satisfeita e os deixo à vontade para dormir, pois já sei que o dia começará cedo para a família. E depois de mais essa colocação de Marisa acho que podemos encerrar a conversa. Foram três frases, duas dela e uma de Gustavo, que

mostram a índole, o conhecimento e a doutrinação de boa parte dos imigrantes trazidos pelas agências judaicas para povoar Israel.

Eu durmo no quarto de Gustavo, mas antes de pegar no sono faço algumas anotações sobre a conversa durante o jantar. O quarto é tão pequeno que na verdade não cabe uma cama de solteiro tamanho padrão. Tem de ser uma cama menor, uma cama para adolescente. Eu fico num sofá, onde tenho que dormir com as pernas dobradas, senão não caibo. E não há lugar para um guarda-roupa. No lugar tem um móvel menor.

Quando acordamos, ainda de madrugada, percebo que a falta de conforto não foi problema para mim. Eu estava cansada e dormi bem as poucas horas a que tive direito. O banheiro também é minúsculo e bastante simples e antigo. A cozinha segue o mesmo padrão. Pelo estado de conservação e pela construção ultrapassada, esses imóveis já devem estar abrigando imigrantes há muitos anos.

Ainda meio sonolentos, tomamos um café rápido e saímos. Eu não pude me despedir de Cláudio, pois, antes mesmo de a gente levantar, ele já havia ido para o trabalho.

Com o dia claro, vejo como Carmel é linda. A cidade é cercada por montanhas, com verde por todos os lados. Isso eu já havia reparado durante a viagem de trem. Do lado de cá há terra fértil. A terra boa para plantar está toda do lado de Israel. Eu já disse isso.

Marisa deixa Gustavo na escola. Ele usa o quipá. Nos despedimos e depois ela me deixa num ponto de ônibus. Eu agradeço a receptividade, a conversa e a oportunidade de conhecer um pouco da vida dos imigrantes trazidos para cá pelos sionistas. Damos um abraço e ela vai embora.

Eu pego o ônibus para o terminal de trem e faço a viagem de volta a Belém.

15. A chegada dos sionistas

Ontem mesmo, quando cheguei de Carmel, passei para o computador as minhas impressões e anotações sobre o que vi e ouvi.

E uma das coisas que me chama muito a atenção por aqui, e sobre a qual eu já devo ter falado em algum momento, é a diferença entre o comportamento de palestinos e israelenses. Sinto necessidade de marcar novamente essa impressão porque a viagem ao norte de Israel reforçou ainda mais a minha percepção.

Na Palestina, sinto que a resistência pelo fim da ocupação, por mais sofrida que seja, não tirou de boa parte das pessoas a esperança. Eles se defendem como podem e buscam no conhecimento, no estudo e na cultura energia mental para manter a luta. Mulheres como Nadia, Suheir e Khaula são apenas três exemplos de guardiãs dessa força. Elas, e tantos outros, não deixam o povo fraquejar, estão sempre atentas e prontas para levantar o moral de quem está prestes a desistir.

Já em Israel, a energia é bélica, o clima é hostil. Vive-se pronto para a guerra. Dá segurança saber que o exército dispõe de caças modernos e que o Departamento de Defesa desenvolve novas tecnologias. E o objetivo é sempre aniquilar o inimigo, como num jogo de videogame. A impressão que me dá é de que há uma parcela da população israelense que não enxerga no outro um igual; são pessoas que só enxergam inimigos. São pessoas que alimentam uma paranoia.

Quero deixar claro que essas observações revelam o perfil da maioria da população dos dois povos, mas em ambos os lados há grupos com características opostas: israelenses pacíficos, palestinos bélicos e vice-versa.

Outra coisa: não estou aqui para julgar, promover, defender ou denegrir nenhum dos lados. Estou aqui como repórter, para mostrar o que acontece com um povo que vive sob ocupação de outra nação há cerca de sessenta anos. É uma reportagem. Não sou judia, não sou palestina, não sou árabe, não sou filha de judeus, não sou filha de palestinos, não sou filha de árabes não sequer tenho na minha árvore genealógica proximidade com os dois povos. Mas, como já me abri em algumas passagens, é difícil me manter isenta, como se eu fosse desprovida de sentimentos e emoções. Não está certo, não é humano, não está dentro das leis internacionais manter um povo confinado. Estamos falando de mulheres, crianças, homens, gente. E, pessoal, são sessenta anos!

A justificativa de terra prometida, herança bíblica, realmente... isso me cansa e só convence quem precisa de argumentos para continuar matando e colocando na conta de

Deus. Não vou entrar no mérito do problema, porque não é da minha alçada, não sou historiadora. O conhecimento que tenho é suficiente para embasar as minhas conclusões e os meus entendimentos. Ao meu leitor, sugiro livros escritos por historiadores. Só tomem cuidado com a idoneidade dos estudiosos.

O que justifica tamanha apatia da comunidade internacional, senão o poder militar dos Estados Unidos e de Israel?

Basta um minuto de reflexão para a gente perceber como é vulnerável a vida dos fracos e das minorias. Os fortes têm o poder de nos transformar em reféns, réus, culpados, condenados, desaparecidos ou naquilo que quiserem, conforme a conveniência política e estratégica. Por isso, vejo agora que faz todo o sentido o título da edição especial da revista para a qual escrevi uma reportagem e fiz a entrevista com o doutor Mustafá Barghouthi: "Somos todos palestinos."

Mas, como a história conta, e Nadia me lembrou bem disso, não há império que sempre dure; então, vivam as organizações não governamentais, vivam as manifestações, viva a oposição, viva a denúncia, vivam os protestos, viva a palavra, viva a internet, viva o Wikileaks, vivam as reportagens, viva o livro, vivam os indignados, vivam os mártires, vivam os heróis, viva a esperança!

E, na categoria, um viva também ao grupo de turismo alternativo, o ATG — em inglês, Alternative Tourism Group —, uma organização não governamental mantida por europeus que promove passeios turísticos temáticos nos territórios ocupados que mostram como vivem os palestinos, submetidos aos danos econômicos e sociais provocados pela ocupação. A ministra Khouloud foi quem me falou sobre eles pela primeira vez, quando nos encontramos no Rio de Janeiro. E, desde que cheguei aqui, tenho estado em contato com Samer, um dos guias do grupo, que tem me ajudado numa série de coisas.

Vou com ele, num desses passeios temáticos, para Hebron, uma das cidades onde a relação entre colonos judeus e palestinos é mais tensa e violenta, tanto que praticamente não há turismo lá. Mas hoje ele me levará a um centro de recreação para idosos em Beit-Sahour, onde fica a sede do ATG. Foi sugestão dele. Lá terei contato com homens e mulheres de 79, 80 anos que têm boa memória do começo da ocupação dos territórios palestinos na década de 1940 e lembram, inclusive, histórias contadas pelos pais sobre gangues sionistas que agiam na região nas décadas de 1920 e até antes.

Antes de sair, releio uma carta escrita em 1947 pelo rei Abdullah I, avô do rei Hussein da Jordânia. O texto foi um pedido da respeitada revista americana da época *The American Magazine*, e foi publicado na edição de novembro de 1947 com o título "Como os árabes veem os judeus".

A primeira vez que li essa carta foi por sugestão do ex-embaixador brasileiro na Palestina, Arnaldo Carrilho, um homem que aprendi rápido a respeitar. Ele citou o texto numa palestra em São Paulo, em 2007.

É uma leitura necessária e que serve até de guia histórico para quem quiser se

aprofundar no tema. E eu quis recordá-la antes de encontrar as senhoras e os senhores que viveram na Palestina de 1948.

Carta do rei Abdullah ibn Hussein aos cidadãos norte-americanos
The American Magazine, Nova York, novembro de 1947*

Como os árabes veem os judeus

Tenho muito prazer de poder me dirigir ao público norte-americano, pois o trágico problema da Palestina jamais será resolvido sem a compreensão dos norte-americanos, sem a sua solidariedade, sem o seu apoio.

Tantos bilhões de palavras foram escritas a respeito da Palestina — mais talvez que sobre qualquer outro tema na história — que hesito em acrescentar ainda outras tantas. Mas me sinto compelido a fazê-lo, pois me convenci, ainda que relutantemente, de que o mundo em geral e os Estados Unidos em particular quase nada sabem da verdadeira situação dos árabes.

Nós, os árabes, acompanhamos a imprensa dos Estados Unidos, talvez muito mais do vocês imaginem. E ficamos francamente incomodados ao constatar que, para cada palavra impressa sobre o lado árabe, mil são impressas sobre o lado sionista.

Há muitas razões para isso. Nos Estados Unidos vivem milhões de cidadãos judeus interessados na questão. Eles são muito articulados e experientes em matéria de publicidade. Há poucos cidadãos árabes nos Estados Unidos, e ainda não dominamos as técnicas da moderna propaganda.

O resultado disso tem-se revelado alarmante para nós. Na imprensa norte-americana, encontramos uma terrível caricatura, e somos informados de que se trata do nosso verdadeiro retrato. Com toda justiça, não podemos permitir que isso continue.

Nossa situação é muito simples: por quase 2.000 anos a Palestina foi quase 100% árabe. Ainda é preponderantemente árabe, não obstante a enorme imigração judaica. Contudo, se essa imigração tiver prosseguimento, logo seremos numericamente superados, passando a constituir uma minoria em nossa própria casa.

A Palestina é um país pequeno e muito pobre, mais ou menos do tamanho do estado norte-americano de Vermont. Sua população árabe é de apenas 1,2

milhão de pessoas. Contra a nossa vontade, fomos obrigados a receber cerca de 600 mil judeus sionistas. E somos ameaçados com muitas centenas de milhares mais.

Nossa posição é tão simples e natural que nos causa perplexidade que sequer chegue a ser questionada. É exatamente a mesma posição que os Estados Unidos adotaram em relação aos infelizes judeus europeus. Vocês lamentam por eles, mas não os querem em seu país.

Nós tampouco os queremos no nosso. Não porque sejam judeus, mas porque são estrangeiros. Não haveríamos de querer centenas de milhares de estrangeiros no nosso país, sejam ingleses, noruegueses, brasileiros ou de qualquer outra nacionalidade.

Pensem por um momento: nos últimos 25 anos, nada menos que um terço de nossa população foi imposto a nós. Nos Estados Unidos, seria o equivalente a receber, desde 1921, 45 milhões de estrangeiros, não obstante seus violentos protestos. Como teriam reagido a isso?

Em virtude de nosso desagrado perfeitamente compreensível por sermos sobrepujados em nossa própria pátria, somos considerados nacionalistas cegos e antissemitas desalmados. Esta acusação seria cômica se não fosse tão perigosa.

Nenhum povo na Terra foi menos "antisemita" que os árabes. A perseguição aos judeus tem-se restringido quase inteiramente a países cristãos do Ocidente. Os próprios judeus reconhecem que nunca, desde a Grande Diáspora, se desenvolveram tão livremente e adquiriram tal importância quanto na Espanha quando esta era uma possessão árabe. Com algumas exceções, os judeus viveram por muitos séculos no Oriente Médio em um clima de absoluta paz e amizade com seus vizinhos árabes.

Damasco, Bagdá, Beirute e outros centros árabes sempre abrigaram grandes e prósperas colônias judaicas. Até o início da invasão sionista da Palestina, esses judeus recebiam o mais generoso tratamento — muito, muito melhor que na Europa cristã. Agora, infelizmente, pela primeira vez na história, esses judeus começam a sentir os efeitos da resistência árabe ao ataque sionista. Em sua maioria, eles estão tão ansiosos quanto os árabes para pôr fim ao conflito. A maioria desses judeus que encontraram a felicidade em suas casas entre nós se ressentem, como nós, da chegada desses estrangeiros.

Durante muito tempo fiquei intrigado com a estranha crença, que aparentemente persiste nos Estados Unidos, de que a Palestina de alguma maneira "sempre foi uma terra judia". Recentemente, um norte-americano com quem conversei esclareceu esse mistério. Ele lembrou que as únicas

coisas que a maioria dos norte-americanos sabe sobre a Palestina são lidas na Bíblia. Era uma terra judia naquela época, raciocinam, e partem do pressuposto de que nada mudou desde então.

Nada poderia estar mais longe da verdade. É, perdoem-me, um absurdo voltar tão longe nas brumas da história para argumentar sobre quem deveria ter o controle da Palestina hoje. Contudo, é exatamente o que fazem os judeus, e tenho de responder a sua “reivindicação histórica”. Pergunto-me se alguma vez no mundo se viu algo mais estranho do que um grupo de pessoas querendo seriamente reivindicar o direito sobre uma terra com o argumento de que seus ancestrais nela viveram cerca de 2 mil anos antes!

Se parecer que estou sendo parcial, convido-os a ler qualquer livro sério de história do período e verificar os fatos.

Os registros fragmentários de que dispomos indicam que os judeus eram nômades do Iraque que se transferiram para o sul da Turquia, desceram para a Palestina, lá ficaram por breve período e em seguida prosseguiram para o Egito, onde permaneceram durante cerca de 400 anos. Por volta de 1300 a.C. —pelo calendário ocidental), deixaram o Egito e gradualmente se impuseram à maioria dos habitantes da Palestina, mas não a todos.

É significativo que os filisteus — não os judeus — tenham dado nome ao país: “Palestina” é, simplesmente, a forma grega de “Philistia”.

Apenas uma vez, durante o império de Davi e Salomão, os judeus de fato chegaram a controlar quase todo o território hoje conhecido como Palestina — mas não todo. Esse império durou apenas 70 anos, chegando ao fim em 926 a.C. Apenas 250 anos depois, o Reino de Judá se havia reduzido a uma pequena província ao redor de Jerusalém, mal chegando a um quarto da atual Palestina.

Em 63 a.C., os judeus foram conquistados pelo romano Pompeu e nunca mais voltaram a ter sequer um vestígio de independência. O imperador romano Adriano finalmente acabou por expulsá-los completamente por volta de 135 d.C. Ele praticamente destruiu Jerusalém, reconstruída com outro nome, e durante centenas de anos nenhum judeu poderia entrar na cidade. Alguns judeus permaneceram na Palestina, mas a maioria foi morta ou se dispersou por outros países, na Diáspora, ou Grande Dispersão. Desde então a Palestina deixou de ser um país judeu sob qualquer aspecto.

Isto foi há 1.815 anos, e, no entanto, os judeus afirmam solenemente que ainda são os senhores da Palestina! Se tais fantasias fossem permitidas, como não haveria de dançar o mapa do mundo!

Os italianos poderiam reivindicar a Inglaterra, durante tanto tempo dominada pelos romanos. A Inglaterra poderia reivindicar a França, “pátria”

dos conquistadores normandos. E os normandos franceses poderiam reivindicar a Noruega, de onde vieram seus ancestrais. Nós, árabes, por sinal, poderíamos reivindicar a Espanha, que ocupamos durante 700 anos.

Muitos mexicanos poderiam reivindicar a Espanha, “pátria” de seus antepassados. Poderiam até reivindicar o Texas, que pertencia ao México até 100 anos atrás. E suponhamos que os índios americanos reivindicassem a “pátria” de que eram os mais atigos e únicos ocupantes nativos até apenas 450 anos atrás!

Não estou fazendo pilhéria. Todas essas alegações são tão válidas — ou tão fantasiosas — quanto a “conexão histórica” dos judeus com a Palestina. Muitas delas são ainda mais legítimas.

Seja como for, a grande expansão muçulmana de cerca de 650 d.C. finalmente assentou as coisas. Daí em diante os árabes dominaram completamente a Palestina. A partir de então, a Palestina tornou-se solidamente árabe em população, língua e religião. Quando os exércitos britânicos entraram no país na última guerra, encontraram 500 mil árabes e apenas 65 mil judeus.

Se uma sólida e ininterrupta ocupação árabe por quase 1.300 anos não torna um país “árabe”, o que poderá torná-lo?

Os judeus afirmam, justificadamente, que a Palestina é a terra de sua religião. É também o berço do cristianismo, mas que nação cristã haveria de reivindicá-la sob essa alegação? Quero aqui lembrar, de passagem, que os árabes cristãos — e eles são muitas centenas de milhares no mundo árabe — estão absolutamente de acordo com todos os outros árabes na oposição à invasão sionista da Palestina.

Quero acrescentar também que Jerusalém, depois de Meca e Medina, é o lugar mais sagrado do Islã. Na verdade, nos primórdios de nossa religião, os muçulmanos rezavam voltados para Jerusalém, e não para Meca.

A “reivindicação religiosa” judaica em relação à Palestina é tão absurda quanto a “reivindicação histórica”. Os Lugares Santos, sagrados para as três grandes religiões, devem estar abertos a todas, não ser monopólio de nenhuma delas. Não devemos confundir religião e política.

Dizem que somos desumanos e desalmados porque não recebemos de braços abertos os aproximadamente 200 mil judeus da Europa que sofreram tanto com a crueldade nazista e que ainda hoje — quase três anos depois do fim da guerra — continuam definhando em campos de concentração frios e deprimentes.

Deixem-me frisar vários fatos. A inconcebível perseguição dos judeus não foi obra dos árabes: foi obra de uma nação cristã ocidental. A guerra que

arruinou a Europa e tornou quase impossível que os judeus se recuperassem foi travada pelas nações cristãs do Ocidente. As partes ricas e vazias do planeta não pertencem aos árabes, mas às nações cristãs do Ocidente.

E, no entanto, para aliviar sua consciência, essas nações cristãs ocidentais pedem que a Palestina — um minúsculo e pobre país muçulmano do Oriente — arque com toda a carga. “Ferimos terrivelmente esse povo”, grita o Ocidente para o Oriente. “Não querem, por favor, cuidar deles por nós?” Não há nisto lógica nem justiça. Seríamos então realmente “nacionalistas cruéis e desalmados”?

Nós somos um povo generoso: orgulhamo-nos de a expressão “hospitalidade árabe” ser conhecida em todo o mundo. Somos um povo humanitário: ninguém ficou mais chocado do que nós com o terror hitlerista. Ninguém se apieda mais que nós da atual situação desesperadora dos judeus europeus.

Mas lembremos que a Palestina já acolheu 600 mil refugiados. Consideramos que não se pode esperar mais de nós — nem se poderia ter esperado tanto. Consideramos que agora chegou a vez de o resto do mundo receber alguns deles.

Serei absolutamente franco com os senhores. Há algo que o mundo árabe simplesmente não pode entender. De todas as nações deste planeta, os Estados Unidos são a que mais insiste em que algo seja feito pelos sofridos judeus da Europa. Esse sentimento expressa bem o humanitarismo pelo qual os Estados Unidos ficaram conhecidos, assim como a gloriosa inscrição na Estátua da Liberdade.

E, no entanto, os mesmos Estados Unidos — a maior, mais rica e poderosa nação que já houve — recusam-se a acolher mais do que um punhado simbólico desses mesmos judeus!

Espero que não achem que estou sendo amargo. Tenho-me esforçado muito para entender esse misterioso paradoxo, e confesso que não consigo. Como tampouco conseguiria qualquer outro árabe.

Talvez os senhores tenham sido informados de que “os judeus da Europa não querem ir para nenhum outro lugar, senão a Palestina”. Esse mito é um dos maiores triunfos de propaganda da Agência Judaica para a Palestina, a organização que promove com ardor fanático a emigração para a Palestina. É uma sutil meia-verdade, por isso duplamente perigosa. A incrível verdade é que ninguém no mundo sabe realmente para onde esses infelizes judeus de fato querem ir!

Caberia supor que, diante de um problema tão grave, as autoridades norte-americanas, britânicas e de outras nacionalidades responsáveis pelos judeus

europeus tivessem feito uma avaliação extremamente cuidadosa, provavelmente por voto, para verificar para onde cada judeu realmente quer ir. Surpreendentemente, isso nunca foi feito! A Agência Judaica o impediu.

Algum tempo atrás, em uma entrevista coletiva, o comandante militar norte-americano na Alemanha foi perguntado como podia estar tão certo de que todos os judeus do país queriam ir para a Palestina. Sua resposta foi simples: “É o que me dizem meus assessores judeus.” Ele reconheceu que nenhum levantamento havia sido feito. Preparativos chegaram a ser iniciados nesse sentido, mas a Agência Judaica interferiu para impedi-lo.

A verdade é que os judeus nos campos de concentração alemães são atualmente submetidos à intensa pressão de uma campanha sionista que se inspirou muito no terror nazista. Para um judeu, é perigoso dizer que preferiria ir para outro país que não a Palestina. Esses dissidentes têm sido duramente espancados, e sofrido castigos piores.

Não faz muito tempo, na Palestina, cerca de 1.000 judeus austríacos informaram à organização internacional de refugiados que gostariam de voltar para a Áustria, e foram traçados planos para o seu repatriamento.

A Agência Judaica tomou conhecimento disso e fez pressão política para impedi-lo. Seria uma péssima propaganda para o sionismo se os judeus comessem a deixar a Palestina. Os quase 1.000 austríacos continuam lá, contra a vontade.

O fato é que a maioria dos judeus europeus é ocidental na cultura e na aparência, são inteiramente urbanos na experiência e nos hábitos. Não podem realmente estar dispostos a se tornar pioneiros na terra desértica, árida e superpovoada que é a Palestina.

Uma coisa, contudo, indubitavelmente é certa. Tal como se apresentam as coisas hoje, a maioria dos judeus da Europa certamente votaria por ser mandado para a Palestina, simplesmente por saberem que nenhum outro país haveria de recebê-los.

Se você ou eu tivéssemos de escolher entre algo parecido com um campo de prisioneiros para viver pelo resto da vida ou a Palestina, sem dúvida haveríamos também de escolher a Palestina. Mas apresentem qualquer outra opção aos judeus — deem-lhes qualquer outra escolha, e vejam o que acontecerá!

Nenhuma pesquisa, contudo, terá valor algum se as nações do mundo não se dispuserem a abrir suas portas — apenas um pouco — aos judeus. Em outras palavras, se em uma pesquisa dessa natureza um judeu disser que quer ir para a Suécia, a Suécia deverá estar disposta a aceitá-lo. Se votar pelos Estados Unidos, terão de permitir que entre.

Qualquer outro tipo de pesquisa seria uma farsa. Para os judeus desesperados, não se trata de uma inútil pesquisa de opinião: trata-se de uma questão de vida ou morte. Se não estiverem absolutamente certos de que seu voto significará algo, haverão sempre de votar pela Palestina, para não trocar um pássaro na mão por dois voando.

Seja como for, a Palestina não pode mais aceitar judeus. Os 65 mil judeus que havia na Palestina em 1918 transformaram-se hoje em 600 mil. Nós, árabes, também somos mais numerosos, mas não pela imigração. Os judeus eram na época apenas 11% de nossa população. Hoje representam um terço.

A taxa de crescimento tem sido assustadora. Dentro de poucos anos — a menos que se faça algo agora para detê-lo —, seremos sobrepujados, transformando-nos em uma significativa minoria em nossa própria casa.

Com toda certeza o restante deste vasto mundo é suficientemente rico e generoso para encontrar um lugar para 200 mil judeus — cerca de um terço do número já abrigado pela minúscula e pobre Palestina. Para o restante do mundo, mal chega a ser uma gota no oceano. Para nós, significa o suicídio nacional.

Volta e meia somos informados de que, desde que os judeus vieram para a Palestina, o padrão de vida dos árabes melhorou. Trata-se de uma questão das mais complicadas, mas vamos aqui concordar, a bem da discussão, que seja verdade. Pois preferiríamos ser um pouco mais pobres e donos de nossa própria casa. Parece injustificado?

A lamentável história da chamada Declaração de Balfour, que deu início à imigração sionista para a Palestina, é por demais complicada para ser novamente evocada em detalhes aqui. Ela tem origem em promessas feitas aos árabes e não cumpridas — promessas que estão, preto no branco, no papel, não podendo ser negadas.

Negamos categoricamente sua validade. Negamos categoricamente à Grã-Bretanha o direito de transferir terras árabes para ser a “pátria nacional” de um povo completamente estrangeiro. Nem mesmo a sanção da Liga das Nações pode alterá-lo. Na época, nem um só país árabe era membro da Liga. Não pudemos dizer uma única palavra em nossa defesa.

Devo assinalar, mais uma vez com amistosa franqueza, que os Estados Unidos foram quase tão responsáveis quanto a Grã-Bretanha por essa Declaração de Balfour. O presidente Wilson aprovou-a antes de ser divulgada ao público, e o Congresso norte-americano votou-a, cada uma de suas palavras, numa resolução conjunta do dia 30 de junho de 1922.

Na década de 1920, os árabes ficavam irritados e insultados com a imigração sionista, mas não alarmados. Ela era constante, mas limitada, e até

mesmo os fundadores do sionismo consideravam que assim permaneceria. E de fato, durante alguns anos, foi maior o número de judeus que deixaram a Palestina do que os que nela entraram — em 1927, os que partiram foram quase o dobro dos que chegaram.

Contudo, dois novos fatores, totalmente inesperados para a Grã-Bretanha, a Liga ou os Estados Unidos, ou mesmo para o mais fervoroso sionista, viriam no início da década de 1930 a elevar os níveis da imigração a patamares jamais sonhados. Um deles foi a Grande Depressão; o outro, a ascensão de Hitler.

Em 1932, um ano antes de Hitler chegar ao poder, somente 9.500 judeus entraram na Palestina. Não os consideramos bem-vindos, mas não temíamos que em hipótese alguma nossa sólida maioria árabe viesse a correr perigo. No ano seguinte — o ano de Hitler —, porém, esse número subiu para 30 mil! Em 1934, foram 42 mil! Em 1935, 61 mil!

Já não se tratava de uma ordeira chegada de sionistas idealistas. Em vez disso, a Europa estava encaminhando para nós seus assustados judeus. Até que, finalmente, também nós ficamos assustados. Sabíamos que se esse enorme influxo não fosse detido, estaríamos, como árabes, fadados ao desaparecimento em nossa pátria palestina. E continuamos a pensar assim.

Tenho a impressão de que muitos norte-americanos consideram que os problemas da Palestina estão muito distantes, que os Estados Unidos pouco têm que ver com isso e que seu único interesse no momento é o de um observador humanitário.

Creio que não se dão conta de que, como nação, são diretamente responsáveis, de maneira geral, por toda a iniciativa sionista e, especificamente, pelo atual terrorismo. Chamo sua atenção para isso porque estou convencido de que, se se derem conta de sua responsabilidade, haverão de agir com justiça no sentido de reconhecê-la e assumi-la.

À parte o apoio oficial dos Estados Unidos ao Lar Nacional preconizado por Lorde Balfour, as colônias sionistas na Palestina teriam sido impossíveis, em qualquer escala parecida com a atual, sem o dinheiro norte-americano. Foi uma contribuição dos judeus norte-americanos, numa tentativa idealista de ajudar seus semelhantes.

O motivo era respeitável: o resultado foi desastroso. As contribuições foram feitas por indivíduos em caráter privado, mas eles eram quase todos norte-americanos, e, como nação, só os Estados Unidos podem responder por isso.

A atual catástrofe pode quase inteiramente ser considerada da sua responsabilidade. O seu governo é praticamente o único no mundo a insistir na

imediate admissão de mais 100 mil judeus na Palestina — a ser seguida por incontáveis outras. Isso terá as mais terríveis consequências, e gerará um caos sangüinolento muito além de qualquer coisa já imaginada na Palestina.

A sua imprensa e a sua liderança política são praticamente as únicas no mundo a fazer essa exigência. É quase exclusivamente o dinheiro norte-americano que contrata ou compra os “navios de refugiados” que singram ilegalmente em direção à Palestina: é o dinheiro norte-americano que paga suas tripulações. A imigração ilegal da Europa é providenciada pela Agência Judaica, quase inteiramente sustentada por fundos norte-americanos. São os dólares norte-americanos que mantêm os terroristas, que compram as balas e pistolas que matam os soldados britânicos — seus aliados — e cidadãos árabes — seus amigos.

Nós no mundo árabe ficamos perplexos ao saber que vocês permitem publicidade declarada nos jornais solicitando dinheiro para financiar esses terroristas, para armá-los aberta e deliberadamente para o assassinato. Não conseguíamos acreditar que isso pudesse acontecer no mundo moderno. Pois agora temos de acreditar: vimos esses anúncios com nossos próprios olhos.

Falo sobre todas essas coisas porque só a total franqueza poderá ser-nos útil. A crise é por demais grave para ficarmos no terreno de uma vaga polidez que nada significa.

Tenho a mais absoluta confiança na equanimidade e na generosidade do povo norte-americano. Nós, árabes, não estamos pedindo favores. Pedimos apenas que tomem conhecimento de toda a verdade, não apenas de parte dela. Pedimos apenas que, quando avaliarem a questão palestina, ponham-se no nosso lugar.

Que resposta teriam dado se alguma agência estrangeira lhes dissesse que teriam de aceitar nos Estados Unidos muitos milhões de estrangeiros — o suficiente para dominar seu país —, simplesmente porque eles insistiram em ir para os Estados Unidos e porque seus antepassados lá viveram cerca de 2.000 anos atrás?

Nossa resposta é a mesma.

E o que haveriam de fazer se, apesar de sua recusa, essa agência estrangeira comesçasse a impô-los a vocês?

A nossa reação será a mesma.

Acho relevante a leitura da carta do rei Abdullah porque é a visão de alguém que conhece as entranhas, as esquinas, as curvas, os pontos e as vírgulas, as fronteiras, os enlaces, as negociatas, enfim, sabe exatamente como se deu a ocupação dos territórios

palestinos.

E ao longo dos poucos mais de dez anos que estudo o tema e acompanho o conflito, há uma questão com a qual eu sempre me deparo; aliás, questão essa que serve para tudo: os fatos. Não há como negar fatos. Por mais que os poderosos tenham mais acesso à mídia, à propaganda, e com isso tenham instrumentos para manipular e distorcer informações, o que aconteceu ninguém muda e a verdade aparece. E, por mais que essa verdade pareça ter perdido a importância e o valor entre os homens que mandam no mundo, alguém tem que zelar por ela, porque, senão, o que será de nós?

Já pensou nisso? Amanhã, um país mais forte pode atacar o seu em busca da já escassa água potável ou do raro solo fértil, e, se a verdade e a humanidade não estiverem mais valendo nada, o que será de você e da sua família? Quem vai defendê-lo?

Essa é uma terrível suposição, não é? Pois, pelo que vejo por aqui, é exatamente o que vivem os palestinos.

A recepcionista do hotel me avisa que o taxista Elias chegou. Ele me levará a Beit-Sahour. De carro, levará menos de cinco minutos. É bem perto. Descemos a Al-Karkafa Street, viramos à esquerda e já estamos em Beit-Sahour.

A cidade foi protagonista na primeira intifada, a revolta palestina contra a ocupação israelense, em 1987. A população se rebelou e se negou a pagar os impostos cobrados pelo governo de Israel, que não retornavam em forma de serviços e infraestrutura.

Beit-Sahour fica a sudeste de Belém, tem cerca de 15 mil habitantes; 80% são cristãos, a maioria tem curso superior e já foi considerada classe média, mas, como em toda a Palestina, o índice de desemprego chega a 60% e o padrão de vida caiu ao nível de pobreza.

Quando Elias me deixa na sede do ATG, Samer já está me esperando e saímos para o centro. Ele me diz que não poderá me acompanhar na visita, pois tem alguns compromissos, mas a prima dele — que administra o lugar — fala inglês e já concordou em me receber.

Beit-Sahour é um pouco mais urbana do que Belém e Beit-Jala; não tem o charme das casas antigas de pedra, mas as ruas são tão estreitas quanto; é um labirinto. Tenho a impressão de que, se tiver que me virar sozinha por aqui, vou me perder. As vielas são muito parecidas.

Logo chegamos ao centro. Samer me apresenta à prima Hunaida e vai embora. É uma casa grande com vários cômodos espaçosos. Na primeira sala em que entramos, um grupo de senhoras, todas muçulmanas, jogam cartas. Hunaida me mostra o lugar. No refeitório, as mulheres conversam, fazem algo parecido com tricô, e algumas comem.

Eu me apresento a Hunaida. Ela diz que Samer já havia falado sobre mim. Ela tem 37 anos, três filhos, e o marido tem 40 anos. Como a maioria das palestinas que conheci, aparenta ter mais idade. Tem a pele clara e os cabelos castanhos, num tom quase ruivo. Tem uma fala doce, apesar da amargura. Das pessoas com quem falei até agora, Hunaida

é uma das mais pessimistas, me parece um pouco depressiva:

— As histórias que vai ouvir aqui se repetem. Eu tenho 37 anos, elas têm 80, o meu filho mais velho tem 17, e todos nós contaremos a você mais ou menos as mesmas experiências de vida. Todos sofremos com a ocupação da mesma maneira. Desde que as nossas terras foram ocupadas, há sessenta anos, o sofrimento foi passando de pai para filho, sem muitas mudanças.

Eu digo a ela que tenho ouvido relatos muito parecidos.

— Eu não tenho esperança. Vivo um dia após o outro. E posso dizer até que tenho uma situação privilegiada em relação a muitos palestinos, pois tenho casa, emprego, salário. Mas mesmo assim não consigo mais ter esperança. Imagina quem não tem nada disso. Eu não acredito mais no Fatah, no Hamas, em ninguém mais. Quem pode fazer alguma coisa por nós não faz. E, se você perguntar ao meu filho de 17 anos se ele tem esperança, ele dirá a mesma coisa.

Ela continua:

— Certamente você já ouviu das mulheres que entrevistou que elas foram presas, que tiveram o marido preso. O meu marido, por exemplo, nos anos de 1990 fazia parte do conselho de estudantes da universidade e ficou preso sete meses, depois nove meses, depois, por dois anos, teve que se esconder do exército israelense sem ter cometido crime algum. E teve que se esconder em Beit-Sahour, nesta cidade pequena; se escondia de casa em casa, como tantos outros palestinos. Outra história comum por aqui é de pessoas doentes que não tiveram acesso a tratamento, como o caso de uma amiga minha que recebeu autorização para tratar um câncer na Europa, mas teve de ir sozinha, sem ninguém da família. Imagina a pessoa numa situação dessas, fragilizada, sem ninguém de confiança por perto. É mais uma tática do governo israelense para forçar a expulsão de mais palestinos dos territórios ocupados, porque, se você sai sem autorização, não consegue voltar nunca mais. Se o marido, o filho ou a filha da minha amiga a acompanhassem, eles não poderiam mais retornar. Agora, eu te digo, nasci nessas condições, não conheço outra vida, mas eu garanto que ser humano nenhum consegue se adaptar ao confinamento, mesmo tendo nascido nele.

A falta de esperança de Hunaida me fez lembrar das mulheres-bomba, talvez elas tivessem sentido algo parecido quando decidiram se matar, na última e desesperada tentativa de mudar e de melhorar a vida de suas famílias e até de vingar o sofrimento provocado pela ocupação.

Fico tão desconcertada com o desabafo de Hunaida que a única coisa que consigo dizer é:

— Sinto muito.

Sentamos, então, num grupo de mulheres. Elas são animadas, mas só falam em árabe. Hunaida será a minha tradutora.

Estamos numa roda de seis mulheres. Todas querem contar um pouco das suas

histórias e começam a falar ao mesmo tempo. Com aparente delicadeza, pois não sei o que ela diz em árabe, Hunaida coloca ordem na bagunça.

Jamila, de 83 anos, diz que os anos de terror para a família dela foram de 1985 a 1989 e piorou quando a população boicotou os impostos. Eles viviam e vivem até hoje em Beit-Sahour. Ela diz que os soldados israelenses chegavam à noite, batiam na porta como se fossem arrambá-la e prendiam os homens da família. Um dia foi a vez dos filhos, que na época tinham 22 e 24 anos. Hoje, como muitos homens da cidade, os dois só podem viver em Beit-Sahour. Se forem pegos em outros lugares, são presos. Eles não podem nem sequer arriscar ir a Belém, que fica ao lado, é só atravessar uma rua.

O genro dela foi morto por soldados israelenses em 1999. Ele tinha 36 anos e havia passado dez anos na cadeia de Israel. Segundo Jamila, o pecado dele foi resistir pacificamente à ocupação israelense. Ela garante que o genro nunca pegou em armas e se emociona ao falar dos dois netos que ficaram órfãos ainda pequenos.

O terceiro filho de Jamila morava no Egito, onde cursava universidade, veio visitar a família e foi proibido de voltar. Como os outros dois, também não pode sair do perímetro de Beit-Sahour nem cruzar checkpoints, senão será preso.

Ela diz que Israel faz isso para forçar a família toda a se entregar e aceitar ir embora de vez.

Georgete, de 76 anos, diz que, das violências sofridas em todos esses anos de ocupação, a que mais a traumatizou aconteceu em 1975. Ela e mais três pessoas da família foram retiradas de casa durante a noite e levadas para o deserto de Jericó. Ficaram sem água, banheiro, comida, ao relento, até serem socorridos por pessoas que viviam lá. Georgete conta que passaram vinte dias no deserto com a roupa do corpo.

Enquanto Georgete fala, o grupo pega fogo de novo e todas querem dar os seus relatos. Elas dizem que a história de Jamila e Georgete é a história de todas elas e de todo o povo palestino.

Uma delas pede a Hunaida para me perguntar se eu sei o que aconteceu no vilarejo de Wadi Fakeen em 1948.

Eu digo que sim e que até estive no vilarejo. Nadia me levou até um vilarejo próximo e pediu que o filho da amiga dela, Abo, um jogador de futebol, me acompanhasse até Wadi Fakeen. Nadia queria que eu visse de perto e testemunhasse o que ainda acontece no lugar.

Assim como algumas mulheres do centro comunitário tiveram suas famílias expulsas de lá, os pais e os parentes de Khaula também moravam em Wadi Fakeen e foram mandados embora para campos de refugiados. Ela contou essa história quando a entrevistei. De Wadi Fakeen, a família se abrigou em Beit-Jala, onde Khaula nasceu, e novamente a família foi expulsa pelo exército israelense. Agora todos vivem num campo de refugiados.

A família de Abo é muçulmana e ele anda o tempo todo com um rosário entrelaçado na

mão e nos dedos. Abo não tem carro, então telefonou para um amigo que logo chegou para nos levar. Como eu sei que a situação econômica de todos por aqui é caótica, pedi para pagar a gasolina e o rapaz aceitou.

O pequeno pedaço que sobrou para os árabes em Wadi Fakeen é bastante pobre e fica num vale. Depois de tantas invasões e expulsões, restam poucas famílias por ali.

Abo me leva à casa do primo Wisam, um rapaz magro e alto que fala um ótimo inglês. Ele estuda na Universidade de Belém e é casado com uma americana. Ela não está aqui, voltou para os Estados Unidos quando o visto de permanência venceu.

Wisam me convida a conhecer o vilarejo e a andar pelas montanhas enquanto ele me contar a história da família dele e do lugar. Vamos, então, Wisam, Abo e eu.

As ruas de Wadi Fakeen são de terra. Do outro lado do vale fica o assentamento judaico que foi construído nas terras tiradas dos palestinos e que avança cada vez mais para dentro do vilarejo.

Caminhamos e descemos pela montanha. Wisam aponta para a esquerda, onde fica a única escola do vilarejo, e mostra o que um dia já foi área fértil para plantação, mas que agora se tornou um esgoto a céu aberto.

Ele quer que eu veja de perto. Então nos aproximamos de um tanque que um dia também foi uma cisterna usada para irrigar a plantação. Hoje é um lugar sem água limpa, cheio de lodo e úmido de água poluída.

Ele me pergunta:

— Você está vendo aquela tubulação à mostra no entorno do assentamento?

Eu digo que sim.

— É a tubulação do esgoto do assentamento judaico. De tempos em tempos, eles rompem os canos de propósito para que a água do esgoto desça a montanha e pare aqui no vale, na única área que havia restado para a nossa pequena comunidade plantar. Por isso tivemos que abandonar essa parte da terra também. Isso aqui virou esgoto. Já reclamamos, denunciamos, mas o exército não toma providências. Os colonos fazem essas atrocidades e não são punidos. Eles querem que o pouco que restou da população palestina no vilarejo também vá embora. Israel cria dificuldades novas a cada dia. Você já deve ter ouvido isso de alguém. Já houve tempo em que a maior parte dos homens de Wadi Fakeen trabalhava na agricultura. Sem terra para plantar, a população teve que se submeter a qualquer tipo de emprego, subemprego, nas colônias judaicas. Trabalham como pedreiro, jardineiro, faxineiro.

E, então, Wisam olha bem para mim e pergunta:

— Você consegue imaginar o que é ver o seu pai sofrer tamanha humilhação? Ter que trabalhar para quem tomou a sua casa e as suas terras e deixou a sua família ao relento?

Eu não respondo. Wisam fica alguns minutos em silêncio, com o olhar fixo em mim. Eu permaneço muda naqueles segundos que demoram a passar, mas também não desvio o olhar. E, então, com a voz doce e serena que ele tem, Wisam dá a resposta:

— Não, nem você nem ninguém pode imaginar o que é isso.

Enquanto caminhamos, um pastor passa por nós com suas ovelhas. Por alguns minutos, deixo de pensar no terror das declarações de Wisam e no que vi e fico maravilhada com a cena. Acho que sou urbana demais. Nunca vi nada parecido. As ovelhas e o pastor com a vestimenta árabe e o cajado tocando os animais. Que cena linda. Ele as está levando para um abrigo. Wisam explica que é uma caverna da época bizantina, de mais de 3 mil anos. Eu peço para ir até lá. Preciso tocar, pisar naquela caverna. Os antigos a usavam como moradia, hoje o lugar abriga as ovelhas. Elas ficam curiosas com a nossa presença. Acho que mais com a minha presença, sou estranha para elas. É engraçado. Vocês já viram uma ovelha de perto? Além de graciosas, elas olham no olho da gente, interagem, se comunicam. São como animais domésticos. As pequenas se movimentam em pulinhos, uma graça.

O cenário é como o dos filmes bíblicos, da época de Cristo, e nós estamos no século XXI. Uma pena que as pessoas do mundo todo não sejam livres para conhecer a Palestina. Opa, a frase está errada. Vou refazê-la: uma pena que a Palestina não seja livre para que as pessoas do mundo todo possam conhecê-la.

Fiz uma descoberta muito pessoal nesse lugar, que deve de alguma forma fazer com que eu saia daqui pelo menos um pouco diferente. Vou tentar explicar, não sei se é possível. Mas desde que pisei na Palestina, senti a magia do lugar. É uma energia tão forte que posso tocar. É uma troca. É uma energia que emana de dentro de mim e interage com o lugar. Existe uma ligação física. É como eu disse numa passagem anterior: alguns têm essa sensação em Santiago de Compostela, outros, no Vaticano, em Meca, sei lá. Talvez eu esteja impressionada com o passado que é tão presente aqui. Talvez seja isso.

Wisam me chama de volta ao que me levou a Wadi Fakeen e diz que os moradores do vilarejo estão preocupados com o isolamento do lugar assim que o muro de Israel estiver cercando a região.

— O governo israelense também está construindo um túnel que ligará o vilarejo a Belém para a passagem de palestinos, já que não podemos entrar em Jerusalém, senão seremos mais uma ilha nos territórios árabes ocupados. Israel toma as nossas terras e nos impede de transitar por elas. Estamos sem terra para plantar, sem emprego e confinados entre muros e túneis controlados pelo exército.

Na volta da nossa caminhada leva um susto. Damos de cara com um blindado do exército israelense dentro do vilarejo. Os soldados já tinham me visto na vila onde mora Abo depois me flagraram em Wadi Fakeen. Pergunto a Wisam se há alguma possibilidade de eles estarem me observando, pois ali não é de fato um lugar onde eu possa usar a minha justificativa de sempre para estar nos territórios ocupados. Estou afastada de qualquer ponto turístico. Mas Wisam me tranquiliza e diz que é normal a presença do exército por ali. Mas, por precaução, me aconselha a ir embora.

Hunaida traduziu para as senhoras um pouco da minha passagem por Wadi Fakeen. E

cada uma delas se lembra de algo para contar.

As mais idosas dizem que ainda têm alguns flashes do passado, mas lembram bem das histórias contadas pelos pais e pelos avós, das décadas de 1930 e 1940, quando os sionistas começaram a chegar em massa à região.

Havia gangues, grupos armados, que aterrorizavam as famílias palestinas. Entre eles estavam o Irgun, o Stern e a Haganah. Esses grupos invadiam casas durante a noite para assustar os árabes e forçá-los a abandonar suas residências e terras, deixando o caminho livre para os judeus que vinham da Europa.

E veja como o conhecimento é esclarecedor. Como disse o rei Hussein na carta aos americanos, tem muita gente fugindo à responsabilidade nessa história toda. E não há mistério, há dados e fatos.

Eu me apoio nos estudos de uma professora de história árabe da Universidade de São Paulo, Arlene Clemesha, para resumir mais um pouco a origem do conflito que, a história e os fatos contam, começou no século XX. Então, o argumento de que é um conflito bíblico já é desmontado aqui. O intervalo entre o tempo bíblico e o século XX é grande o suficiente para que os dados sejam atestados em qualquer teste de carbono. Como nos meus tempos de escola, uma visita à biblioteca também resolve a dúvida, ou então uma busca rápida num site confiável.

Vejam só que interessante: no começo do século XX, antes da Primeira Guerra Mundial, Síria, Monte Líbano, Palestina, Mosul, Basra, Bagdá, Meca e Medina formavam um único país, um único Estado, o Império Otomano. A população que ocupava essa região toda era árabe. E havia três religiões: o islã, o cristianismo e o judaísmo.

Então veio a Primeira Guerra Mundial, que durou de 1914 a 1918. No conflito, o Império Otomano se aliou ao Império Austro-Húngaro contra a França, a Inglaterra e a Rússia. Como todo mundo sabe, a Inglaterra e os aliados ganharam a guerra e isso representou a queda do Império Otomano.

Os países árabes reivindicaram, é claro, a independência, pois cada um tinha hábitos, costumes e cultura próprios, mas, por interesses políticos, geopolíticos e financeiros, aquela região continuou sob dominação, continuou a ser colônia. E, em 1922, a Liga das Nações dividiu a região em mandatos que seriam governados pela França e pela Inglaterra por um período determinado.

Ao longo do tempo, Transjordânia, Iraque, Síria e Líbano conquistaram sua independência.

A Palestina continuou sob o domínio britânico até 1948. E não foi à toa ou por acaso. Em 1922, o mesmo documento que colocou a região árabe sob domínio francês e britânico já determinava que era objetivo do mandato britânico na região instituir um Estado para os judeus. Só uma cláusula não foi respeitada: o documento dizia que os direitos da população da região não deveriam ser desrespeitados. Isso não foi cumprido.

Entendido até aqui? Então, vejam, não se trata de voltar à terra prometida por questões

religiosas. Era um acordo político documentado.

A verdade é que a Europa nunca conviveu em harmonia com os judeus, que têm uma cultura própria que não interagiu com as demais. Eles eram oprimidos, perseguidos e massacrados. Por isso, o acordo. Os governos europeus queriam na verdade se livrar do que para eles era um problema. Eles queriam um Estado judeu distante.

Esse movimento pela criação de um Estado judeu nasceu justamente porque o povo judeu era rejeitado na Europa. Em 1897, um jornalista austríaco, Theodor Herzl, fundou a Organização Sionista.

Com o aval dos governos europeus, o movimento sionista cresceu. Não encontrei informações para afirmar até que ponto a emigração de judeus da Europa oriental para a Palestina fugiu ao controle da Inglaterra a ponto de começar a gerar conflitos.

O fato é que, a partir de 1920, começaram os primeiros choques violentos entre judeus e árabes. As gangues sionistas agiam também livremente, matando, expulsando e roubando os palestinos.

De 1939 a 1945, aconteceu a Segunda Guerra Mundial. Adolf Hitler e o Holocausto. Mais uma vez a Europa expulsou os judeus sobreviventes. Muitos se espalharam pelo mundo e vivem em harmonia, como deve ser. Ou o mundo não é de todos e para todos?

Muitos também foram para a Palestina. Agora, vejam. Dois corpos não ocupam o mesmo lugar, certo? Não dá para eu querer viver no mesmo, exatamente no mesmo espaço que outra pessoa. A não ser que eu tire essa pessoa de lá. O que são os assentamentos ilegais? Onde eles são construídos? Vejo um da janela do quarto do meu hotel. Casas de árabes foram derrubadas e famílias foram expulsas para que essas pessoas pudessem morar ali. Esses assentamentos não foram construídos em áreas desabitadas.

E você percebe que a cronologia coloca em xeque uma série de dados usados como justificativa para a formação do Estado de Israel da maneira como aconteceu?

A Inglaterra abriu mão, pois se sentia incapaz de formar o Estado judeu sem ferir os direitos do povo árabe, e entregou o mandato à Organização das Nações Unidas. Em 29 de novembro de 1947, a ONU votou pela partilha da Palestina: os judeus, que eram minoria, ficaram com 56,5% das terras e os árabes, com 43,5%. De lá para cá, entre guerras, assentamentos e construção de muro, os palestinos vivem em 11% do território destinado pela ONU.

Em 1948 formou-se o Estado de Israel, ano em que 750 mil palestinos foram expulsos de casa. Hoje os refugiados palestinos somam cerca de 5 milhões. Eu já citei em algum momento que é a maior população de refugiados do mundo.

Hunaida pede para eu encerrar as entrevistas, pois ela percebe que as lembranças mexeram com o emocional das senhoras e, como já é hora do almoço, elas precisam se acalmar para estarem bem na hora da refeição.

Eu agradeço, me despeço das mulheres, e Hunaida pede a um funcionário do centro para

me levar embora.

Nota

* Tradução de Clóvis Marques.

16. Hebron e o meu último dia na Palestina

Hoje conhecerei Hebron, num daqueles passeios temáticos do ATG, a organização não governamental que promove turismo alternativo para mostrar aos visitantes a realidade dos territórios ocupados. Samer passará no hotel para me pegar. Combinamos ontem quando ele me levou ao centro comunitário para idosos de Beit-Sahour.

Samer chega em uma van e diz que temos que pegar outros quatro turistas. Eles esperam perto do checkpoint, a uma distância suficiente para que não sejam vistos pelos soldados. Estão hospedados em Jerusalém e foram trazidos até a Cisjordânia por um guia que também trabalha para o ATG. Samer não tem autorização para entrar em Jerusalém. Os turistas foram orientados pelo guia e por Samer a dizer aos soldados que iriam visitar a Igreja da Natividade, em Belém.

Lá estão eles. São duas mulheres e dois rapazes. Nós nos apresentamos. São três americanos e um espanhol. A mais jovem é Karen, uma jornalista. Ela está com a mãe, que também é bastante jovem. É professora de história. O americano diz que trabalha com negócios e o espanhol é comerciante.

No caminho, Samer nos dá algumas orientações. Diz que as checagens nos checkpoints em Hebron são sempre rigorosas e que, para que não tenhamos problemas com os soldados, devemos agir com calma e ponderação. E, claro, fazer tudo o que eles mandarem.

Ele também avisa que, se tudo der certo, a viagem deve durar quarenta minutos.

Nos territórios ocupados, a observação "se tudo der certo" sempre acompanha o tempo previsto para uma viagem ou para percorrer um percurso dividido por um checkpoint. Os palestinos se referem aos impedimentos de locomoção. Na verdade, nunca se sabe se chegaremos ao destino, por conta das barreiras militares. Samer nos diz que muitas vezes o passeio é interrompido por esses bloqueios do exército israelense e tem que ser remarcado.

Mas, por enquanto, tudo corre bem. Ele chama a nossa atenção para os soldados entrancheirados nos morros. Eu já tinha visto isso, quando estava a caminho da manifestação contra o muro. Nadia me mostrou. Eles estão por todos os lados, escondidos atrás de pedras e de arbustos. Sempre armados com metralhadoras.

Hebron é um dos lugares mais violentos da Cisjordânia, devido à proximidade entre colonos judeus e palestinos. Eles vivem lado a lado, o que gera conflitos diários.

Foi uma das primeiras cidades a se formar na região, ainda na Idade do Bronze. E tem

grande importância histórica para judeus, cristãos e muçulmanos. Segundo a tradição, Adão e Eva teriam vindo para cá depois de serem expulsos do paraíso. E é aqui que eles estariam enterrados, assim como Abraão e Sara, Isaaque e Rebeca e Jacó e Lia.

Logo na entrada de Hebron, Samer nos mostra uma pequena porta de ferro, por onde mal passa um adulto. Ela fica um metro acima do nível da rua e tem uma escadinha para facilitar a descida. Samer explica que essa porta foi aberta pelo dono da casa para servir de passagem para os moradores de Hebron, como uma alternativa para evitar os checkpoints. É a única casa cuja parede dá acesso para fora da cidade, então ele abriu essa passagem secreta, escondida do exército. As pessoas passam por dentro da casa dele para sair da cidade e poder trabalhar, estudar, ir ao médico quando os checkpoints estão fechados.

Seguimos por umas vielas encantadoras, feitas de pedras, como as das cidades velhas de Belém e de Beit-Jala. É um labirinto. No pequeno comércio, os vendedores insistem para que compremos os seus produtos. É raríssima a presença de turistas por aqui. Eles parecem tão desesperados que o embate chega a ser constrangedor.

Samer pede que olhemos para o alto. O corredor entre as lojas está coberto por uma tela de arame cheia de lixo. Tem de tudo, papel higiênico, garrafa, lata. Samer conta que essa tela foi colocada pelos comerciantes como proteção contra o lixo jogado pelos colonos judeus. Em cima das lojas há casas, dá para ver. Um vendedor conta a história:

— Tivemos que nos unir e colocar o arame, porque os judeus jogavam o lixo em cima da gente e dos nossos clientes. Eles fazem isso para a gente ir embora e deixar tudo para eles.

Entramos numa casa que acabou de ser incendiada por colonos judeus. Pelo que eles contam aqui, isso também é comum. Os colonos ateam fogo às moradias para que os árabes fiquem com medo e abandonem tudo. Dessa vez, por sorte, a família ouviu o barulho no telhado e escapou a tempo. Ninguém se feriu. O menino de 4 anos me mostra as páginas do Alcorão queimadas. Samer aponta para as casas já recém-ocupadas por judeus. Essa, onde estamos, seria a próxima.

— Os soldados são coniventes. Se as nossas crianças se defendem com pedras, são punidas. Os judeus nos atacam com fogo, água fervente, facas, armas e nada acontece.

Samer quer que a gente veja mais situações e nos apressa. Passamos por alguns jovens de aparência europeia, vestidos com coletes da Observer. São observadores internacionais e Samer explica por que estão correndo:

— Eles estão apressados porque é hora da saída da escola das crianças. E eles têm que estar por perto todos os dias, senão vocês sabem o que acontece? Os judeus atacam as nossas crianças. E o exército não faz nada para evitar isso. Vocês acreditam? Com a presença de organizações internacionais, os judeus se intimidam, porque não querem que o mundo saiba do que eles são capazes. Esses observadores estão aqui em Hebron só para isso. Eles ficam na porta das escolas no horário de entrada e saída das crianças para

garantir a segurança delas. Se acontecer alguma coisa, eles fazem um relatório.

Depois, Samer nos convida a sentar na porta da loja de um amigo dele, bem em frente a um checkpoint, para que possamos observar a movimentação. Há muitos soldados e carros do exército no meio da população, entre as crianças, por aqui.

Pergunto a Samer quem são esses homens que ficam ali parados aguardando autorização dos soldados para passar pelo checkpoint. Samer diz que a maioria são moradores e que são conhecidos dos soldados, mas que faz parte do assédio moral praticado pelo exército humilhar e atrasar a vida dos moradores.

Estamos sentados aqui há mais ou menos uma hora e a cena se repete diversas vezes. É engraçado, é turismo, mas não é para ser divertido mesmo. Não é divertido viver num território ocupado e é justamente isso que o ATG quer mostrar.

E sabe o que me vem à mente? Hoje é meu último dia na Palestina. Lembro de Elias, o dono do hotel, que num olhar me indagou se eu seria só mais uma jornalista a vir até aqui para escrever mais uma reportagem sobre a ocupação, ficar indignada, ir embora e voltar à minha vida, deixando os palestinos para trás para viverem talvez mais sessenta anos de confinamento.

Agora, eu pergunto, quem pode mais? A comunidade internacional ensaia um movimento, mas recua diante da primeira ameaça do governo israelense; as Nações Unidas nunca tiveram voz e os americanos, bem, são aliados dos israelenses e têm o exército mais poderoso do mundo.

Nadia, a mulher mais incrível que conheci na vida, calou a minha descrença, lembrando que a história mostra que não há império que resista para sempre. Então, resta na repetição da história uma esperança. E, além disso, tem a persistência inabalável do povo e do doutor Mustafá.

Agradecimentos

Este livro é resultado do empenho de uma rede de pessoas que foram entrando na minha vida e que se envolveram com esta história. De uma forma ou de outra, são todos coescritores desta obra.

As minhas reverências e especial homenagem a Suheir, Khaula e à doce e incansável Nadia Harb. Dedico aqui um simbólico prêmio Nobel da Paz a essas mulheres que doam as suas vidas à causa palestina, ensinando a um povo ocupado há gerações caminhos e alternativas para transformar as amarguras e dores na esperança e no desejo de uma vida melhor.

Agradeço a você, leitor, e espero tê-lo tocado naquilo que me cabe como repórter que tem a responsabilidade de recontar as histórias da maneira mais fiel às versões que lhe foram confiadas.

Como eu disse lá no começo, na Introdução, nunca tive a presunção de explicar ou de resolver essa catástrofe que é um dos dramas mais longos da história da humanidade. Segui nessa viagem para deixar o meu registro jornalístico.

Os meus créditos e homenagem também a Luciana Villas-Boas, que confiou na história e aceitou publicá-la. Repassou a tarefa às minhas pacientes e competentes editoras Andreia Amaral e Marina Vargas.

Andreia logo se afastou para ter bebê, e a missão ficou à Marina, que, por sua vez, também teve a sua licença-maternidade. Andreia e Marina cuidaram de tudo com a sabedoria de fazedoras de livros.

E quem me levou a essa teia de fazedores de livros foi Eduardo Chuahy. Foi ele que me colocou em contato com Luciana Villas-Boas.

Para que eu chegasse a Eduardo, antes conheci Soraya Smaili, diretora cultural do Instituto de Cultura Árabe (Icarabe).

Foram ela e o Icarabe que deram de fato e de maneira prática o ponto de partida para que

a minha viagem acontecesse.

E foi por meio do Icarabe que recebi apoio cultural e logístico para chegar à Palestina. Soraya topou o projeto de primeira mão. Logo me colocou em contato com Hassan, com a fotógrafa Aline, que já citei no livro, e com a agência de viagens que conhece bem a região e traçou os melhores caminhos para eu chegar lá.

E nunca, em momento algum, sugeri qualquer encaminhamento para o livro. Ela respeitou o meu trabalho como jornalista e assim também conquistou a minha confiança e admiração.

Amyra, a brasileira mais beduína que conheci, leu nos meus olhos que eu escreveria este livro. E abriu os meus caminhos com uma dança típica.

Na academia, foi o professor Reginaldo Nasser que me fez voltar ao tema e se comprometeu a ser o meu orientador na pesquisa de finalização da pós-graduação.

Este livro também tem os traços do meu querido colega jornalista Bruno Marfinati. Foram a indignação e a inquietação dele que me fizeram retomar o projeto.

E, finalmente, agradeço a Celso Boffa, que leu cada página, fez correções, deu os seus pitacos e disse que o livro forneceu a ele mais informações para entender como vivem os palestinos.

Referências

- ABUEID, X.A. "A longa luta da mulher palestina", artigo publicado em 24 de março de 2003.
- CLEMESHA, Arlene. Artigos diversos.
- HOURANI, A. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HAI, Samira. "Palestinian Women and Patriarchal Relations". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 14, 4 (verão de 1992): 761-778.
- KAWAR, A. *Daughters of Palestine*. Nova York: State University of New York Press, 1996.
- SALEM, Helena. *Palestinos: os novos judeus*. Rio de Janeiro: Livros Horizonte, 1978.
- _____. *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1991.

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.

Viagem à Palestina, Adriana Mabilia:

Matéria sobre o livro:

<http://navalbrasil.com/prisao-a-ceu-aberto-brasileira-lanca-livro-sobre-palestina/>

Matéria sobre o livro na Agência de Notícias Brasil-Árabe:

<http://www.anba.com.br/noticia/20300490/artes/brasileira-lanca-livro-sobre-palestina/>

Matéria sobre o livro:

<http://gomanu.wordpress.com/2013/06/07/livro-viagem-a-palestina-uma-prisao-a-ceu-aberto/>

Matéria sobre o livro na Caros amigos:

<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/component/content/article/225-revista/educacao-195/3341-ideias-de-botequim-por-renato-pompeu-livros-em-profusao>

Post sobre palestra de Adriana Mabilia:

<http://thayanamoura.blogspot.com.br/2013/04/adriana-mabilia-e-os-dois-lados-do-muro.html>

Áudio de entrevista com a autora:

<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/caminhos-alternativos/2013/05/04/VENDO-O-CONFLITO-DE-DENTRO-DO-CONFLITO.htm>